



Anais da Assembléia

Nº 30

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE MARÇO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado NELSON GARCIA
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Artindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** - 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Placentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** - 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** - 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** - 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 021.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 1994.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Djalma de Almeida, César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, e Rossoni (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Costenaro Neto, Dalton Machuca, Elío Rusch, João Preis, Luiz Antônio Setti e Namir Piacentini (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 022/94

Curitiba, 22 de março de 1994.

Senhor Presidente.

Nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Maringá, uma área de terras localizada na sede daquela municipalidade, designada por data 7/8-A, zona Armazém, com área de 1.185,00 m. (um mil,

cento e oitenta e cinco metros quadrados), com demais características que especifica.

A área cuja autorização para doação constitui objeto da proposta ora encaminhada, foi havida pelo Estado, por doação de área maior feita pelo próprio Município.

A medida em referência consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que na parte que reverterá ao patrimônio municipal, serão, segundo esclarecimentos prestados pelo Senhor Prefeito de Maringá, em expediente a mim dirigido, construídos prédios destinados a sediar o Instituto de Previdência Municipal - CAPSEMA e um ambulatório médico.

Vale ressaltar que o anteprojeto em questão contém dispositivos expressos estabelecendo que a área a ser doada ficará gravada com cláusula de inalienabilidade e de automática reversão ao patrimônio do Estado caso haja destinação diversa daquelas previstas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Maringá, a área de terras localizada na sede daquele Município, designada por data 7/8-A, da quadra A-10, zona Armazém, com área de 1.185,00 m., de frente para a rua Demétrio Ribeiro, parte da matrícula 14.224 do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Maringá, com a seguinte descrição: Com a data 7/8 (Remanescente) no rumo NO 89º43' SE numa distância de 39,50 metros; com parte da data 06 no rumo SO 0º17' NE numa distância de 30,00 metros; com a data 01-A e 01 da quadra 51-A/9 zona 01 rumo NO 89º43' SE numa distância de 39,50 metros; e finalmente com a Rua Demétrio Ribeiro no rumo SO 0º17' NE numa distância de 30,00 metros.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior será utilizado pelo Município de Maringá para instalação da sede do Instituto de Previdência Municipal - CAPSEMA, e de um ambulatório, ficando gravado com a cláusula de inalienabilidade, não podendo ser dada destinação diversa daquelas previstas, sob pena de reversão automática ao Patrimônio Estadual.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 7.630, de 09 de julho de 1982, e demais disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 023/94

Curitiba, 22 de março de 1994.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a denominação dos cargos de provimento em comissão criados pelo art. 1º, da Lei n° 10.704, de 10 de janeiro de 1994, para Assistente de Segurança Pública, mantida a mesma simbologia.

A medida ora proposta é conveniente e oportuna, eis que virá corrigir expressões inadequadamente contidas na referida lei, dando-lhe as necessárias condições de plena exeqüibilidade. É que a lei em referência, quando em fase de tramitação por essa Casa, foi objeto de várias Emendas que, depois de incorporadas ao texto final, deixaram dúvidas terminológicas, adotando mais de uma denominação para os questionados cargos, fato que, indiscutivelmente, dificulta a correta aplicação da mesma.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os cargos de provimento em comissão criados pelo artigo 1º, da Lei n° 10.704, de 10 de janeiro de 1994, passam, sob a mesma simbologia, a ter a denominação de Assistente de Segurança Pública.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 024/94

Curitiba, 23 de março de 1994.
Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, objetivando a criação, na estrutura da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, de 19 (dezenove) cargos de provimento em Comissão, com a denominação de Chefe de Núcleo Regional e Simbologia DAS-5.

A proposição ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, consulta aos superiores interesses da Administração, tendo em vista que, com a criação desses novos cargos, os Núcleos Regionais da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimen-

to, que significam a permanente e efetiva presença daquela Pasta nos principais pontos produtores do Estado, promovendo grande expansão na atividade agropecuária, virá ensejar condições, não só de mais adequada remuneração aos chefes de tais unidades regionalizadas, mas, também, no sentido de possibilitar o recrutamento de pessoal da mais alta qualificação para o exercício das funções que lhes são atribuídas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados, na estrutura da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 19 (dezenove) cargos de provimento em comissão, com a denominação de Chefe de Núcleo Regional e simbologia DAS-5.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 025/94

Curitiba, 23.03.94

Senhor Presidente.

Em conformidade com o contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação de 15 (quinze) cargos de provimento em comissão, na estrutura do Colégio Estadual do Paraná, órgão de regime especial, da Secretaria de Estado da Educação.

A proposição ora formulada consulta aos superiores interesses da Administração, em especial aos da comunidade estudantil, eis que, com a criação de tais cargos, o Colégio Estadual do Paraná, tradicional estabelecimento público da rede estadual, ficará dotado de meios funcionais que lhe proporcionarão, no âmbito administrativo interno, as necessárias condições com vistas ao pleno desempenho de suas finalidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados, na estrutura do Colégio Estadual do Paraná, os cargos de provimento em comissão relacionados no anexo desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo de que trata o art. 1º

Quantidade	Denominação	Símbolo
3	Diretor Auxiliar	1-C
2	Assessor	2-C
1	Secretário Geral	2-C
3	Secretário Auxiliar	3-C
4	Chefe de Grupo Auxiliar	3-C
2	Chefe de Divisão	2-C

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 026/94

Curitiba, 23 de março de 1994.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com aquisição de veículos para a Coordenação da Receita do Estado - CRE.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA		ANEXO I		FL. 01	
				CR\$ 1.000,00	
INÍCIO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL	VALOR	INÍCIO
		DA	IFTIDI		IPROCI
		IDESPESA	IRI		ICOP
2300	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	I	I I I		I I
		I	I I I		I I
2302	CABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I I
	IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
2397	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA CRE	I	4311.0110011	650.000	112201
TOTAL				650.000	I

CANCELAMENTO DA DESPESA		ANEXO II		FL. 01	
				CR\$ 1.000,00	
INÍCIO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL	VALOR	INÍCIO
		DA	IFTIDI		IPROCI
		IDESPESA	IRI		ICOP
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I I I		I I
		I	I I I		I I
0902	CABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I I
	IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
1000	INVESTIMENTOS PARA PRODUÇÃO E	I	I I I		I I
	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA - COPEL	I	4140.0010011	650.000	112201
TOTAL				650.000	I

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO III		FL. 02	
DA DESPESA		ANEXO		CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	TIPO DE DESPESA	VALOR	IN. DOI
2400	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - IDENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I
2436	COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO - CRE	I	I	I	I
2690	ARRECADACAO E FISCALIZACAO DE TRIBUTOS	I	I	I	I
		4121.00	1001	650.000	112201
TOTAL				650.000	I

CANCELAMENTO		ANEXO IV		FL. 02	
DA DESPESA		ANEXO		CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	TIPO DE DESPESA	VALOR	IN. DOI
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - IDENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I
1049	COMPANHIA PARAENSE DE ENERGIA - COPEL	I	I	I	I
1630	GERACAO, TRANSMISSAO, DISTRIBUICAO DE ENERGIA E NOVAS ALTERNATIVAS DE APROVEITAMENTO ENERGETICO	I	I	I	I
		4110.00	1001	650.000	112201
TOTAL				650.000	I

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO V		FL. 03	
DA RECEITA		ANEXO		CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PT	TIPO	VALOR	IFRCCI
	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - IDENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I
	COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO - CREI	I	I	I	I
12412.49.00	RECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	I	00	650.000	112201
TOTAL				650.000	I

CANCELAMENTO		ANEXO VI		FL. 03	
DA RECEITA		ANEXO		CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROCI	
	ICOMETIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES				
	IVINCULADAS				
	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -				
	ICOPEL				
42.001	RECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	00	650.000	12201	
TOTAL			650.000		

A Diretoria Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Aprova crédito suplementar, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V e VI desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofícios:

Sob o nº 102/94, do Senhor Marcos Flávio de Oliveira Schiefler - Juiz Eleitoral da 44ª Zona Eleitoral, encaminhando Ata Geral de Encerramento dos trabalhos da Junta Eleitoral do Município de Marquinho, bem como Boletins de Apuração do Plebiscito. Ao Conhecimento da Casa.

Ofício 94/056

Em, 28 de março de 1994.

Senhor Presidente.

Com respeitosos cumprimentos, comunico a Vossa Excelência que estarei ausente da Assembléia Legislativa, e das Sessões Plenárias, nos dias 29, 30 e 31 do corrente mês de março, em virtude de viagem à Cidade de Crissiumal, RS, onde estarei participando de encontro sobre Política Agrícola Nacional.

Ao ensejo, reitero meus altos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 29.03.94.

(a) ÉLIO RUSCH

Ofício Nº 1369/94

Curitiba, 29 de março de 1994.

Senhor Presidente.

Pelo presente comunico a Vossa Excelência e aos Nobres Parlamentares que estarei ausente das sessões legislativas dos dias 29 e 30 do corrente, para tratamento de saúde.

Valho-me da oportunidade para renovar meus protestos de elevado apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 29.03.94.

(a) DALTON MACHUCA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 577

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário destaque para votação das Proposições Vetos nºs 101, 102, 103, 114, 117, 118/93, 005, 007 e 012/94 que pedem instalação de Delegacias da Mulher e ainda da Proposição nº 106/93, que determina a criação e instalação de um Batalhão da Polícia Militar Feminina.

Sala das Sessões, em 29.03.94.

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk, Rossoni, Ovídio Constantino, Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano, Paulo Maia, Doutor Rosinha e Basílio Zanusso.

REQUERIMENTO Nº 587

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência

de discussão e votação para a Proposição de Veto nºs 073/93, item 1 (um), constante na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 29.03.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 576

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação em bloco para as proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 29.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 559

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Otília Rolim Batista, ocorrido dia 17, na Cidade de Ponta Grossa.

Pessoa bondosa, que olhava pelo irmão desamparado, tinha muitas amizades, e com certeza deixará muitos amigos e parentes com saudades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, em nome da família enlutada, sito à Rua Carlos Cavalcanti - 1769, Bairro Uvaranas, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 566

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Nastácia Grziebeluck, ocorrido dia 18, na Cidade de Ponta Grossa.

A Senhora Nastácia, era uma pessoa caridosa, e de muitas amizades, e com certeza muitos sentirão sua falta.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, em nome da família enlutada, sito à Rua General Rondon - 1052, Bairro Nova Rússia, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 571

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento da senhora Diva Mottin Beiran, ocorrido dia 22 de março, na Cidade do Rio de Janeiro e sepultada na Cidade de Ponta Grossa - PR.

A senhora Diva era uma pessoa de grande estima e amizade, tradicional família

ponta-grossense, muito religiosa e, com certeza seus parentes e amigos sentirão muito sua falta.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, sito à Rua Citizo nº 211 - Apto. 303, Bairro Rio Comprido - Rio de Janeiro - RJ.

Sala das Sessões, em 29.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 573

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do senhor José Breus, ocorrido no dia 18, no Município de Ponta Grossa - PR.

Pessoa muito querida e de muitas amizades, que com seu passamento deixará amigos e parentes com muita saudade.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, sito à Rua Maurício de Nassau, 438, Bairro Madureira, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 583

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inserção nos Anais desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Otávio Fatinansi, Vereador da Câmara Municipal de Santa Izabel do Ivaí, ocorrido no último dia 24 do corrente mês.

Requer outrossim, o envio de correspondência à família enlutada, ao Prefeito Municipal, Doutor Eduardo Otto e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Antônio Borges.

Sala das Sessões, em 29.03.94.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Aos 39 anos de idade, em data de 24 do corrente mês, vitimado por inesperado enfarte, faleceu em Santa Izabel do Ivaí, o jovem lúcido e combativo Vereador Otávio Fatinansi, representante do Distrito de São José do Ivaí junto à Câmara Municipal.

O prematuro desenlace de Otávio Fatinansi não media sacrifícios e se desdobrava para participar de atividades que envolvessem interesses populares do Distrito de São José do Ivaí.

Ativo membro da Comissão de Solos, além de dirigente do Núcleo Católico, era presença maior e de incisiva influência na vida política, social e econômica São-jense.

Líder natural, amejalhou simpatia e consideração, mercê sua sólida formação.

Tem-se certeza de que todos os que ti-

veram a ventura de privar do convívio de Otávio Fatinansi, sempre o recordarão com saudades e profunda devoção.

REQUERIMENTO N° 592

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do senhor Carlos Roberto Hansen, Presidente do Grupo "Tigre", ocorrido no último dia 24 de março do corrente ano, em acidente de avião.

Requeiro ainda que do presente seja dada ciência a seus familiares, esposa Rosane Maria Fausto Hansen - Rua Xavantes, 54 - CEP: 89.203-900 - Joinville-SC; e aos seus filhos Cristiane Hansen, Carolina Hansen e Felipe Hansen.

Sala das Sessões, em 29.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 593

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do senhor Natanael Florentino dos Santos Júnior, ocorrido ontem, dia 28 de março, na Cidade de Paranaguá - PR.

Sala das Sessões, em 29.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 098/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Título I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° - Esta lei regula os atos e procedimentos administrativos do Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário do Estado do Paraná.

§ 1° - Considera-se integrante do Poder Público do Estado do Paraná toda a pessoa jurídica, assumida, controlada ou mantida, direta ou indiretamente, pelo Poder Executivo, Poder Judiciário ou Poder Legislativo do Estado.

§ 2° - Entende-se por ato administrativo a declaração do Poder Público, ou de quem lhe faça as vezes, no exercício de prerrogativas públicas, que se manifesta mediante providências jurídicas complementares da lei, a título de lhe dar cumprimento, e sujeita a controle de legitimidade por órgão jurisdicional.

§ 3° - Entende-se por procedimento administrativo a sucessão ordenada de operações que propiciam a formação de um ato

final objetivado pelo Poder Público.

Art. 2° - Os atos e procedimentos administrativos que tenham disciplina legal específica serão por esta regulados, mediante a aplicação subsidiária desta lei.

Art. 3° - Os prazos fixados em normas regulamentares prevalecem sobre os dispostos nesta lei, quando mais benéficos para o particular.

Título II

DOS PRINCÍPIOS REGENTES DO PODER PÚBLICO

Art. 4° - O Poder Público atuará em obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, interesse público e motivação dos atos administrativos.

Art. 5° - Integram o ordenamento administrativo as normas não escritas necessárias à realização do equilíbrio entre a eficácia do Poder Público e a dignidade, liberdade, segurança e demais direitos dos particulares.

Art. 6° - Somente a lei poderá:

I - criar limites, ônus ou sujeição aos direitos dos particulares e impor-lhes deveres de qualquer espécie;

II - prever infrações e criar sanções;

III - criar, modificar e extinguir cargos, funções ou empregos no Poder Público, e fixar sua remuneração;

IV - criar, fixar atribuições, modificar e extinguir órgãos, entidades e instituições;

V - estabelecer o regime dos servidores públicos.

Art. 7° - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público respondem pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

Título III

Capítulo I

DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Disposição preliminar

Art. 8° - A atuação material do Poder Público que afete a esfera jurídica dos particulares deverá ser precedida de ato administrativo que lhe sirva de fundamento.

Capítulo II

INVALIDADE

Art. 9º - É inválido o ato administrativo que desatenda os pressupostos legais e regulamentares de sua emanção ou seus princípios regentes, especialmente em caso de:

I - incompetência da pessoa jurídica, do órgão ou do agente;

II - omissão de formalidade ou procedimento essenciais;

III - ilegalidade do objeto;

IV - inexistência, falsidade ou incorreta qualificação do motivo;

V - desvio de poder;

VI - ausência de vínculo de pertinência entre motivo e o conteúdo do ato;

VII - falta, insuficiência ou defeito da motivação;

VIII - se verificar que foi praticado por prevaricação, concussão ou corrupção;

IX - resulta de dolo, erro, coação ou simulação;

X - violar literal disposição de lei.

Art. 10 - A motivação indicará as razões que justificam a emissão do ato, especialmente a regra de competência, os motivos de fato e a finalidade objetiva da.

§ 1º - A motivação do ato final de procedimento administrativo conterá necessariamente a apreciação dos requerimentos, argumentos ou pareceres proferidos nos autos do procedimento, desde que atendam os requisitos enunciados neste artigo e sua cópia acompanhar o ato principal.

Art. 11 - O Poder Público invalidará seus atos ilegítimos, de ofício ou sob provocação de pessoa interessada, salvo quando:

I - ultrapassado o prazo de 5 (cinco) anos desde a sua produção;

II - da ilegitimidade do ato não resultar qualquer prejuízo, direto ou indireto;

Art. 12 - O Poder Público poderá convalidar seus atos ilegítimos, quando a invalidade decorrer de incompetência ou vício de ordem formal, desde que:

I - na hipótese de vício de competência, a convalidação seja feita pela autoridade originalmente titulada para a prática do ato;

II - na hipótese de vício formal, este possa ser suprido de modo eficaz.

§ 1º - Não será admitida a convalidação de ato já impugnado, judicial ou administrativamente, ou quando dela resultar prejuízo ao Poder Público ou a terceiros.

§ 2º - A convalidação será sempre procedida por escrito e de forma expressa.

Capítulo III FORMALIZAÇÃO

Art. 13 - São atos administrativos de competência privativa:

I - do Governador do Estado, o decreto;

II - do Presidente do Tribunal de Justiça, do Presidente da Assembleia Legislativa, do Presidente do Tribunal de Contas e dos Secretários de Estado, a resolução;

III - dos órgãos colegiados, a deliberação;

IV - de diretores, coordenadores e autoridades do mesmo nível; de autoridades policiais; de dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações, a portaria.

Parágrafo Único - Os demais atos administrativos são da competência comum a todas as autoridades ou agentes do Poder Público, desde que compatíveis com suas atribuições, e serão identificadas pela denominação, seguida da sigla do órgão, entidade ou unidade que os tenha expedido.

Art. 14 - Constituem espécies de atos administrativos, entre outros:

I - o decreto: o ato administrativo normativo da competência exclusiva do Governador do Estado, destinado a prover situações gerais e individuais, abstratamente previstos na legislação;

II - a resolução: o ato administrativo normativo da competência exclusiva do Presidente do Tribunal de Justiça, do Presidente da Assembleia Legislativa, do Presidente do Tribunal de Contas e dos Secretários de Estado, destinado a disciplinar situações gerais ou individuais no âmbito próprio de atribuições da autoridade;

III - a deliberação: o ato administrativo normativo ou decisório emanado de órgãos colegiados, destinado a disciplinar situações gerais ou individuais no âmbito próprio de atribuições do colegiado;

IV - o regulamento: o ato administrativo normativo, posto em vigência por decreto para especificar os mandamentos da lei, ou prover situações ainda não discriminadas por lei;

V - o regimento: o ato administrativo normativo de atuação interna, destinado a reger o funcionamento de órgãos colegiados e do Poder Legislativo;

VI - a portaria: o ato administrativo ordinatório e interno, pelo qual os chefes de órgãos, entidades, repartições ou serviços expedem determinações gerais ou especiais a seus subordinados, ou designam servidores para funções e cargos secundários, como também o ato administrativo pelo qual se instauram inquéritos, sindicâncias e processos administrativos;

VII - a instrução: o ato administrativo ordinatório consistente em ordens escritas e gerais a respeito do modo e forma

de execução de determinado serviço público, expedidas pelo superior hierárquico com o escopo de orientar os subalternos no desempenho de atribuições que lhe são afetadas, e assegurar a unidade de ação administrativa;

VIII - a circular: o ato administrativo ordinatório consistente em ordem escrita, de caráter uniforme, expedida a determinados funcionários ou agentes administrativos incumbidos de certo serviço, ou de desempenho de certas atribuições em circunstâncias especiais, com o escopo de ordenamento do serviço;

IX - a ordem de serviço: o ato administrativo ordinatório consistente em determinações especiais dirigidas aos responsáveis por obras ou serviços, autorizando o seu início, ou contendo imposições de caráter administrativo, ou especificações técnicas sobre o modo e a forma de sua realização;

X - o ofício: o ato administrativo ordinatório consistente em comunicações escritas que as autoridades fazem entre si, entre subalternos e superiores, e entre o Poder Público e os particulares, em caráter oficial;

XI - o despacho: o ato administrativo ordinatório consistente em decisões que as autoridades executivas (ou legislativas e judiciárias, em funções administrativas) proferem em papéis, requerimentos e autos de procedimentos administrativos sujeitos à sua apreciação;

XII - a licença: o ato administrativo negocial pelo qual o Poder Público, verificando que o interessado atendeu a todas as exigências legais, faculta-lhe o desempenho de atividades ou a realização de fatos materiais antes vedados ao particular;

XIII - a autorização: o ato administrativo negocial, discricionário e precário, pelo qual o Poder Público torna possível ao pretendente a realização de certa atividade, serviço, ou a utilização de determinados bens particulares ou públicos, de seu exclusivo ou predominante interesse, que a lei condiciona à aquiescência prévia do Poder Público;

XIV - a permissão: o ato administrativo negocial, discricionário e precário, pelo qual o Poder Público faculta ao particular a execução de serviços de interesse coletivo, ou o uso especial de bens públicos, a título gratuito ou remunerado, nas condições estabelecidas pelo Poder Público;

XV - a aprovação: o ato administrativo negocial pelo qual o Poder Público verifica a legalidade e o mérito de outro ato, ou de situações e realizações materiais de seus próprios órgãos, de outras entidades ou de particulares, dependentes de seu controle, e consente na sua execução ou

manutenção;

XVI - a admissão: o ato administrativo negocial e vinculado pelo qual o Poder Público, verificando a satisfação de todos os requisitos legais pelo particular, defere-lhe determinada situação jurídica;

XVII - o visto: o ato administrativo negocial pelo qual o Poder Público controla outro ato do próprio Poder Público ou do particular, aferindo a sua legitimidade formal para dar-lhe exequibilidade;

XVIII - a homologação: o ato administrativo negocial de controle pelo qual a autoridade superior examina a legalidade e a conveniência de ato anterior do próprio Poder Público, de outra entidade ou de particular, para dar-lhe eficácia;

XIX - a dispensa: o ato administrativo negocial que exime o particular do cumprimento de determinada obrigação até então exigida;

XX - a renúncia: o ato administrativo negocial pelo qual o Poder Público extingue unilateralmente um crédito ou um direito próprio, liberando definitivamente a pessoa obrigada perante o Poder Público;

XXI - o protocolo administrativo: o ato administrativo negocial pelo qual o Poder Público acerta com o particular a realização de determinado empreendimento ou atividade, ou a abstenção de certa conduta no interesse recíproco do Poder Público e do particular signatário do instrumento protocolar;

XXII - a certidão: a cópia ou fotocópia fiel e autenticada de atos ou fatos constantes de processo, livro ou documento que se encontre nas repartições públicas;

XXIII - o atestado: o ato administrativo enunciativo pelo qual o Poder Público comprova um fato ou uma situação de que tenha conhecimento por seus órgãos competentes;

XXIV - o parecer: a manifestação de órgão técnico sobre assunto submetido à sua apreciação, de caráter opinativo e não-vinculante para o Poder Público;

XXV - a apostila: o ato administrativo enunciativo ou declaratório de uma situação anterior criada por lei;

XXVI - a multa: o ato administrativo punitivo que contém imposição pecuniária a que se sujeita o particular a título de compensação do dano presumido da infração;

XXVII - a interdição de atividade: o ato administrativo punitivo pelo qual o Poder Público veda a alguém a prática de atos sujeitos ao seu controle, ou que incidam sobre seus bens;

XXVIII - a destruição de coisas: o ato administrativo punitivo pelo qual o Poder Público inutiliza produtos, substâncias, materiais, objetos ou instrumentos impróprios ou nocivos ao consumo, ou de uso proibido por Lei;

XXIX - o afastamento disciplinar de cargo ou função: o ato administrativo punitivo pelo qual o Poder Público faz cessar o exercício de seus servidores, a título provisório ou definitivo.

Art. 15 - Os atos administrativos serão produzidos por escrito, indicando a data e o local de sua emissão e contendo a assinatura da autoridade responsável.

Art. 16 - Os atos de conteúdo normativo e caráter geral, definidos nos incisos I a V do artigo 12 desta Lei, atenderão os seguintes requisitos formais:

I - serão numerados em séries específicas, seguidamente, sem renovação anual;

II - não conterão matéria estranha a seu objeto, ou que não lhe seja conexa;

III - os textos serão precedidos de emenda enunciativa do seu objetivo e divididos em artigos;

IV - numeração dos artigos será ordinal até o nono e, a seguir, cardinal;

V - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos, em incisos (algarismos romanos) ou parágrafos e incisos; os parágrafos em itens (algarismos arábicos); e os incisos e itens em alíneas (letras minúsculas);

VI - os parágrafos serão representados pelo sinal §, salvo o parágrafo único, que será grafado por extenso;

VII - o agrupamento de artigos constituirá a Seção, que poderá desdobrar-se em Subseção; o de seções, o Capítulo; o de capítulos, o Título; o de títulos, o Livro, e o de livros, a Parte, que poderá desdobrar-se em Geral e Especial ou consistir simplesmente em parte seguida de numeração ordinal, grafada por extenso;

VIII - os grupos a que se refere o inciso anterior poderão compreender os subgrupos Disposições Preliminares e Disposições Gerais;

IX - as disposições que, pelo seu sentido, não couberem em qualquer dos grupos, serão incluídas em Disposições Finais; e as que não tiverem caráter permanente constituirão as Disposições Transitórias, com numeração própria;

X - o ato declarará, quando possível especificamente, a legislação anterior revogada.

Parágrafo Único - O ato administrativo não articulado, cujo cumprimento lhe exauria a finalidade específica, não será numerado, identificando-se pela data.

Art. 17 - A alteração de ato de conteúdo normativo e caráter geral, por substituição ou suspensão de artigo, ou acréscimo de dispositivo novo, obedecerá às seguintes regras:

I - será mantida a numeração dos artigos do ato alterado;

II - ao artigo novo atribuir-se-á o mesmo número do que o anteceder, seguido de letras maiúsculas em ordem alfabética.

Parágrafo Único - Quanto a modificação atingir a maioria dos artigos, ou quando tenha havido sucessivas alterações no texto, o ato será refundido por inteiro.

Art. 18 - Os atos regulamentares de lei serão editados por decreto do Governador do Estado, observadas as seguintes regras:

I - nenhum regulamento poderá ser editado sem base em lei, nem prever infrações, sanções, deveres, limites, ônus ou sujeições de direitos nela não estabelecidos;

II - os decretos serão referendados pelos Secretários de Estado em cuja área de atuação devem incidir, ou pelo Procurador-Geral do Estado, quando for o caso;

III - nenhum decreto regulamentar será editado sem exposição de motivos que demonstre o fundamento legal de sua edição, a finalidade das medidas adotadas e a extensão de seus efeitos.

Parágrafo Único - O serviço estadual de atos oficiais manterá em arquivo, para fornecimento aos interessados que o requererem, cópia da exposição de motivos que houver servido de base ao decreto regulamentar.

Capítulo IV PUBLICIDADE

Art. 19 - Os atos administrativos, inclusive os de conteúdo normativo e caráter geral, entrarão em vigor na data em que se tornarem públicos, salvo se o contrário for declarado expressamente em seu texto.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei, considera-se órgão oficial de publicidade dos atos administrativos de qualquer dos poderes o Diário Oficial do Estado.

Art. 20 - A publicidade dos atos administrativos consistirá, no mínimo e sem prejuízo de disciplina específica:

I - para os atos externos ou de alcance geral, em publicação no Diário Oficial do Estado;

II - para os atos de alcance particular, na citação, notificação ou intimação do interessado, pessoalmente ou por carta com aviso de recebimento.

§ 1º - A publicação dos atos sem conteúdo normativo poderá ser resumida.

§ 2º - Dos atos punitivos e de rejeição de contas públicas serão intimados os interessados na forma combinada dos incisos I e II.

Capítulo V PRAZO PARA PRODUÇÃO

Art. 21 - Será de 30 (trinta) dias o prazo máximo para a prática de atos administrativos não integrantes de procedimentos ou para a adoção, por autoridade pública, de outras providências necessárias à aplicação de lei ou decisão administrativa, sob pena de responsabilidade.

§ 1º - O prazo fluirá a partir do momento em que a vista das circunstâncias, tornar-se logicamente possível a produção do ato ou a adoção da providência.

§ 2º - Norma regulamentar poderá, em vista de situações específicas justificadas, ampliar ou diminuir o prazo previsto neste artigo ou estabelecer de modo diverso o termo inicial de sua fluência.

Capítulo VI DELEGAÇÃO E AVOCÇÃO

Art. 22 - Salvo vedação constitucional, ou legal, as autoridades superiores poderão delegar a seus subordinados a prática de atos da sua competência ou avocar os de competência destes.

Art. 23 - São indelegáveis:

I - a competência para a edição de atos normativos que regulem os direitos e deveres dos particulares;

II - as atribuições inerentes ao caráter político da autoridade;

III - as atribuições recebidas por delegação, salvo autorização expressa, e na forma por ela determinada;

IV - a totalidade da competência do órgão ou entidade;

V - as competências essenciais do órgão ou entidade, que justifiquem sua existência.

Parágrafo Único - O órgão colegiado não pode delegar suas funções, mas apenas a execução material de suas decisões.

Título IV DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS Capítulo I NORMAS GERAIS Seção I PRINCÍPIOS

Art. 24 - Os atos administrativos do Poder Público serão precedidos do procedimento adequado à sua válida produção e à proteção dos direitos e interesses dos particulares.

Art. 25 - Nos procedimentos administrativos, qualquer que seja seu objeto, observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, a igualdade entre os particulares e o devido processo legal, especialmente quanto à exigência da publicidade, do contraditório, da ampla defesa e do despacho ou decisão motivados.

Curitiba, terça, em 29.03.94

Parágrafo Único - Para atendimento dos princípios previstos neste artigo, serão assegurados aos participantes do procedimento os direitos de manifestação, de oferecer provas ou acompanhar sua produção, de vista e de recorrer.

Seção II DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 26 - É assegurado, a qualquer pessoa física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de petição ao Poder Público contra ilegalidade ou abuso do poder e de defesa de direito ou interesse individual, coletivo ou geral.

Parágrafo Único - As entidades associativas, quando expressamente autorizadas por seus estatutos ou por ato especial, e os sindicatos poderão exercer o direito de petição, em defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais de seus membros.

Art. 27 - Em nenhuma hipótese poderá ser recusada a protocolização de petição, sob pena de responsabilidade do agente.

Seção III INSTRUÇÃO

Art. 28 - Os procedimentos serão impulsionados e instruídos de ofício, em observância à celeridade, economia, simplicidade e utilidade dos trâmites.

Art. 29 - O órgão ou entidade do Poder Público que necessitar de informações de outro, para instrução de procedimento administrativo, poderá requisitá-las diretamente, sem observância da vinculação hierárquica, mediante ofício, do qual uma cópia será juntada aos autos.

Art. 30 - Durante a instrução, os autos do procedimento administrativo permanecerão na repartição competente para a decisão.

Seção IV PRAZOS

Art. 31 - Quando outros não estiverem previstos nesta Lei ou em disposições especiais, os prazos máximos a serem observados nos procedimentos administrativos serão os seguintes:

I - para autuação, juntada aos autos de quaisquer elementos, publicação e outras providências de mero expediente: 2 (dois) dias;

II - para efetivação de citação, notificação ou intimação pessoal: 4 (quatro) dias;

III - para elaboração e apresentação

de informes sem caráter de informes sem caráter técnico: 5 (cinco) dias;

IV - para elaboração e apresentação de pareceres, perícias ou informes de caráter técnico: 15 (quinze) dias, prorrogáveis por 10 (dez) dias quando a diligência requerer o deslocamento do agente para localidade diversa daquela onde tem sua sede de exercício;

V - para decisões no curso do procedimento: 5 (cinco) dias;

VI - para manifestações em geral do particular ou providências a seu cargo: 5 (cinco) dias;

VII - para decisão final: 15 (quinze) dias;

VIII - para outras providências do Poder Público: 15 (quinze) dias.

IX - para outras providências do Poder Público: 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único - O prazo fluirá a partir do momento em que, à vista das circunstâncias, tornar-se logicamente possível a produção do ato ou a adoção da providência.

Art. 32 - O prazo máximo para decisão de requerimento de qualquer espécie apresentado ao Poder Público será de 60 (sessenta) dias.

§ 1º - Ultrapassado o prazo sem decisão, o interessado poderá considerar rejeitado o requerimento na esfera administrativo, salvo previsão legal ou regulamentar em contrário.

§ 2º - Quando a complexidade da questão envolvida não permitir o atendimento do prazo previsto neste artigo, a autoridade notificará o interessado das providências até então tomadas, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 3º - O disposto no § 1º não desonera a autoridade do dever de apreciar o requerimento.

Seção V PUBLICIDADE

Art. 33 - No curso de qualquer procedimento administrativo, as citações, intimações e notificações serão feitas pessoalmente ou por carta com aviso de recebimento, observadas as seguintes regras:

I - constitui ônus do requerente informar seu endereço para correspondência, bem como as alterações posteriores;

II - considera-se operada a citação, intimação ou notificação por carta com sua entrega no endereço fornecido pelo interessado;

III - será obrigatoriamente pessoal a citação inicial do acusado, em procedimento sancionatório, ou do terceiro interessado, em procedimentos de invalidação;

IV - na citação, notificação ou inti-

mação pessoal, caso o destinatário recuse a assinatura do comprovante de recebimento, o servidor encarregado certificará a entrega;

V - quando o particular estiver representado nos autos por procurador, a ele serão dirigidas as notificações e intimações.

Parágrafo Único - Na hipótese do inciso III, não sendo encontrado o interessado, a citação inicial será feita por edital publicado no Diário Oficial do Estado.

Art. 34 - Durante a instrução será concedida vista dos autos à pessoa interessada, mediante simples solicitação, sempre que não prejudicar o curso do procedimento.

Parágrafo Único - A concessão de vista será obrigatória, no prazo para manifestação do interessado ou para apresentação de recursos.

Art. 35 - Ao advogado é assegurado o direito de retirar os autos da repartição, mediante a assinatura de recibo, durante o prazo para manifestação de seu constituinte, salvo na hipótese de prazo comum.

Capítulo II DOS RECURSOS

Seção I LEGITIMIDADE PARA RECORRER

Art. 36 - É facultada, a qualquer interessado, a apresentação de recurso contra decisões administrativas, em defesa de interesse ou direito, individual ou coletivo.

Parágrafo Único - Salvo previsão legal em contrário, o direito de recurso não é condicionado à prévia participação do recorrente no procedimento do qual tenha resultado o ato.

Seção II COMPETÊNCIA

Art. 37 - Quando norma legal ou regulamentar não dispuser de outro modo, será competente para conhecer do recurso a autoridade imediatamente superior àquela que praticou o ato.

Seção III SITUAÇÕES ESPECIAIS

Art. 38 - São irrecorríveis na esfera administrativa os atos de mero expediente ou preparatórios de decisões, bem assim os informes e pareceres.

Art. 39 - Contra as decisões administrativas tomadas originalmente pelo Chefe de qualquer dos Poderes caberá pedido de

reconsideração, observado, no que couber, o regime do recurso.

Seção IV REQUISITOS

Art. 40 - O recurso observará os seguintes requisitos:

I - será dirigido à autoridade recorrida e protocolizado no órgão a que esta pertencer;

II - trará a indicação do nome, qualificação e endereço para correspondência do recorrente;

III - conterá exposição, clara e completa, das razões de inconformidade.

Art. 41 - O prazo para apresentação de recurso será de 15 (quinze) dias, contados da intimação do ato ou de sua publicação.

Parágrafo Único - Nos casos em que a publicidade do ato tiver de ser procedida mediante intimação e publicação, a contagem do prazo de recusa dar-se-á a partir da publicidade última.

Art. 42 - Conhecer-se-á do recurso erroneamente designado, quando de seu conteúdo resultar indubitosa a busca de impugnação do ato.

Seção V EFEITOS

Art. 43 - O recurso será recebido no efeito meramente devolutivo, salvo:

I - previsão legal ou regulamentar em contrário;

II - quando o ato recorrido consistir na aplicação de sanção;

III - quando, além de relevante o fundamento do recurso, da execução do ato recorrido puder resultar a ineficácia da decisão final.

Parágrafo Único - Na hipótese do Inciso III, o recorrente requererá fundamentadamente a concessão do efeito suspensivo.

Seção VI TRAMITAÇÃO

Art. 44 - A tramitação do recurso observará as seguintes regras:

I - o recurso será juntado aos autos em dois dias, contados da protocolização;

II - quando os autos em que foi produzida a decisão recorrida tiverem de permanecer na repartição de origem para o prosseguimento de providências em curso, o recurso será autuado em separado, trasladando-se cópia dos elementos necessários;

III - requerida a concessão de efeito suspensivo, a autoridade recorrida apreciará o pedido nos 3 (três) dias subsequentes:

Curitiba, terça, em 29.03.94

IV - havendo outros interessados representados nos autos, serão estes intimados, com prazo comum de 15 (quinze) dias, para oferecimento de contra-razões;

V - com ou sem as contra-razões, os autos serão submetidos à Consultoria Jurídica para elaboração de parecer, no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

VI - a autoridade recorrida poderá reconsiderar seu ato, nos 5 cinco dias subsequentes:

VII - mantido o ato, os autos serão encaminhados à autoridade competente para conhecer do recurso, para decisão, em 30 (trinta) dias;

VIII - a autoridade recorrida não poderá negar seguimento ao recurso, mesmo quando inadmissível ou interposto fora de prazo, sob pena de responsabilidade.

§ 1º - Das decisões previstas nos incisos III, VI e VII dar-se-á publicidade em 2 (dois) dias.

§ 2º - Da decisão prevista no inciso III caberá recurso à autoridade imediatamente superior, sem prejuízo da tramitação do recurso de mérito.

Art. 45 - Os recursos dirigidos ao Chefe de qualquer dos Poderes do Estado serão antes submetidos a parecer jurídico do órgão de Consultoria Jurídica competente.

Seção VII DECISÃO E SEUS EFEITOS

Art. 46 - A decisão de recurso não poderá agravar a restrição produzida pelo ato ao interesse do recorrente.

Art. 47 - Ultrapassado, sem decisão, o prazo de 60 (sessenta) dias a partir da protocolização de recurso que tramite sem efeito suspensivo, o recorrente poderá considerá-lo rejeitado na esfera administrativa.

§ 1º - No pedido de reconsideração previsto no art. 39 o prazo será de 30 (trinta) dias.

§ 2º - O disposto neste artigo não desonerará a autoridade do dever de apreciar o recurso.

Seção VIII RECURSOS DOS ATOS DE ÓRGÃOS COLEGIADOS E SEUS MEMBROS

Art. 48 - Junto aos órgãos colegiados são admissíveis os seguintes recursos

I - agravo;

II - embargo;

III - revista.

Art. 49 - Admitir-se-á recurso de agravo dos despachos interlocutórios pro-

feridos em quaisquer processos pelos membros titulares ou substitutos do órgão colegiado, inclusive o membro presidente, ou de quaisquer decisões singulares, que será julgado:

I - pelo membro titular, se o despacho recorrido emanar de membro substituto;

II - pela câmara ou instância colegiada inferior a plena, se o despacho recorrido emanar de membro titular;

III - pelo órgão colegiado pleno, se impraticável a apreciação nas formas dos incisos I e II.

Art. 50 - O recurso de embargo é cabível das decisões proferidas por instâncias colegiadas inferiores, que não o órgão colegiado pleno, no sentido de a matéria ser apreciada pelo órgão colegiado pleno.

Art. 51 - O recurso de revista é cabível das decisões proferidas pelo órgão colegiado pleno, no sentido de a matéria ser reapreciada pelo órgão pleno.

Art. 52 - Poderá o órgão colegiado disciplinar diversamente a matéria de recursos em regimento interno próprio, desde que previstos recursos específicos das decisões singulares, dos despachos interlocutórios, das decisões dos órgãos colegiados intermediários e auxiliares e das decisões do órgão colegiado pleno.

Seção IX REVISÃO

Art. 53 - Dentro do prazo de 05 (cinco) anos, contados da decisão definitiva do Poder Público, é admissível o pedido de revisão de qualquer ato administrativo, pelo interessado ou por outro que tenha legitimidade, e se fundará:

I - em qualquer das hipóteses do art. 9º desta lei;

II - na superveniência de documento novo, cuja existência tenha sido até então ignorada pelo interessado, ou de que não pôde fazer uso.

Parágrafo Único - O procedimento de revisão terá o mesmo regime dos recursos definidos neste Capítulo.

Capítulo III PROCEDIMENTOS EM ESPÉCIE Seção I PROCEDIMENTOS DE OUTORGA

Art. 54 - Rege-se pelo disposto nesta Seção o procedimento dos pedidos de reconhecimento, atribuição ou liberação do exercício de direito.

Art. 55 - A competência para apreciação dos requerimentos será do dirigente da

entidade ou órgão encarregado da matéria versada, salvo previsão legal ou regulamentar em contrário.

Art. 56 - O requerimento será dirigido à autoridade competente para sua decisão, devendo indicar:

I - o nome, qualificação e endereço para correspondência do requerente;

II - os fundamentos de fato e de direito;

III - a providência pretendida;

IV - as provas em poder do Poder Público que pretende ver juntadas aos autos.

Parágrafo Único - O requerimento será desde logo instruído com a prova documental de que o interessado disponha.

Art. 57 - A tramitação dos requerimentos observará as seguintes regras:

I - protocolizado o expediente, o órgão de recepção providenciará a autuação e remessa ao setor competente, no prazo de 2 (dois) dias;

II - o requerimento será desde logo indeferido se não atender os requisitos dos incisos I a IV do artigo anterior, notificando-se o requerente;

III - se o requerimento houver sido dirigido a órgão incompetente, este providenciará seu encaminhamento à seção adequada, notificando-se o requerente;

IV - a autoridade determinará as providências necessárias à instrução dos autos, ouvindo, em caso de dúvida relevante quanto à matéria jurídica, o órgão de Consultoria Jurídica competente;

V - quando os elementos colhidos puderem conduzir ao indeferimento, o requerente será noticiado, com prazo de 5 (cinco) dias, para manifestação final;

VI - terminada a instrução, a autoridade decidirá, em despacho motivado, nos 15 (quinze) dias subseqüentes, intimando da decisão o requerente;

VII - da decisão caberá recurso.

Art. 58 - Quando duas ou mais pessoas pretenderem do Poder Público o reconhecimento ou atribuição de direitos que se excluam mutuamente, será instaurado procedimento administrativo para a decisão, com observância das normas do artigo anterior e das ditadas pelos princípios da igualdade e do contraditório.

Seção II PROCEDIMENTO DE INVALIDAÇÃO

Art. 59 - Rege-se pelo disposto nesta Seção o procedimento para invalidação de ato ou contrato administrativo.

Art. 60 - O procedimento para invali-

dação provocada observará as seguintes regras:

I - o requerimento será dirigido à autoridade que praticou o ato ou firmou o contrato, atendidos os requisitos do art. 56;

II - recebido o requerimento, será o mesmo submetido ao Órgão de Consultoria Jurídica para emissão de parecer, em 15 (quinze) dias;

III - a Consultoria Jurídica do Órgão ou entidade opinará sobre a procedência ou não do pedido, sugerirá, quando for o caso, providências para instrução dos autos, e verificará se a eventual invalidação atingirá terceiros;

IV - quando parecer apontar a existência de terceiro interessado, a autoridade determinará sua citação para manifestar-se a respeito, em 15 (quinze) dias;

V - concluída a instrução, serão notificadas as partes para apresentarem suas razões finais em 5 (cinco) dias;

VI - a autoridade, ouvindo a Consultoria Jurídica, decidirá em 15 (quinze) dias, por despacho motivado, do qual serão intimadas as partes;

VII - da decisão caberá recurso.

Art. 61 - O procedimento para invalidação de ofício observará as seguintes regras:

I - cogitando da invalidade de ato ou contrato, a autoridade que o praticou, ou seu superior hierárquico, submeterá o assunto à Consultoria Jurídica;

II - a Consultoria Jurídica opinará sobre a validade do ato ou contrato, sugerirá, quando for o caso, providências para instrução dos autos, e verificará se a eventual invalidação atingirá terceiros;

III - quando o parecer apontar a existência de terceiro interessado, a autoridade determinará sua citação para manifestar-se a respeito, em 15 (quinze) dias;

IV - concluída a instrução, a autoridade, ouvindo a Consultoria Jurídica, decidirá, em 15 (quinze) dias, por despacho motivado, do qual será intimado o interessado;

V - da decisão caberá recurso.

Art. 62 - No curso do procedimento de invalidação, a autoridade poderá, de ofício ou em face de requerimento do interessado, suspender a execução do ato ou contrato, para evitar prejuízos de reparação impossível ou onerosa.

Art. 63 - Invalidado o ato ou contrato, o Poder Público tomará as providências necessárias para desfazer os efeitos produzidos desde sua emanação ou celebração, salvo quanto a terceiros de boa fé.

Seção III

PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Art. 64 - Nenhuma sanção administrativa será aplicada à pessoa física ou jurídica, pelo Poder Público, sem que seja assegurada ampla defesa ao acusado, em procedimento sancionatório.

Parágrafo Único - No curso do procedimento ou, em caso de extrema urgência, antes dele o Poder Público poderá adotar as medidas cautelares estritamente indispensáveis à eficácia do ato final.

Art. 65 - O procedimento sancionatório observará as seguintes regras:

I - verificada a ocorrência de infração administrativa, será instaurado procedimento para sua apuração;

II - o ato de instauração, expedido pela autoridade competente, indicará os fatos em que se baseia e as normas definidoras da infração e da sanção aplicável;

III - o acusado será citado pessoalmente, com cópia do ato de instauração, para oferecer sua defesa e indicar as provas que pretende produzir em 15 (quinze) dias;

IV - caso haja requerimento para produção de provas, a autoridade apreciará sua pertinência, em despacho motivado;

V - o acusado será notificado para:

a) manifestar-se em 10 (dez) dias, se maior o prazo não lhe for assinalado em consideração à complexidade da prova, sobre os documentos juntados aos autos pela autoridade;

b) acompanhar as provas orais;

c) formular quesitos e indicar assistente técnico, quando for o caso de prova pericial;

d) concluída a instrução, apresentar em 5 (cinco) dias suas alegações finais;

VI - antes da decisão, a autoridade colherá o parecer da Consultoria Jurídica;

VII - a decisão, devidamente motivada, será proferida em 15 (quinze) dias, dela intimando-se o interessado;

VIII - da decisão caberá recurso.

Art. 66 - O procedimento sancionatório será sigiloso até a decisão final, salvo em relação ao acusado ou seu procurador.

Parágrafo Único - Incidirá em infração disciplinar de natureza grave o servidor que, por qualquer forma, divulgar irregularmente informações relativas à acusação, ao acusado ou ao procedimento.

Seção IV

PROCEDIMENTO DE REPARAÇÃO DE DANOS

Art. 67 - Aquele que pretender, do Poder Público, ressarcimento de danos causados por agente público, agindo nesta qua-

lidade, poderá requerê-lo administrativa-mente, observadas as seguintes regras:

I - o requerimento será protocolizado na entidade ou órgão contra o qual se requer reparação, no prazo de 5 (cinco) anos, contados do ato ou fato que houver dado causa ao dano;

II - a protocolização do requerimento suspende a prescrição da ação de responsabilidade contra o Poder Público, pelo período que durar sua tramitação;

III - o requerimento conterá os requisitos do art. 56, devendo trazer indicação precisa do montante atualizado da indenização pretendida e declaração de que o interessado concorda com as condições contidas neste e no subsequente;

IV - o procedimento observará as regras do art. 57;

V - a decisão do requerimento será proferida por meio de despacho do Chefe do Poder respectivo, embasado em laudo técnico da entidade ou órgão contra o qual se requer a reparação, assinado por no mínimo três profissionais de carreira, e em parecer jurídico da Procuradoria Geral do Estado;

VI - acolhido o pedido, total ou parcialmente, será feita, em 15 (quinze) dias, a inscrição, em ordem cronológica, do valor atualizado do débito, notificando-se o interessado;

VII - não concordando com o valor inscrito o interessado poderá, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar desistência, cancelando-se a inscrição e arquivando-se os autos;

VIII - os débitos inscritos até 1º de julho de cada ano serão pagos até o último dia útil do exercício seguinte, à conta de dotação orçamentária específica do Poder respectivo;

IX - o depósito, em conta aberta em favor do interessado, do valor inscrito, atualizado monetariamente até o mês do pagamento, importará em quitação do débito;

X - o interessado, mediante prévia notificação ao Poder Público poderá considerar indeferido seu requerimento caso o pagamento não se realize na forma e prazo previstos nos incisos VIII e IX.

§ 1º - Quando o interessado utilizar-se de faculdade prevista nos incisos VII e X, perderá qualquer efeito o ato que tiver acolhido o pedido, não se podendo invocá-lo como reconhecimento da responsabilidade administrativa.

§ 2º - O parecer jurídico referido no inciso V será vinculante para a decisão em procedimento de reparação de dano, podendo o Chefe do Poder aprová-lo ou rejeitá-lo.

Art. 68 - Nas indenizações pagas nos termos do artigo anterior não incidirão juros, honorários advocatícios ou qualquer

outro acréscimo.

Art. 69 - O direito de regresso contra o responsável pelo dano, nos casos de dolo ou culpa, deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua apuração em procedimento de reparação de dano, sob pena de responsabilidade.

Seção V

PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DE CERTIDÃO

Art. 70 - É assegurada, a qualquer pessoa física ou jurídica, a expedição de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres, constantes de registros ou autos de procedimento administrativo, res-salvado o disposto no art. 73.

Parágrafo Único - As certidões serão expedidas sob a forma de relato ou mediante cópia reprográfica dos elementos pretendidos.

Art. 71 - Para o exercício do direito previsto no artigo anterior, o interessado deverá protocolizar requerimento no órgão competente, independentemente de qualquer pagamento, especificando os elementos que pretende ver certificados.

Art. 72 - O requerimento será apreciado, em 5 (cinco) dias, pela autoridade competente, que determinará a expedição da certidão no mesmo prazo.

Art. 73 - O requerimento será indeferido em despacho motivado, se a divulgação da informação solicitada colocar em comprovado risco a segurança da sociedade e do Estado ou violar a intimidade de terceiros.

§ 1º - Na hipótese deste artigo, a autoridade competente, antes de sua decisão, ouvirá o órgão de Consultoria Jurídica, que se manifestará em 3 (três) dias.

§ 2º - Do indeferimento de pedido de certidão caberá recurso.

Art. 74 - A expedição da certidão independe de qualquer pagamento quando o requerimento demonstrar sua necessidade ou utilidade para a defesa de direitos ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.

Parágrafo Único - Nas demais hipóteses, o interessado será intimado a recolher o valor correspondente ao custo da expedição.

Seção VI

PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS

Art. 75 - Toda a pessoa terá direito de acesso aos registros nominais que a seu

respeito constem em qualquer espécie de fichário, informatizado ou não, dos órgãos ou entidades do Poder Público, inclusive em fichários policiais.

Parágrafo Único - Constitui falta grave, sujeita à responsabilização, a sonegação, ocultação ou qualquer outra forma de impedimento ao livre acesso do interessado a informações pessoais constantes dos registros do Poder Público.

Art. 76 - O procedimento para obtenção de informações observará as seguintes regras:

I - o interessado apresentará ao órgão ou entidade do qual pretende as informações requerimento escrito de que conste o pedido;

II - as informações serão fornecidas no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da protocolização do requerimento;

III - as informações serão transmitidas em linguagem clara e indicarão:

a) o conteúdo integral do que existir registrado;

b) a fonte das informações e dos registros;

c) o prazo pelo qual os registros serão mantidos;

d) as categorias de pessoas que, por suas funções ou por necessidade de serviço, têm diretamente acesso aos registros;

e) as categorias de destinatários habilitados a receber comunicação destes registros;

f) se estes registros são transmitidos a outros órgãos estaduais, e quais são esses órgãos.

Art. 77 - Os órgãos ou entidades do Poder Público, ao coletarem informações, devem esclarecer aos interessados:

I - o caráter obrigatório ou facultativo das respostas;

II - as consequências de qualquer incorreção na resposta;

III - os órgãos aos quais se destinam essas informações;

IV - a existência do direito de acesso e retificação.

Parágrafo Único - Quando as informações forem recolhidas através de questionários impressos, deles devem constar estes esclarecimentos.

Art. 78 - É proibida a inserção ou conservação em fichário de dados nominais que mostrem origens raciais, opiniões políticas, filosóficas ou religiosas, orientações sexuais e filiação sindical ou partidária.

Art. 79 - É vedada a utilização, sem autorização prévia do interessado, de dados pessoais para outros fins que não aqueles para os quais foram prestados.

Seção VII

PROCEDIMENTO PARA RETIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS

Art. 80 - Qualquer pessoa tem o direito de exigir do Poder Público:

I - a eliminação completa dos registros de dados a seu respeito que sejam falsos, que tenham sido obtidos por meios ilícitos, ou que se refiram a origens raciais, opiniões políticas, filosóficas ou religiosas, orientações sexuais e filiação sindical ou partidária;

II - a ratificação, complementação, esclarecimento ou atualização dos dados falsos incompletos, dúbios ou desatualizados.

Parágrafo Único - Aplicam-se ao procedimento de retificação as regras contidas nos arts. 56 e 57.

Art. 81 - O fichário nominal deve ser completado ou corrigido, de ofício, assim que a entidade ou órgão por ele responsável tome conhecimento da inexatidão, falsidade ou ilicitude de informação nele contida.

Art. 82 - No caso de informação já fornecida a terceiros, sua retificação ou anulação deve ser comunicada a estes, com cópia para a pessoa a que se refere a informação.

Seção VIII

PROCEDIMENTO DE DENÚNCIA

Art. 83 - Qualquer pessoa que tiver conhecimento de violação da ordem jurídica, praticada por órgãos, entidades ou agentes públicos do Estado do Paraná, poderá denunciá-la ao Poder Público.

Art. 84 - A denúncia conterá a identificação do denunciante, devendo indicar o fato em questão e suas circunstâncias e, tanto quanto possível, seus responsáveis e beneficiários.

Parágrafo Único - Quando a denúncia for apresentada verbalmente, a autoridade lavrará termo, assinado pelo denunciante.

Art. 85 - Instaurado o procedimento administrativo, a autoridade responsável determinará as providências necessárias à sua instrução, observando-se os prazos previstos nesta Lei e as seguintes regras:

I - é obrigatória, antes da decisão, a oitiva do órgão de Consultoria Jurídica;

II - o prazo máximo para a conclusão do procedimento é de 120 (cento e vinte) dias;

III - o denunciante não é parte do procedimento, sendo, no entanto, cientificado de seu resultado.

Art. 86 - Incidirá em infração disciplinar por comportamento irregular, de natureza grave, a autoridade que não der andamento imediato, rápido e eficiente ao procedimento regulado nesta seção.

Título V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 87 - O descumprimento injustificado, pelo Poder Público, dos prazos previstos na presente Lei gera responsabilidade disciplinar, imputável aos agentes diretamente encarregados do assunto.

Parágrafo Único - Respondem também os superiores hierárquicos que se omitirem na fiscalização dos serviços de seus subordinados, ou que de outro modo concorram para a infração.

Art. 88 - Os prazos previstos nesta Lei são contínuos e não se interrompem nos feriados.

Art. 89 - Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

§ 1º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia que:

I - for determinado o fechamento da repartição;

II - o expediente for encerrado antes da hora normal.

§ 2º - Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a publicidade do ato.

Art. 90 - Esta Lei entrará em vigor no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.03.94

(aa) RENATO ADUR

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

A disciplina dos atos e procedimentos administrativos constitui necessidade há tempos adiada pelo Poder Público brasileiro. A normação administrativa genérica circunscreve-se basicamente às leis sobre licitações e contratos, aos estatutos de servidores públicos e às leis disciplinadoras da Administração Indireta. A atuação do Poder Público, entretanto, é vasta e cresce sem cessar.

Sensível a esta temática, a Constituição de 88 cuidou de impor ao Poder Público, entre outros, o art. 37, que enuncia os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade; o art. 93, X, que consagra o princípio da motivação dos atos administrativos; além do art. 5º, no qual são garantidos os direitos à informação, de petição, de certidão, ao con-

traditório e à ampla defesa, ao conhecimento e retificação de dados.

Essas as matérias disciplinadas no presente Projeto de Lei.

Regula o Projeto os atos e procedimentos do Estado do Paraná, de todos os seus Poderes, talvez o mais ambicioso esforço de reforma administrativa intentado pela via legislativa, já não em relação ao rearranjo dos entes que compõem a estrutura do Estado, mas ao modo como agem cotidianamente estes entes e ao modo como se relacionam com os cidadãos.

Noticie-se, por essencial, que tal iniciativa aproveita amplamente, com reformas e adaptações, o extraordinário trabalho, em nível de Anteprojeto de Código de Atos e Procedimentos Administrativos, desenvolvido por comissão de juristas da Procuradoria do Estado de São Paulo, sob a coordenação do Dr. Carlos Ari Sundfeld, professor de Direito Administrativo da PUC/SP, e integrada pelos Drs. Clóvis Bezanos e Ruy Homem de Mello Lacerda, e que contou ainda com a colaboração dos Drs. Adilson de Abreu Dallari, Luiz Sérgio de Souza Pizzi, Antonio Carlos da Silva e Edmir Neto de Araújo, e sugestões da Universidade Estadual Paulista - UNESP.

Para a realização do presente Projeto de Lei, agradecimento especial merece o eminente Professor Carlos Ari Sundfeld que, após prestar entrevista sobre a matéria ao jornal a "Folha de São Paulo", e procurado por esta Casa de Leis, colocou à disposição todo o trabalho, universalizando o saber e cultura jurídicas.

Na versão atual, o Projeto de Lei ora submetido à douta apreciação do Poder Legislativo do Estado do Paraná aproveita ainda as lições dos insígnies administrativistas Hely Lopes Meirelles e Celso Antonio Bandeira de Mello.

É certo, por fim, que o Estado do Paraná, ao adotar uma Lei com tal perfil, estará inovando no universo jurídico brasileiro e confirmando sua vocação de qualidade em seus serviços.

PROJETO DE LEI Nº 099/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica proibida a instauração de sindicância policial ou procedimento similar como preliminar de inquérito policial no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Art. 2º - A autoridade policial, ao conhecer do primeiro indício da existência de crime, cujo tipo subsuma habitualidade, ou autoria de qualquer outro crime, instaurará, desde logo, inquérito poli-

cial, nos termos do art. 6º e seguintes do Código de Processo Penal.

Parágrafo Único - Quando a prova coligida no inquérito policial não convencer da habitualidade, nos casos exigidos, e a autoridade policial conhecer de fato probatório da reiteração da conduta típica, as diligências serão procedidas em autos complementares, independentemente da existência ou não de prisão em flagrante.

Art. 3º - As sindicâncias policiais e procedimentos similares em tramitação na Polícia Civil do Estado do Paraná serão imediatamente convertidos em inquérito policial.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.03.94

(aa) RENATO ADUR

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

A competência suplementar do Estado para legislar sobre a matéria decorre do § 2º do art. 24 da Constituição Federal e do art. 13, inciso XI e § 1º da Constituição do Estado do Paraná.

O sistema de inquérito policial vem definido entre nós nos artigos 4º e 23 do Código de Processo Penal. O inquérito é o único procedimento investigatório que a lei processual penal disciplina e sua finalidade principal consiste em aparelhar o titular da ação penal, a fim de que possa regularmente exercer tal direito subjetivo frente ao Poder Judiciário.

Entretanto, de forma astuciosa, procura-se justificar a prática ilegal de não instaurar formalmente o inquérito policial substituindo-o pelas chamadas "sindicâncias", como investigação prévia ou preliminar à abertura do necessário inquérito.

No plano da legalidade, objetiva o presente projeto impedir que cidadãos venham a depor perante a autoridade policial em procedimentos não previstos em lei, por isso mesmo sem o rigor formal que a necessária segurança da cidadania está a exigir.

De notar, a prática ilegal das sindicâncias e procedimentos similares subtrai do Ministério Público a possibilidade de formular a sua "opinio delicti", bem como impede o Poder Judiciário de fiscalizar o princípio de obrigatoriedade da "persecutio criminis", através do procedimento regulado no art. 28 do Código de Processo Penal.

Nem a circunstância de inexistir prova relativamente à existência material do fato típico ou mesmo de sua autoria confere amparo à prática das sindicâncias policiais e de seus acautelamentos. Muito pelo contrário, a apuração da infração penal e

Curitiba, terça, em 29.03.94

de sua autoria é o próprio objeto do inquérito, que com o presente se deseja recolocar como moldura legal adequada à atividade investigatória.

PROJETO DE LEI Nº 100/94

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As taxas de matrícula, de exame ou quaisquer outras relativas ao ensino nos estabelecimentos de educação secundária, normal e profissional, oficiais ou fiscalizados e bem assim quaisquer tributos estaduais que recaiam em atos da vida escolar discente, nesses estabelecimentos, no Estado do Paraná, serão cobrados com as seguintes reduções, para as famílias com mais de um filho: para o segundo filho, redução de vinte por cento; para o terceiro, de quarenta por cento; para o quarto e seguintes, de sessenta por cento.

Parágrafo Único - Para gozar dessas reduções, demonstrará o interessado que dois ou mais filhos seus estão sujeitos ao pagamento das citadas taxas, no mesmo estabelecimento.

Art. 2º - Nos internatos oficiais de ensino secundário, normal e profissional, serão reservados, em cada ano, havendo candidatos, dez por cento dos lugares para matrículas de filhos de famílias com mais de dois filhos, e que preencham as condições pedagógicas exigidas.

Art. 3º - Esta lei reproduz as normas dos artigos 24 e 25 do Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941, e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.03.94.

(aa) RENATO ADUR

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

A competência do Poder Legislativo para legislar sobre a matéria decorre do art. 53, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná. Por esta norma, que remete ao art. 23 da Constituição, é da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

O presente Projeto objetiva confirmar a eficácia das normas dos arts. 24 e 25 do Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941, que, conquanto antiga, continua em plena vigência.

De todo válidas, as normas vêm agora transportadas para a legislação estadual, fornecendo às autoridades públicas instrumento mais atual para a sua plena aplicação ou observância.

PROJETO DE LEI N° 101/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Esta lei regula o Depósito Legal de publicações, objetivando assegurar o registro e a guarda da produção intelectual no Estado do Paraná e possibilitar a preservação e a divulgação da memória bibliográfica paranaense e da cultura regional.

§ 1° - Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - Depósito Legal: a remessa obrigatória à Biblioteca do Paraná de, no mínimo, dois exemplares de publicações produzidas por qualquer meio ou processo no âmbito do Estado do Paraná e/ou de autoria paranaense.

II - Publicação: toda e qualquer obra intelectual que expresse manifestação literária educacional, científica, artística e afim, resultante de qualquer processo técnico de produção e que se destine à distribuição gratuita ou venda, tais como livros, jornais, revistas e outros periódicos, separata, atlas e cartas geográficas, mapas, partituras musicais, programas de espetáculos, catálogos de exposições, cartazes, postais, literaturas de cordel, gravuras, fonogramas e videogramas, microformas e outras.

III - Publicações novas: edições cujo conteúdo seja diferente do da edição original, como as revistas, corrigidas, ampliadas ou abreviadas, que contenham prefácios novos ou qualquer tipo de nota significativa nova; traduções de obras brasileiras para línguas estrangeiras; edições que apresentem variações de forma, tais como comerciais, de luxo, encadernadas, em brochura, sob a modalidade de livro de bolso, microforma, braille, fitas gravadas, discos, etc.; reimpressões de livros esgotados, inclusive fac-similares; minipublicações, das quais tenha sido preparada matriz para impressão de outras, reimpressões reduzidas de obras já publicadas, obras originais divulgadas em microformas, opacas ou transparentes.

IV - Distribuição ou Divulgação: obra comunicada ao público em geral ou a segmentos da sociedade pela primeira vez e a qualquer título.

V - Editor: pessoa física ou jurídica que adquire direito exclusivo de reprodução gráfica da obra.

VI - Impressor: pessoa física ou jurídica que imprime obras, por meios mecânicos, utilizando suportes vários.

VII - Produtor: pessoa física ou jurídica que produz fonograma ou videofonograma.

Art. 2° - Esta lei abrange as publica-

ções oficiais dos níveis da Administração Pública Estadual, compreendendo ainda as dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta, bem como as empresas criadas, mantidas ou subvencionadas pelo poder público e todas as entidades e empresas de direito privado de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Esta lei abrange ainda as publicações do Poder Judiciário e Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Art. 3° - São equiparadas às publicações referidas no Art. 1° para efeito de Depósito Legal as provenientes do estrangeiro que trouxeram indicações do editor ou vendedor domiciliado no Estado do Paraná.

Art. 4° - O Depósito Legal será efetuado pelos impressores no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a publicação da obra, cabendo aos respectivos autores editores e produtores verificar o cumprimento da medida.

§ 1° - Das publicações produzidas em outras localidades que não a Capital do Estado, por qualquer dos órgãos ou empresas referidas no Art. 2°, um exemplar será encaminhado à Biblioteca Pública Municipal local e outro à Biblioteca Pública do Paraná.

§ 2° - O descumprimento do Depósito Legal nos termos deste artigo acarretará ao infrator:

- a) multa correspondente a até 100 (cem) vezes o valor da obra no mercado;
- b) apreensão de exemplares em quantidades suficientes para atender às finalidades do Depósito.

§ 3° - Em se tratando de publicação oficial, a autoridade responsável por sua impressão responderá, pessoalmente, pelo descumprimento do disposto neste artigo.

§ 4° - Constituirá receita da Biblioteca Pública do Paraná o valor da multa a ser cobrada por infração ao disposto nesta lei.

Art. 5° - A Biblioteca Pública do Paraná e as Bibliotecas Públicas Municipais fornecerão o recibo de Depósito Legal de todas as obras depositadas, reservando-se o direito de determinar a substituição de todo e qualquer exemplar que apresente falha de integridade física.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Estadual n° 15.645, de 07 de agosto de 1964.

Sala das Sessões, em 29.03.94.

(aa) RENATO ADUR

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

O poder-dever do Estado para legislar sobre a matéria decorre dos arts. 53, inc. XVI e 190 e ss. da Constituição do Estado do Paraná, como corolário dos arts. 23, incs. III e IV e 215 e ss. da Constituição Federal.

O Depósito Legal é o instrumento básico de que se serve o Estado para registrar e preservar a produção bibliográfica do Paraná, nos seus aspectos literário, artístico e científico, bem como da manifestação cultural não convencional. Em todo o mundo culto, o Depósito Legal constitui preocupação permanente, não só das entidades governamentais, como de associações vinculadas à inteligência e à tradição das nacionalidades.

Esta preocupação foi posta em debate por instituições como o UNESCO, que dedicou recursos e tempo na pesquisa necessária à fixação de diretrizes para o aperfeiçoamento da bibliografia de cada País e de sua respectiva legislação sobre o Depósito Legal.

A matéria, no Estado do Paraná, é hoje regulada pelo Decreto nº 15.645, de 07 de agosto de 1964. O período de vigência das normas atuais por si só justificaria sua ampla revisão, no sentido pôr em dia legislação de tão alta significação para o patrimônio cultural do Paraná.

Partindo deste enfoque, procura o projeto precisar determinados conceitos e dar ênfase à importância do Depósito Legal, tornando flexível sua execução em todo o território estadual, diretamente pela Biblioteca Pública do Paraná, a fim de que não fique sem recolha a vasta produção cultural do Estado, de cuja conservação dependerá, no futuro, a memória da tradição paranaense.

O projeto contém os conceitos fundamentais do depósito obrigatório, segundo a doutrina hoje em voga no mundo civilizado, e precisa os produtos que devem ser obrigatoriamente depositados na Biblioteca Pública do Paraná, destinados à preservação do patrimônio cultural paranaense e, naturalmente, brasileiro.

O direito autoral é respeitado e balanceado com a norma do art. 191 da Constituição do Estado do Paraná, segundo a qual os bens materiais referentes às características da cultura, no Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Estado com a cooperação da comunidade.

A obrigatoriedade do depósito impõe necessariamente sanções aos transgressores da legislação. Estas se limitam à aplicação de pena de multa e, supletivamente, à apreensão, no comércio, dos exemplares não depositados.

Com a maior divulgação das novas disposições e com a experiência nesse campo da Biblioteca Pública do Paraná, é certo que as sanções, com o correr do tempo, perderão qualquer expressividade, pelo interesse justo do próprio depositante em ver sua obra incluída na bibliografia estadual e devidamente catalogada para uso dos milhares de usuários no presente e, no futuro, como integrante indispensável de memória, cultura e tradição do Paraná.

O projeto tem o mérito de modernizar a legislação em vigor e de ajustar o desempenho do Depósito Legal às pesquisas elaboradas pelo UNESCO nesse domínio, o que por si só demonstra a importância universal da matéria, como medida de conhecimento, aproximação e compreensão entre os povos e entre as nações de todo o planeta.

Assim sendo, a aprovação deste projeto representa um passo decisivo no sentido de disciplinar e atualizar o instituto do Depósito Legal, além de consolidar um real serviço à cultura do nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 102/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica reconhecida a Associação dos Municípios do Paraná - AMP, como a entidade representativa dos Municípios e Associações Micro-Regionais dos Municípios Paranaenses, habilitada a integrar órgãos colegiados da administração pública estadual ou indicar representantes e firmar convênios com o poder público estadual nos diversos setores e atividades da administração pública.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 29.03.94.

(a) TOTI COLAÇO

PROJETO DE LEI Nº 103/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Vila Moisés Lerner - AMMLER, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.03.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A AMMLER desenvolve um magnífico trabalho de integração comunitária. Toda a

documentação em anexo, comprovando a legalidade deste projeto, por si só mostra a importância, os objetivos e a urgência deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE - (Hermas Brandão) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Apenas para registrar a presença da vereadora Maria Inês Gomes de Alto Piquiri e da Maria Auxiliadora de Medeiros de Brasília do Sul. Duas vereadoras da nossa Região que vêm participar do encontro das mulheres políticas: prefeitas, vereadoras e que sem dúvida nos honram com suas presenças.

O SR. PRESIDENTE - (Hermas Brandão) - Está registrado.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - (Pela Ordem) - Queria registrar a presença do vice-Prefeito de Castro-Jiovan Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE - (Hermas Brandão) - Está registrado Deputado. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados. O trevo que está sendo construído na Cidade de Ponta Grossa é uma das obras marcantes da administração pública deste Paraná. Marcante pela importância que ele representa e a seguridade que ele vai oferecer ao trânsito do Paraná todo e do corredor de exportação dos países irmãos nossos que por ali transitam e demandam ao porto de Paranaguá para escoar os seus produtos.

Foi feito um acordo, um acordo entre a Secretaria dos Transportes e a Prefeitura de Ponta Grossa. Acordo esse transmitido pela pessoa do Sr. Secretário de Obras da minha cidade. Sendo que a responsabilidade das ruas, a serem oferecidas - como opção pela construção que seria interditado o sistema viário que ali, permanentemente era conhecido, essa nova sistemática teria a incumbência e a responsabilidade da sua conservação, da sua manutenção e, principalmente, da sua condição de tráfego, por parte do DER. Isso foi-nos dito pelo Sr. Secretário de Obras do Município de Ponta Grossa.

Estamos entrando no dia de hoje com um Requerimento pelo estado quase de calamidade que se encontram as ruas que transitam os senhores motoristas e principalmente este Parlamento que ali passa, são testemunhas dos buracos, das crateras e, principalmente, criando a insegurança para quem mora e para quem passa ali.

Inúmeros caminhões já tombaram. Vidas, graças a Deus até o momento - não foram ceifadas. Mas se não tomarmos uma medida urgente - urgentíssima, nós não teremos condições realmente de não ser a atirar a responsabilidade ao Governo do Estado do Paraná.

Espero que este requerimento faça com que seja sensibilizado o Sr. Secretário que assume o Governo no próximo dia dois, nesta Casa, para tomar urgentemente as devidas providências.

O segundo assunto é com referência ao Parque Estadual que nós possuímos no domínio de Ponta Grossa que era o Parque Estadual de Vila Velha. Infelizmente alguma coisa está no ar. Sua Excelência o governador diz de que há um estudo para privatização por parte do Governo do Estado do Paraná com referência àquele parque estadual e por parte da nossa cidade, do nosso Governo Municipal há o empenho para que continue administrando o Parque Estadual de Vila Velha.

Acho que, mesmo com as falhas que poderão ser corrigidas, mesmo com a incompetência que poderá ser demonstrada através de um trabalho sério de agora em diante, Ponta Grossa tem a capacidade para continuar gerenciando o Parque Estadual de Vila Velha, desde que, a administração pública do nosso Município apresente ao Governo do Estado um organograma de recuperação daquilo que é uma das melhores atrações que a natureza nos oferece em solo paranista. E o terceiro assunto, Senhor Presidente, é com referência mais de perto à administração pública da cidade. Nós tínhamos um parque de exposições, feito em um terreno do exército, com contrato de locação que era periodicamente renovado, mas chegou o governo representado pelo Ministério do Exército, e mais precisamente, pelo general que comanda a nossa Brigada de Infantaria Blindada e disse que o exército não tinha mais interesse em renovar o contrato de locação para que ali continuasse instalado o parque de exposições. Foi de uma hora para outra jogado na rua, tudo o que ali ocorria. Castro e o Prefeito Rivadávia Menarin, deu uma demonstração que realmente o homem público daquele quilate é possuído, abrigou em Castro a Exposição Feira Industrial da nossa cidade. Nesta semana iria ocorrer a instalação do congresso pelo qual iria se organizar o 10º Rodeio dos Rodeios que congrega todos os tradicionalistas de todo o Brasil e até de nível internacional que ali se reuniam, por 9 eventos e agora é a 10ª edição e teve na pessoa do Sr. Secretário da Agricultura, dizendo que não havia condições de ser realizado o 10º Rodeio dos Rodeios. A população de Ponta Grossa, os tradicionalistas, os gaúchos que nos honram, com o

seu domicílio na minha cidade e na minha região, se uniram e disseram: "Mesmo sem a Prefeitura de Ponta Grossa, o 10º Rodeio sai". E lá, em uma demonstração de que realmente o povo se unindo e seja ele em qualquer setor, como nesse setor que é de uma tradição que deve ser cultuada, o prefeito recuou e depois do anúncio feito que com ou sem a prefeitura sairia o Rodeio dos Rodeios na sua 10ª edição, o prefeito recuou e disse que agora vai ajudar realmente a ser efetivado o 10º Rodeio dos Rodeios.

Mas o que nos traz Sr. Presidente, não são esses eventos que ocorreram e nem aquele da Sociedade Rural que foi obrigada a comprar um terreno próprio para ter ali o seu parque futuro, dos leilões a serem oferecidos a todos os pecuaristas e criadores da região dos Campos Gerais e não foi também tão somente a Sociedade Hípica de Ponta Grossa que se viu de uma hora para outra, tolhida naquilo que realmente demonstra um espírito sadio naquela competição de equitação, que ali na escolinha é desenvolvida e que teve que comprar um terreno e ficou na rua. Não são esses, mas é principalmente o dinheiro público que ali foi, pelas administrações anteriores a essa que ali se encontra, que ali foi implantado, logo após a nossa saída da Prefeitura de Ponta Grossa em 82. Foi desativado o Parque de Exposição Augusto Ribas, onde todos tínhamos a condição pela qual tudo isso fosse agregado. Infelizmente, o prefeito que nos sucedeu fez esse contrato, contrato, Senhor Presidente e Senhores Deputados, considerado burro, considerado burro pelo general Edmundo que agora, quando foi procurado pela imprensa de Ponta Grossa e aqui presente o nosso companheiro e amigo Jocelito Canto da Rádio Difusora, quando entrevistava o Comandante maior que representa o Ministério do Exército no nosso domicílio, o General disse de viva voz:

"Se fosse eu, não assinaria esse contrato que não é do interesse do povo" e o ex-Prefeito que nos sucedeu, assinou em detrimento do povo de Ponta Grossa, em detrimento do Erário Público e nós agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estarecidos, o atual Prefeito de Ponta Grossa que tem co-responsabilidade com a administração anterior a sua e a antecessora anterior, porque era vinculado às suas últimas administrações.

Agora, no desmanche, porque o General através do documento explícito dizia que todos os materiais e monumentos que fossem atinados ao terreno do Exército ficariam fazendo parte do corpo de patrimônio do Exército Nacional.

Mas o General com seu espírito realmente comunitário fez com que fossem reti-

radas todas as benfeitorias e devolvidas à administração pública do nosso Município.

E nesse desmanche do Parque de Exposição de Ponta Grossa os Senhores não sabem o que ocorreu.

Telhas inservíveis, alguns cochos, alguns furados, aqueles homens que lá desmontaram o parque levaram para suas casas, três ou quatro deles, levaram algumas peças do Parque de Exposição de Ponta Grossa.

Sua Excelência, o Prefeito, de pronto, fez uma Comissão, mandou para a Delegacia, e lá estão sendo processados aqueles coitados dos operários que levaram 10, 12 telhas de zinco para cobrir sua casinha. Lá estão sendo processados aqueles coitados que ganham o salário mínimo, que eram guardiões e não cuidaram do patrimônio. O que eu venho a essa Casa e a esse Paraná para dizer do diferenciamento do tratamento.

Quem deveria ser processado pelo atual Prefeito é aquele Prefeito que assinou o documento, é aquele Prefeito que deu prejuízo para Ponta Grossa e até agora não foi responsabilizado, é aquele Prefeito que não teve cuidado com o dinheiro público, e não são essas três ou quatro pessoas assalariadas que ele agora está processando.

O primeiro deles deveria ser aquele Prefeito inoperante e que deu à Ponta Grossa todo prejuízo que está sendo agora concretizado.

Trago ao Paraná isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque em Ponta Grossa há um castelo pequeno aonde realmente há mais de 14 anos impera isso que nós estamos testemunhando, o Paraná precisa conhecer, de perto, aquilo que está ocorrendo na nossa administração.

Tenho a certeza absoluta que os Senhores Vereadores da Câmara de Ponta Grossa haverão de fazer uma CPI sobre o desmanche do Parque de Exposição, e tenho mais do que certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o povo de Ponta Grossa vai entrar com uma ação popular contra o ex-Prefeito para dar uma mostra que o dinheiro público não pode ser como foi, vilipendiado por inoperância e irresponsabilidade da administração.

E agora, meu caro Alborghetti, pegam três ou quatro assalariados como se fossem eles os responsáveis por aquilo que ocorreu em Ponta Grossa.

O Sr. Plauto Miró (Aparte) - Com muito respeito a Vossa Excelência, quero entrar nessa polêmica, polêmica da nossa cidade, aonde o Parque de Exposições realmente foi feito num terreno que não era de propriedade do município, e sim um contrato foi feito com o Ministério do Exército,

para que ali se construísse um parque.

Foi investido e no decorrer do período, vencendo o contrato, o Ministério do Exército não quis mais prorrogar esse contrato, aonde a Sociedade Rural dos Campos Gerais veio pedir para que esse parque fosse removido dali, pois o Ministério do Exército mandou e pediu para que dali tirasse toda estrutura, toda infra-estrutura feita em cima desse parque.

Realmente a Sociedade Rural dos Campos Gerais veio, comprou um novo Parque de Exposições com recurso próprio, e o Município de Ponta Grossa está sendo cobrado por essa Sociedade Rural dos Campos Gerais, aonde o Prefeito colocou a vontade que ele tem a partir da hora que ele conseguir recursos suficientes para ajudar essa sociedade rural a levantar sim, esse Parque de Exposições.

Outro problema que houve junto ao Parque de Exposições foi que no desmanche do parque, funcionários do município vieram a desviar tudo que estava ali, uma boa parte disso levaram para suas casas, para suas chácaras, onde a justiça e a própria prefeitura fez um inquérito e estão fazendo os levantamentos para ver quem são os culpados e para, assim, serem punidos.

Não deixo de falar que na administração anterior houve um erro do prefeito da época, mas esse erro está sendo solucionado e espero que dentro de mais algum tempo o prefeito venha ajudar a Sociedade Rural dos Campos Gerais a construir esse parque, e ali resolver esse problema tão difícil criado na nossa cidade. Sou agropecuarista, sou produtor, sou expositor e sinto que nós estamos tendo que sair da nossa cidade de Ponta Grossa para expor no município vizinho de Castro. Mas a boa vontade da sociedade rural e junto com a prefeitura municipal nós esperamos que em breve venha resolver esse problema histórico da nossa cidade, porque a região dos Campos Gerais é uma região de entroncamento rodoviário e ali a nossa região, grande produtora na área agrícola e pecuária, não tem um parque de exposição para ali expor.

Então, quero só frisar que a administração desse prefeito que Vossa Excelência citou, que é o Deputado Federal Otto Cunha, ele já achou, através desta maneira de acertar com o exército, fazendo um contrato com o exército, para que, "a posteriori", viesse a trocar esse terreno. Realmente, o exército rompeu o contrato, pediu de volta o terreno e a nossa cidade ficou a ver navios.

Mas acredito que, em breve, por pressões da sociedade rural, inclusive da minha pessoa como representante dos Campos Gerais, junto à Prefeitura de Ponta Grossa venha a se resolver o mais rápido possível esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - O tempo do orador que se encontra na tribuna está esgotado. Concedo ao Deputado Luiz Carlos Zuk mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Eu queria, ao finalizar, ler um trecho pequeno do artigo "Contrato mal feito leva cidade a perder o seu Parque de Exposição".

"CABEÇA DE MALUCO"

A condição "unilateral" do contrato, com previsão de prejuízos ao Município, ao erário público, foi confirmada em entrevista concedida, em novembro do ano passado, pelo atual comandante da 5.^a Brigada general Luiz Edmundo Pinto de Souza e Melo, publicada no Diário da Manhã no dia 21 daquele mês. Sobre o assunto, o general fez estes comentários: "O contrato foi feito para a utilização da área, até a construção de um novo parque de exposições, que nunca foi feito. E o provisório começou a ser incrementado". "O texto do contrato feito, que eu achei mal feito, era prejudicial a quem? Prejudicava a cidade de Ponta Grossa e beneficiava o Exército. Um troço meio estranho, né?". "Havia uma cláusula, dizendo que dentro daquela área, todas as benfeitorias que fossem feitas, por ocasião do cancelamento do contrato, passariam a pertencer ao Ministério do Exército. Quer dizer, eu acho que isso daí é uma loucura. Ora, vou investir um dinheiro ali dentro, construo um edifício, vou-me embora e pronto? Cessou o contrato e o edifício fica para você. Isto, só na cabeça de maluco. Mas, azar de quem escreveu". Referindo-se às benfeitorias, o general comentava: "Aquilo é dinheiro, é patrimônio do Município. Ali dentro tem madeirame, telhas, fiação, postes, seis galpões enormes, que provavelmente serão derrubados e jogados no lixo. Porque o Exército não quer nada daquilo.

E o General nos deu isso.

Por isso, Senhor Presidente, poderia eu me estender mais no assunto, mas, devido a escassez do tempo, eu fico tão somente para registrar a esta Casa que o ex-prefeito é inoperante, que o ex-prefeito é irresponsável, que o ex-prefeito, realmente, não teve condições pela qual mostrou ao Paraná aquilo que não era a verdade, a verdade dura a ser mostrada. A mentira dura por um espaço de tempo, mas a verdade sempre aparece por todo o espaço de tempo.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier, Dr.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ontem eu estive visitando os funcionários do Programa Nosso, ligado à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio.

Esses funcionários, em número de 24, que no ano passado arrecadaram cerca de 3,4 milhões de dólares encontram-se em greve e aqui passo a ler a carta que fizeram e enviaram ao Governador do Estado, ao Secretário de Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia e ao Secretário Especial da Indústria e do Comércio.

(Lê): "Prezados Senhores.

Dirigimo-nos a Vossas Excelências buscando sua compreensão para a atitude que as circunstâncias nos obrigaram a tomar. Para tanto, voltamos a expor o que obviamente já é do seu conhecimento.

Senhores, por várias vezes durante o ano de 1993 os funcionários do Programa Nosso receberam seus salários com atrasos. Houve ocasião em que esse atraso durou cerca de setenta e cinco dias. Ninguém faltou ao trabalho por esse motivo. Comparecemos todos, o andamento das atividades na Empresa não foi de forma alguma prejudicado. Fizemos isto porque somos trabalhadores responsáveis; porque do nosso trabalho dependem nossas famílias; porque do nosso trabalho dependem também as vinte e seis lojas do Programa Nosso no interior, que são o ponto de apoio de cerca de cinquenta mil empregos diretos e indiretos da economia informal, pessoas cuja única fonte de renda é o produto que comercializamos para eles. E porque somos cidadãos produtivos do Estado do Paraná, daqui "onde o Brasil está dando certo".

E, Senhores, continuamos enfrentando problemas de atrasos no nosso pagamento. Num país de economia caótica como é o nosso, com índices de inflação de cinquenta por cento ao mês, em nenhuma das ocasiões, no ano passado, recebemos a correção de valores, que nos seria devida pelos atrasos. Arcamos com esse prejuízo. Mas não foi só isso que perdemos.

Senhores, tivemos de usar os limites de cheques especiais, atrasamos pagamentos de compromissos que tínhamos assumido e cujos juros e correção monetária não nos foram perdoados. Ficamos sem condições de providenciar medicamentos, material escolar de nossos filhos. Fomos forçados a emprestar dinheiro dos míseros recursos dos nossos parentes, também assalariados.

Tudo isso, senhores, agüentamos calados e com infinita paciência. Mas o peso não acabou. Ele continua. Estamos novamente, há tempos, sem receber. E foi o desespero que a situação nos causa que nos levou à atitude que ora tomamos.

Curitiba, terça, em 29.03.94

Vimos colega nosso, dos mais humildes, desmaiar na rua, à saída do trabalho (ao qual não deixou de comparecer!). Que lhe recomendou o médico ao qual foi levado? Que se alimentasse, senhores! Com quê, se não pode comprar seu pão?

Por favor, senhores, apelamos ao seu bom senso e à sua boa vontade. Ajudem-nos a resolver esse impasse pois não estamos neste movimento para conseguir reposições salariais que a inflação "comeu". Estamos apenas nos defendendo de uma injustiça que nos fere num dos direitos que a Constituição Brasileira nos garantiu e consta da relação dos Direitos Humanos, que é o direito ao trabalho que permita prover o sustento das nossas famílias.

Senhores, fomos atingidos por uma revoltante injustiça. Pelo amor de Deus, devolvam-nos a nossa dignidade. E assim, orgulhosos da nossa condição de paranaenses, pediremos a Deus que sob os tetos de Vossas Excelências jamais falte o pão ou a paz. E prometemos-lhes que continuaremos a ser dignos cidadãos deste Estado do Paraná, daqui, ONDE O BRASIL ESTÁ DANDO CERTO!

Respeitosamente,

Funcionários do Programa Nosso"

Encontram-se em greve, porque o salário de janeiro foi pago no dia 23.02 e o salário de fevereiro e do mês de março que está terminando, até o momento não foram pagos pelo Governo do Estado, trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - V. Exa. passa a falar no Horário da Liderança do PT.

O SR. DR. ROSINHA - Sim. Trabalhadores que não faltam ao serviço, não faltam ao serviço do "Estado que o Brasil está dando certo", sofrem desmaio porque não têm alimentação dentro de casa, uma vez que não consegue comprar; não consegue comprar não porque está desempregado, mas porque é empregado do Governo do Estado, que chega a atrasar em setenta e cinco dias o salário e depois paga sem juro e sem correção monetária, um salário já aviltado, que nessa situação já provavelmente não percebe absolutamente nada porque o juro do cheque especial com a própria inflação já comeu.

Em janeiro e fevereiro do ano passado, ficaram com o pagamento atrasado até dia dez de março, o décimo terceiro foi pago atrasado. Esses, Srs. Deputados, são os funcionários do Paraná, aonde o Brasil está dando certo, calcule naqueles Estados que não está dando.

Senhor Governador, seria bom que V. Exa. e os demais Governantes, e Secretários responsáveis da área tomassem vergonha, pagassem imediatamente esses trabalhado-

res, que ainda agora pela manhã estavam em greve; e não só salário, mas sim retorno o juro e a inflação, porque se não vão continuar, mesmo apesar de ter recebido, ainda com fome. Paralelo a isso soma-se a grande campanha desavergonhada que vem sendo feito pelos vários Secretários de Estado que têm viajado pelo interior, ou por todo o Paraná, é o Secretário de Educação, o de Segurança Pública, o de Justiça e de Ação Social, todos eles fazendo campanha; enquanto isso os trabalhadores ficam dois meses sem receber salário. O Governador distribui verbas para todos os Prefeitos, é lógico que em troca de apoio político eleitoral.

O Secretário da Educação, junto com Maurício Requião, da FUNDEPAR, usando um professor "laranja", de nome Altino, gastam fortunas enormes, ou como diz o Deputado Paulo Maia, vários professores "laranja", porque provavelmente o Deputado Paulo Maia está se referindo àqueles que aparecem em horário gratuito do PMDB, mas pago pelo PMDB e pelo Governo, horário do PMDB, mas pago pelo Governo do Estado para fazer propaganda que diz estar dando certo.

Mas esses professores gastam material da FUNDEPAR e da Secretaria da Educação para fazer a Fundação da Federação das Associações de Pais e Mestres, que foi fundada no dia 19 de março, material caro, remetido pelo correio várias correspondências, e diz nela que lá será fundada a Federação de todas as escolas públicas do Estado do Paraná, de Curitiba. Mentira, porque não foi permitido a participação da Associação dos Pais e Professores das escolas públicas do Município; o que demonstra que foi mais uma despesa de campanha eleitoral do Secretário Elias Abrahão, uma despesa paga pelos cofres públicos, e uma despesa que pode ser considerada bastante alta para fazer aquilo que a população não sente necessidade, porque se os pais e professores sentissem necessidade nessa fundação eles tomariam iniciativa e fariam a fundação dessa Federação sem o apoio oficial do Governo e verba da população do Paraná.

O Sr. Paulo Maia - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e me somo também a esta preocupação como professor da rede pública estadual, externando aqui o mesmo voto de repúdio aos colegas que traem a categoria quando são pagos pelo Governo do Estado para falarem inverdades a respeito sobre o processo de educação; tanto que isso é verdade que a "Folha de Londrina" e a "Gazeta do Povo" publicaram recentemente - amanhã nós que-

remos estar registrando nessa Tribuna, a falta de professores até o presente momento em escolas públicas estaduais.

Isso é lamentável, isso deveria ir para a televisão. Mas a decisão inclusive da categoria neste sábado na Cidade de Umuarama, ali sim está o fórum competente dos professores do Paraná, que é a sua assembleia para dizer a respeito da realidade da educação. Mas lamentavelmente, a posição de alguns professores laranja que não sabemos a custa de que têm feito propagandas que não representam a verdade sentida pelos funcionários públicos indistintamente.

É uma realidade que está posta. É uma realidade que acontece com o magistério. É uma realidade que acontece com a Polícia Militar. É uma realidade que acontece com funcionários desta Casa, salários vergonhosos que não dão condições para se ter uma vida mais digna. E não podemos permitir, como funcionário público, que companheiros nossos traiam a categoria fazendo propagandas vergonhosas, gastando dinheiro do povo que poderia ser feito para contratar os professores que estão faltando nestas escolas públicas, para dar as condições de vida do servidor público, gastando-se com uma propaganda vergonhosa como esta que aí está.

E quando V.Exa. cita a viagem dos senhores Secretários, eu vou um pouco mais adiante, as viagens que o Governador do Paraná tem feito pelo Brasil às custas do dinheiro público para fazer a sua campanha como candidato à Presidência da República.

Que se diga isto ou que se mostre a verdade ao Paraná. Quem está pagando, quem está patrocinando as viagens, não só dos Secretários, mas do próprio Governador andando em todo o Brasil, tenho certeza às custas, não só de avião, mas do dinheiro público do povo do Paraná e deste servidor que V.Exa. neste momento acaba de registrar, lamentavelmente, pagando o preço que não deve, quando nós vemos a cada minuto na televisão propagandas desenfreadas às custas dessa miséria que V.Exa. acaba de citar.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção de V.Exa., mas enquanto a administração pública paga material caríssimo, paga reembolso postal, paga professores para dar depoimento com o dinheiro nosso, trabalhador do "Programa Nosso", há dois meses sem receber o salário, encontra-se em greve, trabalhadores que fazem um apelo dramático como esta carta que eu li ao citar que um deles chegou a desmaiar. Veja só, vimos colega nosso, dos mais humildes, desmaiar na rua, à saída do trabalho ao qual não deixou de comparecer.

Que lhe recomendou o médico ao qual

foi levado? Que se alimentasse, senhores. Com quê, se não pode comprar seu pão porque o salário está atrasado há dois meses e enquanto isto gasta-se fortunas naquilo que não deve gastar e trabalhador honesto sofre as conseqüências ou com seu salário achatado ou sem salário como o caso desses do "Programa Nosso".

Esperamos que o Governo pague imediatamente esses salários e pague os juros e a correção monetária desse dinheiro que ele está usando indevidamente, provavelmente para pagar essa publicidade e essas viagens dele e dos Senhores Secretários pelo Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): Na data de ontem ingressei com notícia crime junto à Procuradoria Geral da República e ao Tribunal de Contas da União reivindicando a responsabilização civil, penal e administrativa dos Senhores Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, José Eduardo de Andrade Vieira, Paulino Cícero e outros na operação de queima dos ativos nacionais em que consistiram os leilões de privatização das estatais brasileiras, notadamente a CSN, ACESITA e a ULTRAFÉRTIL, e bem assim a anulação dos referidos leilões.

Dirão os céticos que a iniciativa se afigura impossível, tendo em vista que os fatos se consumaram sem chance de retorno. Dirão os cínicos, por seu lado, que neste País a Justiça existe apenas para a punição dos pobres, da arraia miúda desprovida de títulos e a descoberto das imunidades.

EQUIPE DE TRABALHO
RUI FIGUEIREDO PEREIRA
Chefe de Gabinete
EUNICE DE LOURDES FERREIRA
Secretária Executiva
ALICE FRIEDRICH
Secretária Assistente
YARA MANTOVANI
Relações Públicas
ROSELI DA CRUZ PEREIRA
Coordenação de Informática
RAFAEL STADNICK
Administração Geral
PARREIRAS RODRIGUES
Movimentos Sociais

Ora, nego-me à resignação, ao menos a essa modalidade de resignação. Um paradoxo dos tempos brasileiros recentes poderá esclarecer minha posição. Neste País, quem se empenha em ver a lei cumprida não são, como ocorreria classicamente, os conservadores, não são sequer os liberais do discurso do livre-mercado, mas exatamente os

Curitiba, terça, em 29.03.94

representantes populares, os porta-vozes das transformações estruturais.

Tal ocorre porque a ordem econômica e social é uma permanente e rotineira violação da própria lei e dos direitos fundamentais, impregnada que está de um golpe antipopular e antinacional que se manifesta desde a gestão dos supermercados até o movimento dos monopólios tentaculares.

O chamado "Programa Nacional de Desestatização" nada mais tem sido que a expressão exponencial, levada a um extremo, das práticas predatórias da banda podre (aliás, majoritária) da direita brasileira. Tudo nele traz a marca da conspiração contra os fundamentos da ordem jurídica.

Há um Senador, Andrade Vieira, que emprega o mandato para legislar em favor do irrestrito reconhecimento, pelo valor de face, das moedas podres, que seu banco, o BAMERINDUS, acumulava nesse interim; há em seguida um Ministro de Estado, o mesmo Andrade Vieira, que não hesita em co-administrar a execução do programa, de que seu banco, o BAMERINDUS, participava ostensivamente; e há, completando o circuito de improbidade e manipulação fraudulenta, um banqueiro investido de altas funções na República que, sem hesitar, determina aos seus prepostos a aquisição, com aquelas moedas podres, de algumas das estatais de estratégica importância para o desenvolvimento nacional.

Há a dramática subavaliação dos acervos, contra todos os pareceres técnicos objetivos, dentro e fora do Governo Federal. Há um golpe preparado no contexto da Companhia Siderúrgica Nacional para o controle do sindicato local, empregando financiamento oficial na doação de salários! Há um Presidente da República que faz ouvidos de mercador às advertências feitas por escrito pela Previdência Social sobre a irregularidade da operação, que se travava como jogada preliminar e preparatória da privatização.

Há o passeio no barco "Tuiuiú", no Pantanal Matogrossense, às expensas do BAMERINDUS, pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso. Há manipulação das alíquotas de importação do algodão e da uréia, promovida por Andrade Vieira. Há as relações suspeitíssimas do BAMERINDUS com o Grupo Vicunha, que se combinam para controlar a CSN. São tantos e tão flagrantes os delitos nos processos de privatização que a Procuradoria Geral da República e o TCU, à vista dos fatos exaustivamente relatados e daqueles cuja investigação se sugere em nossa representação, terão que vencer a náusea para afirmar, irredutivelmente, a lei, no rigor do escrito."

É assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que requeiro à Mesa a especial deferência e autorização para fazer constar

dos Anais desta Casa, o inteiro teor de representação que, na condição de Parlamentar pelo Paraná e cidadão do nosso Estado, fiz ingressar junto ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União (Lê):

"Excelentíssimo Sr. Dr. ARISTIDES JUNQUEIRA - DD. Procurador-Geral da República

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PR sob o nº 17.427, Deputado Estadual em exercício, vice-Presidente da Executiva Estadual do PMDB/PR, com endereço parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, formaliza perante Vossa Excelência, com fundamento na Constituição Federal, art. 5º, XXXIV, "a", XXXV e LV, e art. 129, seus incisos e parágrafos, e no Código de Processo Penal, art. 27, como ainda nos demais diplomas aplicáveis à espécie,

REPRESENTAÇÃO contra

- . ITAMAR FRANCO, Presidente da República;
- . JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA, Senador da República;
- . FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Ministro de Estado da Fazenda;
- . ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO, Presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização;
- . PAULO CÍCERO, Deputado Federal;
- . JOSÉ DE CASTRO FERREIRA, Presidente da Telecomunicações do Rio de Janeiro - TELERJ;
- . ROBERTO PROCÓPIO DE LIMA NETTO, ex-Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional;
- . JACKS RABINOVICH, Diretor do Grupo Vicunha;
- . LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da Força Sindical; e
- . MAURÍCIO SCHULMANN, Presidente do Conselho de Administração do Conglomerado Banco BAMERINDUS do Brasil S.A., e outros, em vista dos fatos e fundamentos que passa a expor:

I. DOS FATOS

I.1 A revista "Exame", de 28 de abril de 1993, edição 530, Anexo 1, divulgou manchete principal de capa intitulada "Dinheiro na mão é vendaval", com subtítulo nos termos seguintes:

"BAMERINDUS, Vicunha, Klabin, Votorantim e outros grandes nomes aplicaram quase US\$ 3 bilhões nos últimos meses comprando empresas ou abrindo novas fábricas. O que eles estão sabendo que ninguém sabe?"

Na mesma edição, página 46, noticia-se ainda que:

"O BAMERINDUS também gastou 160 milhões de dólares para ficar com uma participação idêntica à da Vicunha na CSN. Antes, o banco paranaense utiliza 134 milhões de dólares para trazer a seus domí-

nios participações minoritárias em estatais privatizadas, como USIMINAS, COPESUL, ACESITA e FOSFÉRTIL."

Logo à frente, na página 48, acrescenta a reportagem:

"Um dos parceiros da Vicunha na compra de CSN foi o BAMERINDUS, o terceiro maior entre os bancos privados nacionais. O executivo Maurício Schulmann, Presidente do Conselho de Administração do BAMERINDUS, foi um dos personagens que dividiram o martelo com Rabinovich. Durante o final de semana que antecedeu ao leilão, Schulmann e Rabinovich tiveram uma conversa decisiva para que a venda da CSN se concretizasse. No dia do leilão o conjunto de ofertas pela siderúrgica não chegava a 50% das ações ofertadas. Abaixo desse teto, estipulara o governo, a venda não seria concretizada, Schulmann propôs então a Rabinovich que o BAMERINDUS e a Vicunha completassem a parte que faltava."

E conclui:

"Tomada essa decisão, o BAMERINDUS espreitou as oportunidades surgidas com o programa de privatizações. Na época dos primeiros leilões, o banco dispunha de 134 milhões de dólares em moedas podres. Naturalmente, tudo o que desejava era livrar-se delas, e melhor ainda se a limpeza viesse junto com a diversificação. Foi o que aconteceu. Desde que o programa começou, o BAMERINDUS acumulou posições em cinco estatais privatizadas; CSN, USIMINAS, FOSFÉRTIL, COPESUL e ACESITA. Em todos os casos, as empresas se encaixam no perfil desenhado por Schulmann. São companhias rentáveis ou com boas possibilidades de vir a sê-lo, administradas por profissionais e cujo preço não é demasiadamente elevado."

A reportagem em tela é a própria inicial descrição dos ilícitos objeto da presente representação.

I.2. Mas é a palavra dos Governadores do Rio de Janeiro e Paraná que traduz, com todas as letras, a imoralidade e a ilegalidade embutidas nas privatizações levadas a termo pelo Governo Federal.

A edição do "Jornal do Brasil", de 05 de abril de 1993, página 16, Anexo 2, traz reportagem sob o título "Brizola reafirma Oposição", na qual o Governador do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola, acusa o Presidente da República de ter entregue a CSN aos "especuladores". Diz a reportagem:

"Brizola classificou de uma situação 'escandalosa' o fato de o BAMERINDUS ter sido um dos arrematadores da CSN quando um dos acionistas principais do banco é o ministro da Indústria e Comércio. Disse que vai aguardar explicações, já que 'talvez o Ministro não tenha mais ações no banco'. Brizola afirmou que o próximo governo

eleito, sendo "decente", terá de anular o leilão da CSN e apurar os responsáveis pela "manipulação" do processo dessa privatização".

O jornal "Folha de São Paulo", de 10 de maio de 1993, página 1-9, Anexo 3, publicou entrevista com o Governador do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, que também se referiu à questão:

"Agora, acho que deveria ser vista melhor esta história de um ministro de Estado ter conseguido 9% da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) na privatização. Ele, afinal, é Presidente licenciado do BAMERINDUS."

I.3. De fato, antes de assumir o mandato de Senador da República, para o qual foi eleito em 30 de outubro de 1990, o representado José Eduardo de Andrade Vieira licenciou-se da presidência do Conselho de Administração do Conglomerado BAMERINDUS do Brasil S.A., indicando como seu sucessor o Sr. Maurício Schulmann.

Entretanto, tal se fez apenas formalmente, pois constitui fato público e notório que, na prática, quem detém o poder de mando e decisão no Conglomerado BAMERINDUS é mesmo o representado José Eduardo de Andrade Vieira, valendo-se para isto de sua condição de acionista controlador do Conglomerado.

Fossem insuficientes as reiteradas demonstrações públicas dadas pelo representado José Eduardo de Andrade Vieira de seu poder no Conglomerado, que se explicita nitidamente na compra e controle de meios de comunicação no Estado, na oferta de empréstimos, subsidiados a parlamentares, nos ataques e contra-ataques a desafetos, na utilização de aeronaves do BAMERINDUS durante sua gestão ministerial e exercício do mandato de Senador de que é titular, nos patrocínios de eventos diversos e viagens a Prefeitos e até a Ministros de Estado - todos fatos e atos que só se justificam em face de orientação e interesses político-negociais que movem a referida instituição financeira, há também materialidade desta anômala, imoral e ilegal situação em face de convite recentemente distribuído a autoridades de todo Estado do Paraná (Anexo 4), nos termos seguintes:

"CONVITE

O Ministro e Presidente do Conglomerado BAMERINDUS, José Eduardo de Andrade Vieira, e o Presidente da Associação BAMERINDUS Nilson Gilberto Martins, têm a grata satisfação de convidá-lo(a) para a BAMERINFEST 93. Esta festividade anual congrega milhares de colegas Bamerindianos de todo o Brasil, em torno de muita música e calor humano.

"Dia 15.05.93. 21 horas. Traje esporte
Local: Clube de Campo Avelino A. Viei-

ra - BR-116 - Km 13

Shows: Gilberto Gil e Grupo Olodum
ASSOCIAÇÃO BAMERINDUS"

A prova de exercício simultâneo das funções públicas de ministro de Estado e senador licenciado com as de controlador do Conglomerado BAMERINDUS do Brasil S.A., não poderia ser mais clara e cabal. Trata-se, aliás, de prova oferecida pela própria Associação BAMERINDUS que certamente não cometeria erro sobre questão ao mesmo tempo tão básica e fundamental, isto é, sobre a pessoa do titular da presidência do Conglomerado e sobre quem, de fato, manda na instituição.

Desfaz-se, então, preliminarmente, por força de prova produzida pelos seus próprios subalternos, o alegado pelo representado José Eduardo de Andrade Vieira, ao contraditar entrevista concedida pelo governador do Paraná ao jornal "Folha de São Paulo" em 10 de maio de 1993 (Anexo 3), de que "há três anos está fora do banco".

I.4. Refere-se a reportagem da revista "Exame", Anexo 1, à compra pelo BAMERINDUS, no período em que seu acionista controlador, o representado José Eduardo de Andrade Vieira, exercia o mandato de senador da República ou deste mandato estava licenciado para exercer o cargo de ministro de Estado da Indústria e Comércio, de ações da CSN, USIMINAS, FOSFÉRTIL, COPESUL e ACESITA.

Note-se, todavia, nem sempre a presença do BAMERINDUS se fez tão claramente, operando-se algumas vezes por intermédias pessoas jurídicas das quais é credor, como é o caso da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), cuja situação pré-falimentar fez submetê-la ao controle de comitê de bancos (Anexo 5), entre os quais o BAMERINDUS, e outras vezes ocultando-se em consórcios integrados por pessoas jurídicas com as quais o BAMERINDUS mantém negócios de toda a ordem.

Sobre isto, e para a correta compreensão da presença do BAMERINDUS no processo de privatizações das estatais federais, indica-se como objeto necessário de investigação, pelo Tribunal de Contas da União, as relações negociais entre o Grupo Vicunha (atuante em algumas privatizações) e o Conglomerado BAMERINDUS especialmente em função da competência do Ministério da Indústria e Comércio, de que era titular-Ministro o representado José Eduardo de Andrade Vieira, para a prévia instrução relativa à fixação, pelo Ministério da Fazenda, das alíquotas de importação do algodão, produto em que o Grupo Vicunha é um dos principais interessados.

De registrar, como indiciário de ilicitude destas relações, o conflito insistentemente sustentado na gestão ministerial

do representado José Eduardo de Andrade Vieira com os produtores nacionais de algodão, por tudo estranhável, na perspectiva política, quando se sabe que o Paraná possui extraordinário número de cotonicultores, e só justificável pela presumível manutenção de acordos escusos entre o representado José Eduardo de Andrade Vieira e seu banco, o BAMERINDUS do Brasil S.A., com o Grupo Vicunha.

I.5. Além das estatais indicadas na referida reportagem da revista "Exame", o Conglomerado BAMERINDUS do Brasil S.A. adquiriu, no mesmo período em que esteve seu acionista controlador, o representado José Eduardo de Andrade Vieira, à frente do Ministério da Indústria e Comércio, ações também da FOSFÉRTIL S.A., subsidiária da PETROBRÁS Fertilizantes, estando esta participação novamente relacionada à manipulação pelo então Ministro da Indústria e Comércio dos poderes de prévia instrução técnica das alíquotas de importação do fosfato monoamônico - MAP, fraude, aliás, denunciada no item 4.8, pág. 07, de relatório parlamentar produzido por Comissão Especial designada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Anexo 6).

As fraudes e manipulações das alíquotas de importação no setor de fertilizantes vêm noticiadas no Anexo 7, devendo a matéria merecer investigação ampla e rigorosa.

Dito de outro modo, noticia-se o consentimento oficial para a prática de "dumping" contra as estatais de fertilizantes, ao depois removido pela ação governamental em nítido favorecimento dos grupos privados adquirentes das estatais de fertilizantes, entre os quais o BAMERINDUS S.A..

O Banco BAMERINDUS do Brasil S.A. adquiriu ações da GOIASFÉRTIL, FOSFÉRTIL e ULTRAFÉRTIL, entre outras estatais privatizadas.

I.6. A conclusão mais imediata do noticiado até aqui consiste em que representado José Eduardo de Andrade Vieira adquiriu, por intermédio do Conglomerado de que é acionista controlador - conquanto formalmente licenciado de seu Conselho de Administração - e por terceiras pessoas, participações societárias em estatais que foram alienadas pelo Governo Federal, tal configurando ilícito administrativo, penal e civil em face da legislação vigente no Brasil, na forma que adiante se descreverá.

Na Constituição, a proibição vem proclamada no artigo 54.

I.7. Noticia-se, ainda, que o representado José Eduardo de Andrade Vieira não

lograria obter tal sucesso na participação de banco de que é acionista controlador em leilões vários de privatização de estatais não houvesse também a participação ativa ou a omissão de outros tantos agentes.

A meridiana evidência de afronta à Constituição, à Lei e à ética que se constata na participação de conglomerado de propriedade de ministro de Estado e senador da República como comprador de estatais privatizadas pelo Governo Federal projeta a responsabilidade para todas as altas autoridades diretamente envolvidas no programa de desestatização, como é o caso, ao menos e sem prejuízo da responsabilidade de outros tantos agentes, segundo investigação a ser conduzida pelo Tribunal de Contas da União, do Presidente da República, ITAMAR FRANCO, do Ministro de Estado da Fazenda, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, do Presidente da Comissão Diretora do Programa de Desestatização, ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO, e do Presidente do Conselho de Administração do Conglomerado Banco BAMERINDUS do Brasil S.A. MAURÍCIO SCHULMANN, além dos demais indicados na presente representação, como ainda de outros tantos que certamente serão identificados no curso das investigações.

I.7. Mas tal cenário de escândalo assume contornos ainda mais alarmantes quando situado no contexto de denúncias de corrupção, fraudes e erros divulgados pela imprensa nacional durante todo o processo de privatização das estatais brasileiras. Denúncias, aliás, generalizadas e autorizadas que revelam, para a indignação da cidadania nacional, autêntica rede de cumplicidade voltada à consecução de delitos contra a Administração Pública, a Economia Popular, a Ordem Econômica e Tributária e o Sistema Financeiro Nacional. Senão, vejamos:

I.7.1. "CONSÓRCIO DE BANCOS E EMPRESAS COMPRA CSN

"União do BAMERINDUS com Vicunha, Vale, EMESA e empregados ganha controle da siderúrgica.

"ITAMAR ERROU, DIZ CONSULTOR

O consultor Alberto Ostemblad Filho, Diretor da Consultora BRASILPAR (líder do consórcio Sinal, responsável por uma das avaliações da CSN), disse à "Folha" que o Governo perdeu "de US\$ 200 milhões a US\$ 300 milhões" com a venda da estatal. "Folha de São Paulo", 6 de abril de 1993, 1-8, Anexo 8.

I.7.2. "HORA DE INTERVALO. Jânio de Freitas.

"Tudo no leilão da Companhia Siderúrgica Nacional exige que o Governo tenha a coragem de fazer uma pausa nas privatizações, para que sejam repassadas

em todos os seus créditos e métodos. Não é possível que cada futura privatização continue a seqüência de casos vergonhosos vista até agora.

"... Em relação à expectativa dos especialistas e do próprio mercado de ações, a venda pelo preço mínimo, como ocorreu, representou para o Tesouro Nacional a perda de quase US\$ 500 milhões ou perto de CR\$ 15 trilhões."

"A perda imposta ao Tesouro tem outro significado no reverso: para os compradores, representou lucro líquido, sob a forma de patrimônio recebido em quantidade 30% maior do que o adequado ao preço pago. A propósito de lucro, não merece menos atenção o fato de que o lucro que a CSN vinha dando até o fim de 92, de US\$ 125 milhões, já seria suficiente para devolver em dois meses aos compradores, com o lucro médio mensal de US\$ 10 milhões 416 mil, os 3,8% do preço que tiveram de pagar em dinheiro. Mas o lucro da CSN previsto para 93 é ainda maior, de modo que a recuperação não exigirá, em termos econômicos, sequer um semestre." "Folha de São Paulo", 6 de abril de 1993, I-5, Anexo 9.

I.7.3. "A CSN E O PREJUÍZO DE US\$ 535 MILHÕES - Luiz Nassif

A privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), constitui-se, de longe, na maior operação de lobby já realizada no Brasil pós-democratização.

Trata-se de obra definitiva de um velho mestre do gênero - o advogado Jorge Serpa - que custou, por baixo, US\$ 535 milhões ao patrimônio público.

US\$ 300 milhões devido à diferença entre o preço em que foi fechada a compra e as expectativas iniciais de mercado, e US\$ 235 milhões do custo estimado do subsídio à compra de ações por trabalhadores (desconto no preço mais crédito subsidiado do BNDES).

"Foi um jogo de xadrez sofisticadíssimo, em que tiveram participação relevante o ex-Presidente do BNDES Eduardo Modiano, o líder Sindical Luiz Antonio de Medeiros, o ex-Presidente Fernando Collor e, depois da troca de governo, a nova diretoria da Vale do Rio Doce, o Advogado-Geral da União, José de Castro, e especialmente - espera-se que por inadvertência, o próprio Presidente da República Itamar Franco."

E após descrever em detalhes todas as fases da escandalosa operação, o Jornalista Luís Nassif, chama a atenção, neste artigo, para outro aspecto da fraude:

"Na reformulação do programa, uma das regras - justas - estipuladas pelo próprio Governo, é que a quantia em dinheiro a ser integralizada deveria ser igual ao dinheiro no caixa da Companhia privatizada (...) Em dinheiro vivo, entraram cerca de US\$ 38

milhões, sendo que a CSN tem em caixa US\$ 100 milhões, mais US\$ 400 milhões em produtos prontos para entrega e estoques de matérias primas nobres." "Folha de São Paulo", 11 de abril de 1993. Anexo 10.

I.7.4. O GOVERNO ITAMAR SOB SUSPEITA - Luís Nassif

"O Presidente da República, Itamar Franco, e seu Advogado-Geral, José de Castro Ferreira, devem explicações à nação sobre sua participação no leilão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Ambos podem ter contribuído intencionalmente para a depreciação do patrimônio público."

"O mercado esperava que a CSN fosse vendida com um ágio de 30% sobre o preço mínimo. O Presidente da República impediu que isto ocorresse. De um lado, por permitir que o Senhor Procópio Lima Netto, mantivesse, sobre 29% das ações dos trabalhadores, o controle obtido através de expedientes que haviam custado sua demissão da Presidência da CSN. Com isto, desestimulou a montagem de grupos de investidores concorrentes."

"Na outra ponta, o Presidente ainda permitiu que a Companhia Vale do Rio Doce, aderisse ao esquema de controle de Procópio Netto. Na Presidência da Vale está um homem indicado pelo próprio Itamar. Não satisfeito, Itamar afastou do leilão os fundos de pensão, impedindo que a disputa valorizasse o patrimônio vendido."

"É uma soma tão sistemática de ações beneficiando um esquema que teria sido explicitamente condenado pelo próprio governo, que nada impede que se lance no ar a dúvida sobre as dificuldades iniciais não teriam sido meramente criadas com o propósito de, posteriormente, se providenciar facilidades." "Folha de São Paulo", 12 de abril de 1993, Anexo 11.

I.7.5. A LÓGICA DA PRIVATIZAÇÃO DA CSN - Luís Nassif

"O controle da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi adquirido com 84% de dinheiro público e com a manipulação dos direitos de votos dos trabalhadores da empresa. Essa é a lógica que está por trás da nebulosa operação de privatização do país até agora, convalidada pelo Presidente da República, Itamar Franco."

"O insólito da história é que, do capital que tomou o controle da Companhia, através de acordo de acionistas, cerca de 84% correspondem a dinheiro público."

"Confira-se:

1) cerca de 9% de capital do Fundo de Pensão da Companhia - recursos públicos, já que suas reservas foram acumuladas nos tempos em que a Companhia era pública;

2) cerca de 20% do capital em mãos de funcionários - recursos públicos, decor-

rentes de financiamento do BNDES a taxas favorecidas;

3) cerca de 10% do capital da Vicunha - recursos públicos, porque financiados pelo BNDES;

4) cerca de 10% do capital da Vale - recursos públicos, porque de estatal."

"A rigor as únicas moedas privadas que entraram no controle da companhia foram os 10% do BAMERINDUS". "Folha de São Paulo", 16 de abril de 1993, Anexo 12.

I.7.6. "ITAMAR EVITA DEMISSÃO DA COMISSÃO DE PRIVATIZAÇÃO

... Itamar prometeu ao Presidente da Comissão, André Franco Montoro Filho, que demitirá qualquer funcionário do governo que ocupe cargo de confiança que faça "qualquer coisa contra a privatização".

"O Presidente do BNDES, Luiz Carlos Delben Leite, disse ontem que a extensão das investigações da CPI dos atos que estão sendo praticados no presente 'visaria tão somente a criar entraves ao processo'".

"FARIA APONTA MANIPULAÇÃO

O Presidente da CSN, Sebastião Faria de Souza, acusou ontem o BNDES de manipular os dados dos laudos da avaliação da empresa."

"Argumentando que o laudo de US\$ 1,38 bilhão era preliminar, o BNDES repassou à Comissão de Desestatização um novo laudo, dessa vez definitivo, estipulando preço mínimo um US\$ 1,43 bilhão. A diferença entre os dois ficou inferior a 20% e o Governo ficou desobrigado de realizar uma terceira avaliação.

"MINISTRO DIZ TEMER MONOPÓLIO

O Ministro Paulino Cícero revelou ontem à "Folha" o temor de que este monopólio se configure, principalmente, no setor siderúrgico."

"O Ministro não quis comentar a denúncia do Presidente da CSN, Sebastião Faria de Souza, sobre o preço da privatização. Ele participou do debate, em que estava presente também o Presidente da Comissão de Desestatização, André Franco Montoro Filho, que também não fez comentários. Faria disse que alertou a Comissão sobre a manipulação dos laudos de avaliação da CSN."

"LIMA NETTO TROCOU SALÁRIOS POR APOIO DA CSN

O ex-Presidente da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), Roberto Procópio Lima Netto, concedeu em agosto do ano passado um empréstimo de meio salário aos empregados da empresa a título de incentivo à privatização.

O Coordenador do Clube de Investimentos, João Estácio Cândido, disse à "Folha" que na véspera da eleição sindical, em julho, Lima Netto prometeu perdoar a

dívida caso a Força Sindical ganhasse a direção do Sindicato dos Metalúrgicos local, como ocorreu."

"Metade da folha de pagamentos da CSN, corresponde a aproximadamente US\$ 7,5 milhões, segundo dados da Empresa." "Folha de São Paulo", 16 de abril de 1993, 1-4, Anexo 13.

I.7.7. "QUINTA É O ÚLTIMO PRAZO DE ITAMAR - Luís Nassif

O Presidente da República, Itamar Franco, tem até o próximo dia 22, para providenciar a anulação do leilão de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Neste dia será formalizado o pagamento das ações da Companhia (...)"

"Houve duas irregularidades no leilão:

1) A manipulação do poder de votos dos funcionários por Lima Netto, aliado a elementos da Força Sindical (...)

2) Série de medidas tomadas pelo Presidente da República que aumentaram o poder do esquema Lima Netto, atrapalhando ainda mais a disputa."

"As evidências sobre o conhecimento do Governo Itamar sobre o episódio são da seguinte ordem:

1) Havia documentos oficiais do próprio Governo, através da Secretaria Nacional de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência, constatando irregularidades na transferência dos 9% das ações da Companhia, para a Caixa Beneficente dos funcionários, ao tempo que Lima Netto foi Presidente da Companhia.

2) O novo Presidente da CSN, Sebastião Faria, de Juiz de Fora, amigo pessoal do Itamar, por ele indicado para suceder a Procópio, alertou pessoalmente o governo para as irregularidades em curso (...)

3) A Comissão de Desestatização também foi alertada por Faria, (...)

4) Na mesma reportagem do "JB", o Prefeito de Volta Redonda, Paulo Baltazar, informa ter alertado pessoalmente o advogado-geral José de Castro Ferreira (...)

5) (...) Já o Ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero (PSDB-MG), que autorizou a vale do Rio Doce a aliar-se a Lima Netto, por uma questão funcional (a CSN está subordinada ao seu ministério) e, o que é mais grave, por um alerta que lhe foi feito pessoalmente pelo Deputado Ronaldo César Coelho, seu correligionário do PSDB do Rio de Janeiro." "Folha de São Paulo", 19 de abril de 1993, Anexo 14.

I.7.8. "CÍCERO SABIA DA MANOBRA DA CSN - Luís Nassif

Uma das peças do quebra-cabeça armado por Roberto Procópio Lima Netto para assumir o controle da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi, ao tempo que presidiu a siderúrgica, a transferência de 9% das

ações da CSN para a Caixa Beneficente dos Servidores (CBS) na CSN, de maneira irregular."

"No leilão de privatização, esses 9% mais 20% dos funcionários, manobrados por Procópio, permitiram-lhe assumir o controle da Companhia."

"Essas irregularidades foram apuradas em relatório da Secretaria de Previdência Complementar. No dia 11 de novembro do ano passado, por determinação do Ministro da Previdência, Antonio Britto, o relatório foi encaminhado a seu colega das Minas e Energia, Paulino Cícero, a quem a CSN estava subordinada, conforme consta do aviso nº 314. 'Acusamos que as denúncias aqui apresentadas são da maior gravidade e devem ser apuradas, todas, o mais breve possível', diz o relatório, 'devendo ser acionada de imediato a CSN para o cumprimento de suas atribuições legais'".

"Algumas denúncias diziam respeito à falta de avaliações da CBS.

Outras, diretamente à compra de ações pela CBS. 'Quanto à compra de ações da CSN, podemos afirmar que a operação (...) contraria os §§ 1º e 2º do artigo 40 da Lei nº 6.435/77, segundo o qual as reservas, fundos e provisões garantidoras das obrigações das entidades acusadas, devem ser apuradas conforme diretrizes do Conselho Monetário Nacional, o que não aconteceu', constata o relatório.

O relatório termina com um enorme elenco de recomendações de pontos a serem fiscalizados pela CSN.

Não só as providências não foram tomadas, como, no leilão da CSN, Cícero ordenou à própria Companhia Vale do Rio Doce que se aliasse a Lima Netto na tomada do controle da CSN, impedindo uma disputa que poderia ter elevado o preço da Companhia em pelo menos 30% - conforme previsões do mercado e do próprio BNDES." "Folha de São Paulo", 20 de abril de 1993, Anexo 15.

I.7.9. "PRIVATIZAÇÃO À BRASILEIRA - Luís Nassif

As empresas candidatas à ULTRAFÉRTIL, no próximo leilão de privatização, certamente farão os negócios de suas vidas. Mesmo com base nas avaliações oficiais (há suspeitas de que estejam subestimadas), sua venda implicará o desembolso de US\$ 30 milhões à vista."

"O mero desempenho operacional da companhia será suficiente: 1) para que esses US\$ 30 milhões sejam devolvidos com juros, um ano depois; 2) para quitar o financiamento de US\$ 160 milhões, contratado com o BNDS; 3) e ainda cumular em caixa o equivalente a US\$ 500 milhões ou US\$ 160 milhões em valores de hoje (supondo uma taxa internacional média de 12% ao ano no período)."

Curitiba, terça, em 29.03.94

"Essa autêntica privatização à brasileira decorre de uma interpretação torta do conceito de taxa de desconto, que tem sido o principal fator a contribuir para a depreciação do patrimônio público nas avaliações oficiais."

"Para chegar ao valor de venda da ULTRAFÉRTIL, a avaliação estimulou inicialmente o fluxo financeiro da Companhia para os próximos dez anos. Chegou a equivalente a um fluxo de US\$ 40.070.000 por ano."

"Depois calculou uma taxa de risco do empreendimento - a taxa que, segundo suas avaliações, seria considerada atraente pelos investidores. Fixou em 15,15% - muito alta - saliente-se."

"Depois, fez o seguinte cálculo: quanto um investidor precisaria investir, numa aplicação que rendesse 15,15% ao ano, para ter direito a tirar US\$ 40.078 mil por ano? E chegou ao valor estimado da companhia, de US\$ 200 milhões."

"CONTA ERRADA

A conta só seria adequada se o investidor fosse efetivamente desembolsar os US\$ 200 milhões para comprá-la. Não vai. Se quiser comprar a ULTRAFÉRTIL, à vista, vai a mercado e adquire US\$ 200 milhões de "moedas podres", pagando em média, 50% de seu valor. Portanto, o cálculo efetivo deveria ser efetuado em cima do desembolso de US\$ 100 milhões."

"Volte aos números iniciais. O investidor desembolsa US\$ 100 milhões e tem direito a um retorno de US\$ 40 milhões ao ano. Em lugar dos relativamente elevados 15,15% ao ano, sua rentabilidade efetiva será de estupendos 38,54% ao ano - uma taxa altíssima até para o Brasil." "Folha de São Paulo", 25 de Maio de 1993, Anexo 16.

I.7.10 "PETROFÉRTIL RECUSA PROPOSTA PELA ULTRAFÉRTIL

Direção da empresa vai propor a não-homologação do preço mínimo fixado pela Comissão de Privatização.

A Diretoria da PETROFÉRTIL (Grupo PETROBRÁS) decidiu anteontem propor ao Conselho de Administração da empresa que não homologue o preço mínimo de US\$ 207 milhões estabelecido pela Comissão Diretora do programa de privatização, coordenado por André Franco Montoro Filho, para a ULTRAFÉRTIL, sua subsidiária.

"O principal motivo alegado pela direção da PETROFÉRTIL foi a existência de uma auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) sobre o processo de privatização da empresa."

"A direção da PETROFÉRTIL argumenta com a existência de estudo feito pela empresa que difere do da Trevisan em três pontos principais; projeção de preço da uréia (principal produto da ULTRAFÉRTIL),

projeção da receita do terminal marítimo da ULTRAFÉRTIL e na definição dos custos de administração da estatal." "Folha de São Paulo", 22 de maio de 1993, 1-12, Anexo 17.

I.7.11. "OS CORRUPTOCRATAS - Fernando Pedreira

"(...) No caso brasileiro, aliás, é preciso dizer que os nossos piores males não são geográficos (ou demográficos), mas éticos, morais."

"(...) Não, o mal do Brasil não é a pobreza; o mal é a mentalidade ainda dominante entre nossas elites governamentais, que confundem o público e o privado, sempre em benefício próprio."

"Veja-se o caso, ainda agora, desse Ministro Eliseu, por duas semanas precariamente pendurado no topete presidencial. Eliseu não era bom nem mal: ele é apenas a expressão clássica, notória, de um estado de coisas que transformou a alta administração pública brasileira numa bem azeitada máquina a serviço da corrupção institucionalizada. O problema não é só o ministro (sai um, entra outro). O problema são os grandes cartéis corruptores que na verdade hoje governam o país (de dentro do governo ou por trás dele)."

"São empresas imensas, solidamente estabelecidas e poderosíssimas que poderiam, se quisessem, melhor do que ninguém, reduzir a pó de traque a corrupção e os corruptos. (...) Mais lucrativo e confortável, entretanto, é fazer oposto: alimentar a corrupção, organizá-la e cevar-se à sua sombra."

"É o poder dos corruptocratas - do grande partido dos chupins da República, solidamente instalado no Congresso e nos altos escalões da administração pública." "Jornal do Brasil", 23 de maio de 1993, Anexo 18.

I.7.12 "NADA MAIS QUE UM DEPOIMENTO - Barbosa Lima Sobrinho

No meu depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga o processo de desestatização de empresas públicas, incluídas no patrimônio nacional, tive a oportunidade de admitir que os prejuízos do Estado já deviam andar pela casa dos 20 bilhões de dólares. Vali-me, para chegar a esse número, dos 12 bilhões do valor da Siderúrgica de Volta Redonda e dos 10 bilhões de USIMINAS."

"(...) E tanto a Usina de Volta Redonda, como a USIMINAS, avaliadas por um preço que faria inveja aos receptadores de furtos, pela audácia dos números encontrados. Tudo me levava a crer que o patrimônio público tinha sido vítima do "lobby" da moeda podre, que podia ser examinado, em profundidade, pela Comissão de Inquéri-

to que o Senado e a Câmara dos Deputados haviam constituído." "Jornal do Brasil", 23 de maio de 1993, 11, Anexo 19.

I.7.13. "DESEMPREGO É A AMEAÇA DA DÉCADA

No seu quarto relatório mundial sobre o desenvolvimento humano, a bíblia do desenvolvimento qualitativo, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) denuncia o desemprego como a ameaça devastadora dos anos 90 e transmite dois recados vitais para os países do terceiro mundo: 'A privatização não é uma panacéia e, para evitar uma situação local incontrollável, chegou a hora de uma mudança'."

"ESTUDO COLOCA PROGRAMAS DE PRIVATIZAÇÃO EM DÚVIDA

ESTÍMULOS ÀS EMPRESAS PODEM PRIVILEGIAR GRUPOS

Para o PNUD, a privatização concebida como um elemento fundamental de um programa de reestruturação econômica pode, por um lado, estimular a iniciativa privada, mas por outro tem se constituído numa verdadeira liquidação de empresas públicas em favor de grupos privilegiados.

POUCA TRANSPARÊNCIA

A privatização por vezes deu lugar a acusações de corrupção, pois serviu apenas para enriquecer alguns amigos privilegiados do governo."

"SISTEMA BRASILEIRO CRIOU MONOPÓLIOS NO SETOR PRIVADO

"(...) O Programa Nacional de Desestatização acabou revelando com o tempo que, alguns setores importantes, deixou transferir monopólios estatais para as mãos de grandes grupos privados. É o que está acontecendo com a área petroquímica, cada vez mais concentrada com o grupo Odebrecht e ainda na siderúrgica, comandada não apenas pelo grupo privado Gerdau, mas também por participações expressivas da CVRD."

"O grupo Odebrecht comprou participações na poliolefinas, na PPH e agora pretende entrar na privatização da Petroquímica União, através de um recente acordo operacional com a UNIPAR. Como a UNIPAR já é sócia da PQN, pode exigir seu direito de preferência na compra desta empresa, agora junto com a Odebrecht. Na área siderúrgica, o Grupo Gerdau ficou com a GOSINOR e a Aços Piratini (...)"

"Nem mesmo o setor de fertilizantes escapou. Um consórcio formado por administradores de fertilizantes arrematou a FOSFÉRTIL, GOIASFÉRTIL e FNDAG. O ex-superintendente da área de privatização do BNDES, o economista Luiz Chrysostomo Oliveira, admite que esta concentração tem ocorrido, mas diz que não havia como proibir alguns grupos". "Jornal do Brasil", 26 de maio de 1993, Anexo 20.

I.7.14. "MUDANÇAS NA PRIVATIZAÇÃO - Luís Nassif

BNDES E SUBSÍDIOS

Um ponto que ainda não ficou muito claro, no modelo de privatização brasileira, é a natureza do subsídio embutido no financiamento do BNDES para compra de "moedas podres".

Alega-se não haver subsídio, pelo fato de o banco se limitar a financiar seu próprio estoque de "moedas podres" por 100% do valor de face. Se fosse vender no mercado, obteria no máximo 50% do valor de face.

Não é bem isso."

"(...) O financiamento é de 12 anos, com 2 anos de carência e juros de 6,17% ao ano. No mercado, os financiamentos mais longos - 2 a 3 anos - custam cerca de 19% ao ano, além da variação em dólar."

"Se existissem, pagando o mesmo que pagou ao BNDES, o investidor conseguiria, quanto muito, levantar apenas 51,4% da quantia." "Folha de São Paulo", 1º de junho de 1993, Anexo 21.

I.7.15. "POR QUE ADIAR A PRIVATIZAÇÃO - Luís Nassif.

Há embasamento técnico nas ressalvas levantadas contra o modelo de privatização a ser adotado na venda da ULTRAFÉRTIL. Seria conveniente que, empenhado em aprimorar a privatização, o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, adiasse a venda até que as regras do jogo fossem aprimoradas."

"Ocorrerão duas perdas para a União. A primeira, é que privatizando apenas a ULTRAFÉRTIL, a NITROFÉRTIL vira sucata invendável. A segunda é que as avaliações da ULTRAFÉRTIL não levaram em consideração o número de produção decorrente do seu avanço, depois da privatização, sobre o mercado da NITROFÉRTIL.

"CARTELIZAÇÃO

O segundo risco do modelo atual da privatização reside na possibilidade de montagem de um cartel."

"No setor, há três tipos básicos de matérias-primas: os fosfatos, os nitrogenados e o potássio. O grupo FERTIFÓS já adquiriu a FOSFÉRTIL, único fabricante brasileiro de fosfatados. Prepara-se, agora para adquirir a ULTRAFÉRTIL, onde será o único de nitrogenados. Potássio é importado."

"JAGUAR DE TÁXI

A terceira grande ressalva é com respeito à capacidade financeira dos compradores. O custo de reposição da ULTRAFÉRTIL está estimado em US\$ 800 milhões. Certamente não se encontraria comprador por esse valor.

"As avaliações acabaram fixando um preço excessivamente baixo - US\$ 200 mi-

lhões."

"Repare-se que, dentro dessa estratégia, de queima de ativos públicos, inaugurada pelo governo Collor e aprimorada por Itamar, na compra da FOSFÉRTIL o BNDES concedeu financiamento integral a uma empresa - a Cooperativa Agrícola de Cotia - que já estava tecnicamente quebrada, sem crédito na praça. É essa mesma Cotia que se candidatava à compra da ULTRAFÉRTIL, com dinheiro do BNDES." "Gazeta do Povo", 13 de junho de 1993, Anexo 22.

I.7.16. "A ENGENHOSIDADE NA QUEIMA DE ESTATAIS - Luís Nassif.

Há um grupo em comum, beneficiário de todas as privatizações, que são os titulares de "moedas podres" - o grupo de especuladores que conseguiu incluir suas próprias moedas no programa, ou que tratou de se armar, adquirindo-as de terceiros."

"Cada vez que o preço de uma estatal é depreciado, para efeito de privatização, quem ganha é o titular primário de "moeda podre" - o sujeito que vendeu a moeda para o comprador de estatal pode participar do leilão."

"Em muitos casos, os compradores finais foram apenas peças de uma engrenagem que visou, em última instância, beneficiar esses especuladores. Secundariamente beneficiaram-se também."

"ENGENHOSIDADE

A lógica é complexa, altamente engenhosa (...)

1) Num processo de leilão, o preço do bem vendido é diretamente proporcional à quantidade de moedas disponíveis (...)

2) Se tivesse sido incluído na privatização o estoque de dívidas públicas junto ao FGTS, haveria um aumento no preço das estatais leiloadas. Portanto, haveria uma depreciação no valor das atuais "moedas podres" - que hoje estão sozinhas no programa."

"Isso já se sabe. O que faltou até agora na discussão foi perceber com maior nitidez quem foi o beneficiário direto dessa valorização."

"O PAPEL DO BNDES

Tem mais.

No início do processo, essas moedas foram adquiridas no mercado financeiro por 20% a 30% de seu valor de face. Estão sendo revendidas a 50% proporcionando lucros fantásticos aos especuladores.

Para garantir que o preço das moedas não caísse demasiadamente, além de derrubar o preço de avaliação, o programa previu uma segunda rede de segurança, que foram as condições de financiamento oferecidas pelo BNDES." "Folha de São Paulo", 21 de junho de 1993, pág. 2-3, Anexo 23.

I.7.17. "FERTI-ULTRA COMPRA ULTRAFÉRTIL

EM 5 MINUTOS

Consórcio fica com 89,99% do capital da empresa, vendida pelo preço mínimo de US\$ 199 milhões e liquidação será dia 30.

O consórcio FERTI-ULTRA, formado por sete empresas produtoras de fertilizantes - IAP, SOLORRICO, MANAH, TAKENAKA, FERTISA, FERTIBRÁS e FOSFÉRTIL - arrematou ontem o controle acionário da ULTRAFÉRTIL, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio. A venda começou com duas horas e 40 minutos de atraso, depois que a presidente do Tribunal Regional Federal do Rio, Julieta Lúcia Lunz, cassou a liminar expedida às 13h30 suspendendo o leilão. A suspensão fora determinada pelo juiz Raudênio Bonifácio Costa, da 2.^a Vara Federal do Rio, com base na ação popular movida pelo Ministério Público, alegando irregularidades no processo de avaliação da ULTRAFÉRTIL. O leilão durou apenas cinco minutos.

(...) O Presidente da Comissão do Programa Nacional de Desestatização, André Franco Montoro Filho, considerou muito positivo o resultado do leilão, apesar de a ULTRAFÉRTIL ter sido arrematada pelo preço mínimo."

"CONCENTRAÇÃO

A ULTRAFÉRTIL foi a quarta companhia estatal do setor de fertilizantes adquirida pelas sete empresas que compõem o FERTI-ULTRA. A primeira, a INDAG, foi arrematada em leilão no início do ano passado. Depois o Grupo assumiu o controle acionário da FOSFÉRTIL, no leilão de 22 de agosto de 1992. A terceira foi a GOIASFÉRTIL, no leilão de 8 de outubro passado.

(...) Juntas, as sete empresas do consórcio FERTI-ULTRA detêm 35% do mercado de fertilizantes do país. Elas são acionistas majoritárias da "Holding" FERTIFÓS, que controla a FOSFÉRTIL, por sua vez dona da GOIASFÉRTIL."

"ESTATAL É A 4.^a COMPRADA PELO GRUPO

(...) O grupo precisar pagar o equivalente a US\$ 199,3 milhões, dos quais quase US\$ 40 milhões à vista, em cruzeiros. O restante poder ser financiado no BNDES em até 12 anos."

"(...) É a quarta estatal comprada do governo pelo grupo: GOIASFÉRTIL, INDAG, FOSFÉRTIL e agora ULTRAFÉRTIL."

"(...) Souza disse que foi um verdadeiro pesadelo conseguir o dinheiro necessário para pagar à vista, ou cerca de US\$ 40 milhões. 'Tínhamos US\$ 20 milhões, mas passamos duas noites sem dormir direito para correr atrás dos outros US\$ 20 milhões'". "Jornal do Brasil", 25 de junho de 1993, Anexo 24.

I.7.18. "PRIVATIZAÇÕES COMO NEGOCIATAS - Roberto Mangabeira Unger

(...) Assim como, na conduta dos nossos políticos e tecnocratas, a falta de idéias cria oportunidades para a falta de caráter, no caso específico das privatizações, o preconceito fantasioso ajuda a abrir as portas para as grandes negociatas. Acaba de realizar-se mais uma: a venda da ULTRAFÉRTIL, por preço de banana. Aproxima-se o dia em que o país cobrará a responsabilidade, inclusive criminal, dos que, dentro do governo e do empresariado, acumpliciaram-se para saquear o Estado."

"(...) Privatizar empresas rentáveis ou facilmente devolvidas à atividade lucrativa é empobrecer o Estado, sobretudo quando a efetivação da compra depende de fatores obscuros, como o uso da dívida externa bloqueada, que o próprio Estado concede."

"(...) A esperança é a de usar o poder público como sempre foi usado no Brasil: para criar, em favor de grupos predatórios e preguiçosos, novas oportunidades de enriquecimento fácil."

"Embora tenhamos desenvolvido de fato um parque industrial relativamente complexo, e obtido alguns êxitos inspiradores, vimos a divisão do país entre a vanguarda e a retaguarda econômicas aprofundar-se; as multinacionais ocuparem um papel estratégico na nossa economia completamente desproporcional aos investimentos que aqui hajam feito; o padrão tecnológico da nossa indústria estagnar num nível que se presta quase exclusivamente à reprodução de bens já fabricados alhures; e as práticas do apadrinhamento, do nepotismo, do oligopólio, do subsídio público e da proteção tarifária fazerem da nossa economia privada um arremedo de economia de mercado." "Folha de São Paulo", 5 de julho de 1993, I-3, Anexo 25.

I.7.19. "DEPUTADOS QUEREM 'MAMATA' EM EMPRÉSTIMOS

Prazo de pagamento é de dez meses e os juros menores que os de mercado.

Os Deputados Estaduais do Paraná estão prestes a formar um novo acordo com o Banco BAMERINDUS para que cada Parlamentar tenha acesso a um empréstimo de US\$ 20 mil em condições facilitadas. Prazo de dez meses para o pagamento e juros pré-fixados, menores que os de mercado, são as principais facilidades oferecidas por essa linha especial de crédito, apelidada de Empréstimo Parlamentar BAMERINDUS."

"Nos últimos dez anos, os Parlamentares têm negociado com o BAMERINDUS, BANESTADO e outros bancos a liberação de empréstimos em condições facilitadas. A última linha especial de crédito foi liberada pelo BAMERINDUS. Cada Parlamentar pode pegar US\$ 5 mil, pagando juros pré-fixados de 30%. "Agora, nós estamos nego-

ciando com a Diretoria Regional do BAMERINDUS um empréstimo de 20 mil dólares para cada deputado e vamos tentar reduzir a taxa de juros, que está alta", confessou o Deputado que negocia os empréstimos." "Tribuna do Norte, 15 de agosto de 1993, pág. 04, Anexo 26.

I.7.20. "ANDRADE VIEIRA GANHA ESPAÇO NO PLANALTO

Com ajuda de Fernando Henrique Cardoso, o ministro da Indústria e Comércio consolida seu prestígio junto a Itamar e se prepara para disputar o governo do Paraná nas eleições do ano que vem."

"Para ajudar o amigo e colega de Ministério Fernando Henrique Cardoso a se desligar por alguns momentos das inquietações diárias e dos problemas da economia, o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira ofereceu há duas semanas um passeio pelo Pantanal Mato-grossense. Cardoso foi hóspede especial do Barco-Hotel Tuiuiú, que cobra US\$ 3,2 mil por um passeio de fim de semana nas águas do Rio Paraguai. A conta ficou com Andrade Vieira."

"O assessor de imprensa de Andrade Vieira, José Madeira, não esconde o fato - ao contrário da assessoria de Cardoso, que prefere dizer que nesse período o Ministro estava descansando em São Paulo. 'Fernando Henrique foi convidado de Andrade Vieira', disse Madeira. 'Os dois são muito amigos, costumavam tomar café da manhã juntos quando estavam no Senado'. Quanto às despesas, o assessor lembra que o Ministro Andrade Vieira é uma das maiores fortunas do País e tem cacife para oferecer viagens aos amigos." "O Estado de São Paulo", 5 de setembro de 1993, pg. 4, anexo 27.

"A descrição dos fatos não é, por certo, exaustiva e fez-se aqui em ordem cronológica, tal sendo, provavelmente, em perspectiva dialética, a forma mais elucidativa da extraordinária série de delitos que se articularam para a consecução do programa de privatizações no Brasil, autêntica transferência, sem reservas, do público para o privado."

I.8 - "PARA INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR, PROCEDE-SE AINDA À JUNTADA DOS DOCUMENTOS SEGUINTE:

I.8.1. Composição acionária da FOSFÉRTIL após a privatização/Composição acionária da FERTIFÓS/Informativo Cotia - Anexo 28.

I.8.2. Inicial de ação popular ingressada pelo Procurador Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná junto à Justiça Federal, com o pedido de liminar para suspensão do leilão de privatização da ULTRAFÉRTIL - Anexo 29.

I.8.3. Despacho do Juiz da 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro concedendo liminar requerida pela Procuradoria da República de suspensão do leilão de privatização da ULTRAFÉRTIL - Anexo 30.

I.8.4. Relatório Executivo da PETROFÉRTIL - Anexo 31.

I.8.5. Relatório "Fertilizante e Agricultura" março/93 - Anexo 32.

I.8.6. Relatório ULTRAFÉRTIL - Anexo 33.

I.8.7. Terceira Avaliação Econômico-Financeira da ULTRAFÉRTIL/Análise e Comentários da PETROFÉRTIL/13 de abril de 1993 - Anexo 34.

I.8.8. Dossiê PETROFÉRTIL - Anexo 35."

Estas são, naturalmente, matérias brutas para a necessária investigação pelo Ministério Público e seus órgãos auxiliares.

II. DOS FUNDAMENTOS

II.1. A exigência de subordinação, pela Administração Pública e seus agentes, aos princípios de legalidade, impessoalidade e publicidade vem insculpida no artigo 37 da Constituição.

Em face dos noticiados fatos, de sua leitura articulada, tal comando constitucional restou por inteiro violado em todo o curso do Programa Nacional de Desestatização.

II.2. De plano, fossem insuficientes as generalizadas e autorizadas denúncias de subavaliação das estatais, vícios e manipulações de toda a ordem na concepção e implementação do Programa Nacional de Desestatização, constata-se frontal infração a todo o sistema de comandos da Administração Pública havida na participação, em leilões vários promovidos pelo Governo Federal, do Conglomerado Banco BAMERINDUS do Brasil S.A., pois que seu acionista controlador, o representado José Eduardo de Andrade Vieira, é Senador da República, e, entre outubro de 1992 e dezembro de 1993, exerceu o cargo de Ministro de Estado da Indústria e Comércio.

Note-se, inicialmente, que o Programa Nacional de Desestatização veio instituído pela Lei nº 8.301, de 12 de abril de 1990, matéria sobre o que dispõe, também, a Lei nº 8.250, de 24 de outubro de 1991. A regulamentação da Lei, por sua vez, se fez, em modificação a anterior, pelo Decreto 724, de 19 de janeiro de 1993.

A Lei nº 8.250 foi produzida ao tempo

que o representado José Eduardo de Andrade Vieira atuava como Senador da República, e justamente incide sobre o artigo 16 da Lei nº 8.301, isto é, sobre o aspecto nevrálgico das privatizações - as moedas de compra admitidas pelo Programa, os limites de sua utilização e as normas de pagamento. Pois bem: tal Lei, do tempo senatorial do representado, durante ainda o governo Collor, encarregou-se de colocar abaixo quaisquer limites às normas operacionais e de pagamento por 'moedas podres' dos bens privatizáveis, títulos de que era largamente detentor o Conglomerado Banco BAMERINDUS do Brasil S.A..

Ao depois, estando nas referidas Leis toda a origem de vícios e favoritismos escandalosamente evidenciados no Programa Nacional de Desestatização, pôde o representado José Eduardo de Andrade Vieira, de dentro do governo, na condição de Ministro de Estado, ver a edição do Decreto que alterava e consolidava o Programa Nacional de Desestatização, do qual participaria, em seguida, por meio de seu Conglomerado, como comprador.

Com efeito, desta especial condição do representado José Eduardo de Andrade Vieira há considerações fáticas de toda a ordem, incumbindo resgatar, por esclarecimentos, os excertos de reportagens seguintes:

II.2.1. "Tomada essa decisão, o BAMERINDUS espreitou as oportunidades surgidas com o programa de privatização. Na época dos primeiros leilões, o banco dispunha de 134 milhões de dólares em moedas podres. Naturalmente, tudo o que desejava era livrar-se delas, e melhor ainda que o programa começou, o BAMERINDUS acumulou posições em cinco estatais privatizadas: CSN, USIMINAS, FOSFÉRTIL, COPESUL e ACESITA." Revista "Exame", 28.04.1993, edição 530, pág. 48, Anexo 1.

II.2.2. "A privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) constituiu-se, de longe, na maior operação de "lobby" já realizada no Brasil pós-democratização." Luís Nassif, "Folha de São Paulo", 11.04.1993, Anexo 10.

II.2.3. "(...) o problema são os grandes cartéis corruptores que na verdade hoje governam o país (de dentro do governo ou por trás dele).

São empresas imensas, solidamente estabelecidas e poderosíssimas (...) Mais lucrativo e confortável, entretanto, é fazer o oposto: alimentar a corrupção, organizá-la e cevar-se à sua sombra.

É o poder dos corruptocratas do grande partido dos chupins da República, solidamente instalados no Congresso e nos altos escalões da administração pública." Fer-

nando Pedreira, "Jornal do Brasil", 23.05.1993, pág. 11, Anexo 16.

II.2.4. "Tudo me levava a crer que o patrimônio público tinha sido vítima do 'lobby' da moeda podre, que podia ser examinado, em profundidade, pela Comissão de Inquérito que o Senado e a Câmara dos Deputados haviam constituído." Barbosa Lima Sobrinho, "Jornal do Brasil", 23.05.1993, pág. 11, Anexo 19.

II.2.5. "Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a privatização concebida como um elemento fundamental de um programa de reestruturação econômica pode, por um lado, estimular a iniciativa privada, mas por outro tem se constituído numa verdadeira liquidação de empresas públicas em favor de grupos privilegiados.

A privatização por vezes deu lugar a acusações de corrupção, pois serviu apenas para enriquecer alguns amigos privilegiados do governo." "Jornal do Brasil", 4º Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD, 26.05.1993, Anexo 20.

II.2.6. "Há um grupo em comum, beneficiário de todas as privatizações, que são os titulares de 'moedas podres' - o grupo de especuladores que conseguiu incluir suas próprias moedas no programa, ou que tratou de se armar, adquirindo-as de terceiros." Luís Nassif, "Folha de São Paulo", 21.06.1993, pág. 2-3, Anexo 23.

II.3. "Bem se compreende, por esses depoimentos, a importância da atuação dos 'lobbystas' em todas as fases do processo, em especial se o 'lobbysta' lograr colocar-se, em todas as fases, como o próprio agente da decisão.

Na primeira fase, o 'lobbysta' é legislador ordinário, congressista, Senador da República. Faz as leis, discute critérios, estabelece exceções, constrói o programa. Na segunda fase, o 'lobbysta' é agente do Executivo, membro da alta Administração Federal, Ministro de Estado. Neste papel, discute a regulamentação, requer pareceres, indica providências. Em seguida, na última fase, retoma o papel anterior, o de dono da moeda, financista, banqueiro. Neste posto, organiza as informações privilegiadamente obtidas, articula os consórcios entre os agentes da indústria e do comércio, dispara ordens aos subalternos que o têm ainda como presidente, compra aquilo que vende.

E o circuito se completa.

Como dito, o comando de proibição para as atividades de comércio com o Estado, pelos Senadores, vem proclamado pela Constituição:

"Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;"

Tais comandos de proibição são aplicáveis, à evidência, aos senadores licenciados para investidura em cargo de ministro de Estado, pois a exceção do artigo 56, inciso I concerne apenas à norma constitucional do art. 54, inciso I, "b" e II, "b".

Nem se olvide, outrossim, o cometimento pelo representado José Eduardo de Andrade Vieira, no exercício do cargo de ministro de Estado, de crime de responsabilidade pela prática de atos contra a probidade na Administração e em face de proceder incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.

II.4. Incumbe tratar da matéria também em face da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, pois poderia ser invocada pelo representado José Eduardo de Andrade Vieira como parecendo da redação menos restritiva às atividades de comércio. Diz o artigo 117 do Estatuto:

"Art. 177. Ao servidor é proibido:

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista cotista ou comanditário."

Bem ao contrário de sua aparência, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis não apenas afivela a improbidade administrativa, como também limita as hipóteses de atuação dos servidores da União no setor privado. Neste regime, o servidor só poder atuar na qualidade de acionista, cotista ou comanditário, enquanto na Constituição as restrições à atuação dos parlamentares no setor privado estão referidas tão somente aos negócios com os órgãos e entidades da Administração.

Ademais, nada diz diretamente o Estatuto sobre o permissivo de os servidores negociarem com a Administração, daí decor-

rendo a proibição como corolário do princípio de legalidade estrita, pois vale aqui a observação de Renato Alessi, em sua obra Sistema Instituzionale del Direito Administrativo Italiano, 3.ª ed., 1960, pág. 197, ao consignar que a função administrativa se subordina à legislativa não apenas porque a lei pode estabelecer proibições e vedações à Administração, mas também porque esta só pode fazer aquilo que a lei antecipadamente autoriza. E se não autoriza a lei que o servidor da Administração negocie com a própria Administração a que serve, não precisa tal ser dito para ser obedecido como canôn por seus agentes.

O silogismo da proposição não comporta evasivas. Os agentes públicos estão proibidos de transacionar com a Administração; os ministros de Estado estão equiparados à condição de agentes públicos, ex-vi do art. 327 do Código Penal e art. 2º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; logo, os ministros estão proibidos de transacionar com a Administração.

Nem seria lícito inferir-se solução diversa, tanto porque a vedação ao inferior agente público deve corresponder, com maior razão, a vedação ao superior agente político, como também porque os membros dos Poderes devem ser tratados em igualdade de condições. Tem-se, então, que as proibições do artigo 54 da Constituição devem ser analogicamente aplicadas a todos os agentes, de todos os poderes, em todos os níveis, tal sendo ainda o consectário do princípio de igualdade perante a Lei.

Não se alegue, portanto, em favor da prática dos inquinados atos de comércio pelo representado José Eduardo de Andrade Vieira, a sua temporária condição de senador licenciado nem o aparente permissivo do Estatuto. De mesmo modo, impende asseverar que a pena de perda do mandato de senador da República, em que está investido o representado José Eduardo de Andrade Vieira, é a exigível no caso concreto, vez que, como já dito, a exceção do artigo 56, inciso I concerne apenas à norma constitucional do artigo 54, inciso I, "b" e II, "b", isto é, a expressão "não perder o mandato" refere-se apenas à hipóteses de investidura no cargo de ministro e não como permissivo à prática de atos proibidos ao senador apenas porque este está investido no cargo de ministro de Estado.

A pena de perda de mandato justifica-se em face de dicção do artigo 55, I e II, da Constituição combinado com o seu parágrafo primeiro, devendo representação própria ser apresentada e julgada na forma do parágrafo segundo do mesmo art. 55, como se lê:

"Art. 55. Perderá o mandato o deputado

ou senador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa".

II.5. Cabe agora examinar o conteúdo de Direito Positivo da norma de proibição do artigo 54 da Constituição Federal.

Diz o inciso I do artigo 54 da Carta de exceção para a assinatura pelos parlamentares, desde a expedição do diploma até a posse, de contrato com a Administração que obedeça a cláusulas uniformes. Quer aí significar o permissivo de celebração de contrato de adesão, padronizado, formalizado em condições de igualdade para qualquer que venha a mantê-lo com a Administração.

Desde a expedição do diploma até a posse, então, podem os parlamentares manter com a Administração exclusivamente contratos de cláusulas uniformes, vedados todos os demais. Todavia, não parecer ser este o caso dos contratos resultantes dos leilões de privatização.

Há, primeiramente, a cláusula editalícia de aceite nos leilões das 'moedas podres', que por si mesma compromete, restringe, frustra o caráter competitivo do procedimento de leilão, na medida em que configura previamente o universo de potenciais participantes, fazendo-os preferenciais no negócio, em detrimento de outros. De fato, não se pode dizer uniforme a cláusula editalícia, e do conseqüente contrato, que incluía determinados títulos em contraste com a vedação de outros, pois uniforme, segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 2.^a edição, 1986, pág. 1738, é o que só tem uma forma, não varia, é semelhante, análogo e idêntico.

Por certo, no caso concreto, as cláusulas só foram uniformes para os titulares das moedas podres, vez que estas foram admitidas em detrimento, por exemplo, das moedas ditas sociais e de outras existentes no mercado.

Há, também, em desfavor da hipótese de existência de cláusulas uniformes nos editais de leilão das estatais os subsídios embutidos nos financiamentos oferecidos

pelo BNDES. Poderia argüir-se que tais subsídios eram dirigidos a todos os participantes dos leilões, mas inescandível tais subsídios nos financiamentos oferecidos pelo BNDES contrastam com os financiamentos oferecidos nos procedimentos em geral.

Assim, não se tem como uniforme a cláusula especial, a cláusula diferente, a que tem formas diferentes e varia procedimento a procedimento.

Nem se argumente que as cláusulas eram uniformes no interior do procedimento, pois a uniformidade de cláusulas está a referir-se, na Constituição, aos procedimentos em geral e não a um procedimento específico, senão haveria o absurdo de admitir-se como uniformes, em extremo, todas as cláusulas em todos os contratos.

Mas a exceção normativa do inciso I, alínea "a" do artigo 54 da Constituição Federal parece ter estreita ou nenhuma aplicação ao caso concreto, pois excepciona apenas o período desde a expedição do diploma até a posse, talvez pretendendo antes salvar contratos em execução que autorizar a assinatura de novos. Entendeu a constituinte, provavelmente, não se configuraria, neste interregno, antes da investidura do agente no mandato ou cargo, o tráfico de influência, o favoritismo, a exploração de prestígio.

De qualquer modo, é de todo certo tal permissivo não aproveita o representado José Eduardo de Andrade Vieira e, nenhum contrato que tenha eventualmente firmado com a Administração no período entre a expedição do diploma e a posse, já que demonstrada a inocorrência nas privatizações da hipótese de contrato com cláusulas uniformes.

II.6. De estudar, neste passo, a norma de proibição do inciso II, alínea "a" do artigo 54 da Carta.

Não há aqui a exceção da norma anteriormente analisada.

O comando de proibição à celebração de contrato com a Administração, pelos deputados e senadores, é absoluto. O comando consiste em que desde a posse os deputados e senadores não poderão ser proprietários, controladores ou diretores de empresas que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

O primeiro esforço do infrator, por absurdo que pareça, talvez pudesse ser dirigido no sentido de argüir a inexistência do próprio contrato com a Administração, já que a alienação de ações se põe entre as hipóteses de dispensa de licitação, quando exige o anterior Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, em seu artigo 15, II, "c", a negociação em bolsa

e, a mesmo teor, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 17, II, "e".

Contra esta argüição, basta dizer que a dispensa de licitação não quer significar ausência de licitação nem dispensa de contrato, até porque a forma exigível em Lei, e única, para as relações entre a Administração e os particulares é a que se faz por meio de instrumento de contrato e seus equivalentes. Está presente, portanto, nas privatizações, o instrumento de contrato, por meio do qual se consumam os negócios de alienação promovidos pelo Estado: são os contratos de bolsa, nos quais as partes funcionam como vendedores e compradores, mediante a interveniência da Bolsa de Valores.

Demonstra-se, assim, a violação pelo representado José Eduardo de Andrade Vieira do comando de proibição do art. 54, II, "a" da Carta, pois inegável sua condição de acionista controlador do Conglomerado Banco Bamerindus do Brasil S.A., que gozou de favor decorrente de inúmeros contratos havidos no programa de desestatização.

Esta matéria tem tratamento penal na Lei nº 8.429, de 03 de junho de 1992, como se vê:

"Art. 9º - Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

XI - incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta Lei;"

Ora, a lei não poderia ser mais clara na condenação da manifesta improbidade que há na aquisição, por membro da Administração, de bens da própria Administração. Os rigores da Lei são absolutos, sem fuga nem subterfúgios. Tem-se, inclusive, que a Lei nº 8.429 não abriga a hipótese de incorporação por meio de licitação, ou operação em bolsa, fulminando todas com o gravame da improbidade e do enriquecimento ilícito. Logo, vedada está a incorporação, por qualquer forma e a qualquer título.

II.7. Superada as primeiras possíveis argüições, tem-se de enfrentar a simulação seguinte, a escaramuça com que pretendeu encobrir o infrator suas graves faltas. Diz o representado José Eduardo de Andrade Vieira, em declaração prestada ao jornal Folha de São Paulo, de 10 de maio de 1993, Anexo 3, que "há três anos está fora do banco". Em outras palavras, diz que não é mais diretor do banco.

De fato, para assumir o mandato de sé-

nador da República, o representado José Eduardo de Andrade Vieira formalmente licenciou-se da presidência do Conselho de Administração do Conglomerado Banco Bamerindus do Brasil S.A., indicando como seu sucessor o Sr. Maurício Schulman.

Todavia, continua o representado a ser referido por seus subalternos como presidente do Conselho de Administração do Bamerindus do Brasil S.A., conforme provado pelo documento em Anexo-4. Inescapável tal afastamento ou licença se fez em franca e desabrida simulação.

De Plácido e Silva define a conduta do indigitado agente com a usual clareza:

"SIMULAÇÃO - Do latim *simulatio*, de *simulare* (usar fingimento, usar artifício), a simulação é o artifício ou o fingimento na prática ou na execução de um ato, ou contrato, com a intenção de enganar ou de mostrar o irreal como verdadeiro, ou lhe dando aparência que não possui.

"...

"SIMULAÇÃO - No sentido jurídico, sem fugir ao sentido normal, é o ato jurídico aparentado enganosamente ou com fingimento, para esconder a real intenção ou para a subversão da verdade. Na simulação, pois, visam sempre os simuladores a fins ocultos para engano e prejuízo de terceiros.

"SIMULAÇÃO ABSOLUTA - Em regra é a que se pratica com fins ilícitos (...)

"...

"SIMULAÇÃO FRAUDULENTA - É a que executa in fraudem, seja para transgredir, a lei, ou seja, para prejudicar a terceiros. É, pois, simulação ilícita, onde o fingimento ou o artifício visa a atentar contra direito alheio ou contravir preceito legal." De Plácido e Silva, in *Vocabulário Jurídico*, vols. III e IV, 1.^a ed., 1987, págs. 235 e 236.

O vício de simulação nem precisaria macular o ato de licença ou afastamento do representado José Eduardo de Andrade Vieira e ainda assim se estaria diante de ofensa à norma constitucional do inciso II, alínea "a" do artigo 54 da Carta. Afinal, diz-se ali da proibição de o parlamentar federal ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada, e não apenas de ser diretor.

A licença do representado afasta apenas uma das condições hipotéticas de proibição, mantidas as demais.

Não houvesse o vício de simulação que se noticia e ainda assim persiste a condição do indigitado agente de proprietário ou controlador do Conglomerado Banco Bamerindus do Brasil S.A., instituição que gozou de favor decorrente de contratos vã-

rios com a Administração no curso das privatizações.

II.8 Antes das considerações de doutrina, estude-se a condição do representado em vista dos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976:

"Art. 116 - Entende-se por acionista controlador a pessoa natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que:

a) é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria de votos nas deliberações da Assembléia Geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e

b) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia."

Ora, tal condição de mando e poder do representado José Eduardo de Andrade Vieira no Conglomerado é pública e notória. Para a revista Exame, publicação especializada da maior respeitabilidade no país, Anexo 1, a matéria é incontroversa:

"A Inpapel é a menina dos olhos do dono do Bamerindus, o ministro da Indústria e do Comércio, José Eduardo de Andrade Vieira."

Nenhuma incerteza remanesce sobre a que controle e propriedade está sujeitado o Conglomerado Bamerindus. A diferença dos tempos passados, quando estava sob o controle de inextinguível pioneiro Avelino de Andrade Vieira, o Conglomerado Bamerindus traz hoje a marca de seu novo proprietário e controlador, o representado José Eduardo de Andrade Vieira: investimentos maciços em comunicação social de massa, como forma da expansão negocial e controle político da mídia; empréstimos subsidiados a parlamentares; patrocínio de viagens de prefeitos, parlamentares, ministros; uso indevido de aeronaves do banco no exercício de funções públicas; negócios vários com o setor público, entre os quais o recentemente rescindido pelo governo do Paraná no lucrativo ramo de seguros (Anexo 36), e, nos tempos modernos, a compra de estatais, mediante a espreita, de dentro do governo e do Congresso, das melhores oportunidades.

A questão da propriedade e controle societário vem magistralmente tratada por Fábio Konder Comparato, in Ensaios e Pareceres de Direito Comercial, 1.^a edição, 1978, pág. 104:

"Na verdade, controle não é apenas poder sobre bens, mas também sobre homens, sobre a atividade ou a esfera de interesses de empregados, de outros acionistas, titulares de valores mobiliários, emitidos pela companhia, de credores sociais, fornecedores e consumidores. É a propriedade

dinâmica de bens de produção, que não objetiva a sua fruição, mas a produção de outros bens ou serviços.

"Como resumiu Adolf A. Berle Jr., em fórmula marcante, o controle "não é uma coisa, mas uma função. Trata-se, essencialmente, de uma variedade de poder político - não-estatal e, portanto, no nosso vocabulário, "privado". Mas com substanciais responsabilidades públicas. O controlador não é tanto um proprietário quanto o titular de uma posição de poder."

E à frente, na pág. 107, Comparato assinala:

"Mas é óbvio que a avaliação do controle de uma empresa não se estabelece, apenas, em função dos elementos identificáveis do seu patrimônio, sejam eles tangíveis ou intangíveis. Ele representa, antes de tudo, uma situação ou status de poder na empresa, e muita vez, através dela, no mercado; posição de dominação, essa, que não se reduz a bens contabilizáveis.". Bem se infere das lições do insigne tratadista, não poderá pretender o representado José Eduardo de Andrade Vieira escudar-se na ficção do anonimato societário, pois coincidem a doutrina e a Lei das Sociedades Anônimas em colocar o poder de controle no centro da economia societária. Coincidem a Lei e a doutrina em reconhecer os títulos de poder no seio das companhias; em aceitar o direito de comandar, como direito-função, a ser exercido em proveito da empresa como um todo e da comunidade em que atua.

II.9. Incumbe agora analisar a responsabilidade nos consórcios de empresas, se individual ou solidária.

Consiste a análise em investigar as implicações para os demais integrantes dos consórcios da inconstitucionalidade verificada na específica participação do Conglomerado Bamerindus do Brasil S.A. no programa de privatizações.

Conquanto procedida em bolsa, a alienação de ações de que era titular o Estado constitui matéria essencialmente pública, de onde requer tratamento no âmbito do Direito Público. De ver, aliás, que a dispensa de licitação para a alienação de ações pelo Estado vem expressamente referida na legislação de licitações - antes do Decreto-Lei nº 2.300/86 e hoje na Lei nº 8.666/93 - ambas autorizando a alienação em bolsa dessas ações.

Em última análise, constitui a alienação de bolsa de ações, de que seja titular o Estado, autêntica modalidade licitatória.

Não está autorizada, portanto, a conclusão de que a alienação em bolsa de ações da titularidade do Estado queira significar a sujeição do Estado às normas

de Direito Privado. Ao contrário, o tratamento legislativo no corpo da lei de licitações autoriza a conclusão de que tais alienações, quando procedidas, devem ser realizadas em bolsa segundo as normas de Direito Público, até porque dispensa de licitação não é ausência de licitações, mas tão somente autorização para celebração de contrato por outro modo previsto em lei. Estas as inferências possíveis.

Esta preliminar faz-se necessária em oposição ao raciocínio privatista que provavelmente quereria sujeitar o Estado, sem reservas, à Lei das Sociedades Anônimas, especialmente quando esta limita a responsabilidade nos consórcios, como se extrai do § 1º do art. 278 da Lei nº 6404/76.

Sobre a questão, o Decreto Federal nº 74.140, de 9 de novembro de 1973, estabelecia a responsabilidade solidária de todos os consorciados "pelos atos praticados sob o consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao eventual contrato". Mais recente, o Decreto-lei nº 2.300/86 não diz expressamente da solidariedade nos consórcios.

Mas a Lei nº 8.666, vigente desde 21.06.1992, erige o princípio da solidariedade em seu artigo 33, V:

"Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcios, observar-se-ão as seguintes normas:

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.".

Nenhuma incerteza, pois, quanto à responsabilidade das empresas integrantes de consórcio após a edição da nova Lei de Licitações. A indagação se põe, então, para o período de vigência do Decreto-lei nº 2.300/86, que silenciava sobre a matéria.

A resposta está em que a regra deve ser a da solidariedade como corolário dos princípios de supremacia do interesse público sobre o privado e de indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos. De fato, se a todos os integrantes de dado consórcio aproveita dada inconstitucionalidade, ilegalidade ou imoralidade, a solidariedade se impõe, no caso concreto das privatizações, como mecanismo de defesa dos interesses da Administração e coletividade.

Ressalte-se, neste sentido, que a participação do Conglomerado Bamerindus em consórcio exerceu papel decisivo no processo, não apenas em razão da expressiva quantidade de moedas podres de que era titular, como, sobretudo, pela condição privilegiada que adquiriu em decorrência da posição de poder na República de seu acionista controlador, o representado José

Eduardo de Andrade Vieira.

Então, se relevante a participação do impedido e se solidária a responsabilidade, por força de Lei e princípios gerais de Direito, inescapável que a anulação do proceder a todos os beneficiados com a inconstitucionalidade alcança.

De qualquer modo, na vigência do Decreto-Lei nº 2.300/86 houve o fenômeno jurídico da repristinação da norma anterior, vigendo todo o tempo a solidariedade entre os integrantes dos consórcios.

II.10 - Examina-se, por relevante também, a questão dos procedimentos de avaliação das ações das estatais privatizadas.

As denúncias de subavaliação das ações vêm repetidas em todas as análises dos especialistas. Há a notícia de enormes prejuízos ao País.

A controvérsia reside nas brutais discrepâncias entre o custo de aquisição de estatais e o valor dito de mercado obtido nas vendas em Bolsa.

A Companhia Siderúrgica Nacional - CSN apresentava um custo de aquisição da ordem de US\$ 8 bilhões a US\$ 10 bilhões e foi adquirida pelos particulares consorciados por US\$ 1,43 bilhão, por meio de moedas podres e financiamentos privilegiadíssimos já vistos. A Ultrafertil, por sua vez, apresentava valor de aquisição da ordem de US\$ 800 milhões a US\$ 1 bilhão e foi arrematada por US\$ 199 milhões.

A origem dos valores de alienação remonta à fase de prévia avaliação pelo governo, isto é, à definição do preço mínimo de venda.

E a determinação do preço mínimo dos bens privatizáveis está disciplinada nos artigos 32 a 38 do Decreto 724, de 19.01.1993, que altera e consolida a regulamentação da Lei instituidora do Programa Nacional de Desestatização.

A redação do artigo 32, do mencionado Decreto não permite dúvidas quanto à eleição, pelo Executivo Federal, das leis ditas de mercado como prevalentes para a determinação do preço mínimo dos bens privatizáveis:

"Art. 32 - Dec. 724/93 . A determinação do preço mínimo dos bens referidos no art. 4º levará em consideração as condições de mercado, a situação econômico-financeira e as perspectivas de rentabilidade da sociedade e outros critérios definidos pela Comissão Diretora".

De plano, pode-se afirmar que tal redação excede às tarefas de regulamentação da Lei nº 8.031/90 e vai atacar, por ato isolado do Executivo, justamente o centro de toda a matéria de conflito.

Para além, é por demais evidente que

eleição de prevalência do valor de mercado dos bens privatizáveis quer significar a preterição de outros critérios de avaliação, como os patrimônios e contábeis. Visto de qualquer modo, tal proceder é manifestamente inconstitucional e ilegal.

Afinal, é de presumir que o legislador congressional tenha promovido a aprovação da Lei instituidora do programa Nacional de Desestatização considerando a hipótese razoável de o Executivo estimar o preço mínimo das estatais postas à venda em vista dos investimentos ali feitos ao longo de anos pela União e não apenas em função de conjuntural valor de mercado.

Esta a inteligência autorizada e ética da lei de privatizações. E assim que proceder diverso incide na hipótese do artigo 51 do Decreto regulamentador em tela:

"Art. 51, Dec. 724/93. Será nula de pleno direito a venda, a subscrição ou a transferência de ações efetuadas com infringência do disposto na Lei nº 8.031, de 1990".

De fato, se a função do ato administrativo só pode ser a de conferir à lei nível maior de concreção, jamais lhe assistiria instaurar um proceder esdrúxulo, "contra legem" ou "pratear legem".

O ato só poderia ser "secundum legem", pois decorre do princípio de legalidade estrita que a Administração só pode fazer o que a lei antecipadamente autorize.

Sustenta-se, neste passo, que a lei não autoriza a absurda eleição por decreto de critério de avaliação das ações segundo as condições ditas de mercado e que do proceder imposto pelo ato regulamentador resultou o desastroso proceder das auditorias, isto é, subavaliação dos bens privatizáveis e queima do patrimônio público nacional.

É novamente Fábio Konder Comparato, op.cit.,pág.98 e ss., quem traz à colocação judiciosas considerações sobre a matéria:

"Em suma, perante o valor nominal de uma ação não nos encontramos diante de uma base de troca ou de estimativa, mas de um simples elemento quantitativo para medir a extensão econômica das relações entre o acionista e a companhia emissora.

A lei brasileira, aliás, não considera, nunca, esse valor como base de avaliação das ações, a não ser na eventualidade de corresponder ao seu custo de aquisição, tratando-se de investimentos não-relevantes (Lei nº 6.404, art. 183,III).

"Constituem, ao contrário, uma base de troca ou de estimativa pecuniária da ação o valor de mercado, o valor contábil e o valor patrimonial.

O valor de mercado de uma ação corresponde à cotação de Bolsa ou do mercado de

balcão, é levado em consideração, por exemplo, na avaliação de balanço, para as ações em carteira destinadas à venda (Lei nº 6.404, art. 183, I).

O valor contábil, igual ao quociente da divisão do patrimônio líquido da companhia emissora pelo número de ações em circulação, é a base legal para a operação de reembolso, nos casos de retirada do acionista (Lei nº 6.404, arts. 45 e 137).

Finalmente, o valor patrimonial corresponde à divisão do valor venal do acervo líquido da companhia pelo número total de ações e em circulação, na hipótese de dissolução da sociedade (Lei nº 6.404, art. 215), ou de sua incorporação, fusão ou cisão (idem, art.226)".

E especificamente sobre a cessão de controle de companhia, como a havida nas privatizações, ensina Comparato:

"Ora, nenhum desses valores é levado em consideração, pelo menos de modo exclusivo, em negócios de cessão de controle de companhias, exatamente porque não incluem a estimativa do poder de controle, que é um bem valioso e muito disputado no mercado, conforme as circunstâncias. Qualquer que seja o valor de que se parte para a avaliação das ações de controle - bolsístico, contábil ou patrimonial - não se pode deixar de considerar a especificidade do próprio valor do poder de controle em si mesmo, tanto nos negócios "inter vivos" quanto nos "mortis causa".

Mais à frente, o tratadista fulmina os procedimentos adotados pelo Executivo Federal para a avaliação das estatais privatizáveis e privatizadas:

"É fato de observação corriqueira que o preço unitário da venda de 51% das ações de uma companhia é sempre superior ao da cessão de 49% dessas ações. Nesta, leva-se em consideração, essencialmente, o valor de mercado das ações, a sua cotação bolsística e, secundariamente, o seu valor contábil; em suma, estima-se o valor dos títulos, considerados em si mesmos. Na primeira hipótese, ao contrário, o valor de Bolsa das Ações nem chega a ser considerado no negócio. A fixação de preço é feita em função do valor real do patrimônio da sociedade emitente, do setor em que se desenvolve a atividade empresarial".

Nada, entretanto, mais distante da prática do governo federal, que em completo desconsiderou o valor real de patrimônio das estatais privatizadas, alienando-as a valores da ordem de 10% do valor real de patrimônio, na mais infame e criminosa operação de liquidação dos ativos nacionais de que se tem notícia em toda a História.

Para espanto e indignação ainda maiores, informa o comercialista Fábio Konder Comparato da existência, nos negócios de

cessão de controle, de ágio, sobrevalor ou sobrepreço em decorrência da própria cessão. Em frontal contraste com a taxa de desconto utilizada nas avaliações oficiais do Programa Nacional de Desestatização, diz o tratadista:

"Fazendo aparecer um ágio ou sobrepreço, o negócio de cessão de controle indica a existência, no patrimônio social, de elementos não-contabilizáveis na liquidação desse patrimônio. São os chamados 'bens intangíveis', estreitamente ligados à empresa enquanto organismo vivo e atuante (going concern), produtor de lucros".

II.11 - O Direito pátrio não abriga fuga à série de ilícitos cometidos pelos indigitados agentes.

As condutas noticiadas são típicas, antijurídicas e culpáveis. E conformam, à exaustão, o cometimento de delitos vários contra a Administração Pública Federal, o Sistema Financeiro Nacional, a Ordem Tributária e a Economia Popular.

Em esforço inicial, procede-se agora ao enquadramento.

II.11.1 - Em primeiro lugar, as coordenadas de situação do Presidente da República, Itamar Franco, que incorreu nos crimes de responsabilidade previstos na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, art. 4º, V e VII, art. 9º, 3, 4 e 7, e art. 11, 5.

E ainda em atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, art. 10, I, IV, VIII, X e XII, e art. 11, II.

II.11.2 - O Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, por seus deveres de gestão econômico-financeira, incorreu também em crimes de responsabilidade previstos na Lei nº 1079/50, art. 4º, V e VII, art. 9º, 3, 4 e 7, e art. 11, 5.

E em atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8429/92, art. 9º, I, art. 10, I, IV, X e XII, e art. 11, II.

II.11.3 - O Presidente da Comissão Diretora ao Programa de Desestatização, André Franco Montoro Filho, incorreu nos delitos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8429/92, art. 10, I, IV, VIII, X, e XII, e art. 11, II.

II.11.4 - O Presidente do Conglomerado Banco BAMERINDUS, Maurício Schulmann, por sua vez incorreu nos delitos contra a Ordem Tributária e Econômica previstos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, art. 4º, I, a, b, d, II, b, III; contra a Economia Popular, nos delitos previstos na Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, art. 2º, IX, art. 3º, III, VI, VIII e IX;

contra o Sistema Financeiro Nacional, nos delitos previstos na Instrução (CVM) 8, de 8 de outubro de 1979, quais sejam os de manipulação de preço de valores mobiliários, operação fraudulenta, prática não-equitativa e criação de condições artificiais de demanda, oferta e preço no mercado mobiliário; contra a Administração Pública, nos delitos de exploração de prestígio e fraude de concorrência, previstos nos artigos 332 e 335 do Código Penal.

II.11.5 - O Senador José Eduardo de Andrade Vieira, por sua vez, além dos crimes de responsabilidade definidos na Lei nº 1079/50, incorreu, dentre todos, na mais extensa lista de delitos, tal decorrendo de sua híbrida condição de agente público e privado.

Como agente político, Senador da República e Ministro de Estado, incorreu nos delitos de enriquecimento ilícito e de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8429/92, art. 9º, I e XI, art. 10, I, IV, VII, VIII, X e XII, e art. 11, I, II, III e VII.

Como agente privado, acionista controlador do Conglomerado Banco Bamerindus do Brasil S.A., o representado José Eduardo de Andrade Vieira incorreu em delitos contra a Ordem Tributária e Econômica, previstos na Lei nº 8137/90, art. 4º, a, b, d, II, b, III; contra a Economia Popular, nos delitos previstos na Lei nº 1521/51, art. 2º, IX, art. 3º, III, VI, VIII e IX; contra o Sistema Financeiro Nacional, nos delitos previstos na instrução (CVM) 8, de 8 de outubro de 1979; contra a Administração Pública, ainda nos delitos de exploração de prestígio e fraude de concorrência, previstos, respectivamente, nos artigos 332 e 335 do Código Penal.

II.12 - O enquadramento, bem se vê, não é exaustivo nem completa a relação de agentes infratores. Por certo, entretanto, tais insuficiências serão supridas pela especial diligência que orienta as ações do Ministério Público e seus órgãos auxiliares.

Trata-se, portanto, de inicial esforço do particular para a mais adequada inteligência do conteúdo próprio da representação ora submetida à douta apreciação do Ministério Público Federal.

II.13 - Para além de ofensas a normas, exsurge do noticiado a subversão a princípios, sendo oportuno, a respeito, reproduzir notável lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, de sua clássica obra Elementos de Direito Administrativo, quando assinala:

"Violar um princípio é muito mais gra-

ve que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio indica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.

"Isto porque, com ofendê-lo, abatem-se as vigas que o sustentam e alui-se toda a estrutura neles esforçada".

Os princípios de supremacia do interesse público sobre o privado e de indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos restaram liquidados no Programa Nacional de Desestatização.

O relato de época coincide com a capitulação dos agentes a quem incumbiria zelar pelos interesses da coletividade e com a sujeição do público ao privado.

Os princípios de legalidade, impessoalidade, razoabilidade, inalienabilidade dos interesses públicos e moralidade administrativa foram por inteiro subvertidos.

Trata-se de um tempo em que a notícia é a própria descrição fática do delito.

São as sentinelas que abrem as portas, na expressão de Eduardo Galeano, para referir-se às elites econômicas e políticas dos países da América Latina. "Para elas, a Nação não é uma tarefa a empreender, nem uma bandeira a defender, nem um destino a conquistar: a Nação nada mais é do que um obstáculo a saltar (porque às vezes a soberania incomoda) e uma succulenta fruta a devorar". (Eduardo Galeano, *As Veias Abertas da América Latina*, 9.^a edição, 1979, pág. 226).

III. DO PEDIDO

Em face de todo o exposto, requer-se de Vossa Excelência:

a) que instaure investigação destinada a apurar, ponto por ponto, os ilícitos noticiados;

b) que promova as medidas judiciais cabíveis, de modo especial as necessárias à anulação dos leilões de privatização procedidos em desconformidade com os princípios e as normas regentes da Administração Pública, à responsabilização penal, civil e administrativa dos agentes indicados, e, cautelarmente, à decretação de indisponibilidade de bens dos beneficiários das ilegalidades e inconstitucionalidades relatadas;

c) que proceda à arguição inconstitucionalidade do Decreto 724/93 no que concerne aos critérios de avaliação prévia dos bens privatizáveis.

Requer-se, ainda, para instrução com-

plementar, que Vossa Excelência requirite:

III.1. Ao Banco Central, o envio:

a) da relação dos 100 (cem) maiores detentores de títulos aceites nas privatizações de estatais, com as respectivas quantidades e valores em dólares comerciais, mês a mês desde 01.01.1990 até 31.12.1993;

b) de relatório de débitos da Cooperativa Agrícola de Cotia - CAC junto aos agentes do Sistema Financeiro Nacional, especificando credores, condições de pagamento e valores em dólares comerciais;

c) de relatório de movimentações e operações financeiras havidas pelo Grupo Vicunha no Conglomerado Banco Bamerindus do Brasil S.A., mês a mês desde 01.01.1991 até 31.12.1993, em dólares comerciais, especificando natureza das movimentações e operações; e

d) de relatório das operações de crédito e financiamento firmadas pelo Conglomerado Banco Bamerindus do Brasil com senadores, deputados federais, ministros de Estado, governadores de Estado e presidentes de estatais federais, ou com empresas de que estes sejam proprietários, diretores ou acionistas, inclusive dos que já deixaram os mandatos ou cargos de 01.01.1991 até a presente data, informando natureza das operações, volume dos créditos e financiamentos, em dólares comerciais, condições de pagamento, nomes das pessoas físicas e jurídicas beneficiadas;

III.2. À Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, o envio dos editais de leilão e contratos de bolsa relativos às privatizações e do inteiro teor das prévias avaliações firmadas para cada leilão de privatização, e de respostas aos seguintes quesitos:

a) quais os adquirentes das ações alienadas em cada leilão de privatização, individualizadamente e por consórcio?

b) qual a composição societária de cada um dos adquirentes das ações alienadas no programa de privatizações?

c) qual o valor global de venda obtido em cada leilão, em dólares comerciais?

d) qual o valor mínimo de venda estabelecido para cada leilão, em dólares comerciais?

e) qual o valor do lote de 1000 (mil) ações obtido em cada leilão de privatização, em dólares comerciais?

f) qual o valor contábil do lote de 1000 (mil) ações de cada estatal privatizada, em dólares comerciais?

g) qual o valor patrimonial do lote de 1000 (mil) ações de cada estatal privatizada, em dólares comerciais?

h) qual a cotação média, em Bolsa, do lote de 1000 (mil) ações de cada estatal

privatizada, em dólares comerciais, mês a mês desde a data de cada leilão?

i) qual a natureza e a composição dos valores ofertados pelos adquirentes de ações em cada leilão de privatização? Especificar, em dólares comerciais, a quantidade de dinheiro vivo, de títulos, de fundos públicos, de recursos de financiamento oficial e de recursos de outra natureza, informando, em cada caso, os ofertantes.

j) quais as condições dos financiamentos oficiais oferecidos para os fins de privatização, quanto a prazos, carências, juros e correção?

III.3. Ao Ministério de Minas e Energia, o envio de informações sobre:

a) o lucro que vinha apresentando a CSN até o final de 1992, a quantidade de dinheiro em caixa e a quantidade de produtos prontos para entrega e de estoques de matérias primas nobres quando da privatização, traduzindo os valores em dólares comerciais;

b) os procedimentos adotados para a concessão e cobrança de empréstimo de meio salário oferecido aos empregados da CSN, ainda quando estatal, a título de incentivo à privatização, precisando volume de recursos utilizados, número de beneficiários, forma de lançamento contábil, volume de inadimplência, fundamentos legais da concessão do empréstimo da remissão das dívidas;

c) as razões da participação da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD na compra de ações da CSN e de sua adesão ao esquema liderado por Roberto Procópio Lima Netto;

d) a sistemática de transferência de ações da CSN, quando estatal, para a Caixa Beneficente dos Servidores (CBI) da CSN, precisando a quantidade de ações transferidas, em dólares comerciais, e o fundamento legal do procedimento;

e) as providências adotadas pelo Ministério e sua então vinculada CSN relativamente às recomendações contidas em relatório preparado pela Secretaria de Previdência Complementar, objeto de aviso nº 314/93, do Ministério da Previdência Social;

III.4. À PETROFÉRTIL, o envio do inteiro teor de estudo relativo à avaliação da ULTRAFÉRTIL, que amparou a não homologação do preço mínimo de leilão da estatal;

III.5. À PETROQUÍMICA União, o envio do inteiro teor de acordo operacional com a UNIPAR e a determinação da natureza das relações desta com o Grupo Odebrecht;

III.6. Ao Tribunal de Contas da União,

Curitiba, terça, em 29.03.94

o envio dos resultados de auditoria referente à privatização da ULTRAFÉRTIL, como também do inteiro teor dos autos respectivos;

III.7. Ao Congresso Nacional, o envio de relatório final e/ou de relatórios parciais da CPI de Privatização, como também do inteiro teor dos autos respectivos;

III.8. Ao Ministério da Previdência Social, o envio do aviso nº 314/93 e de relatório elaborado pela Secretaria de Previdência Complementar relativo a irregularidades constatadas no âmbito da CSN, então estatal;

III.9. Ao Ministério da Fazenda, o envio de relatórios sobre as alíquotas de importação incidentes sobre o algodão, sobre os produtos e matérias-primas do setor de fertilizantes, dia-a-dia desde 01.01.1991 até 28.02.1994;

III.10. Ao Ministro da Fazenda, Senhor Fernando Henrique Cardoso, o envio de informações sobre viagem realizada ao Pantanal Matogrossense, conforme notícia publicada no jornal "O Estado de São Paulo" (Anexo 25), precisando datas, forma e comprovação de pagamentos de deslocamentos aéreos, terrestres e lacustres, como de serviços de hospedagem e alimentação;

III.11. Ao Departamento de Aviação Civil, o envio de informações sobre o registro e a propriedade de aeronave(s) utilizada(s) pelo Senhor José Eduardo de Andrade Vieira, desde 01.01.1991 até 31.12.1993, bem como de informações a respeito de pousos e decolagens da(s) aeronaves(s) nos aeroportos em Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, além de outras localidades, de planos de voo e identificação dos passageiros acompanhantes;

III.12. À Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a resposta dos quesitos "a", "b", "c", "e", "h", "i" e "l" do item III.2 e também a determinação de instauração de procedimento próprio destinado a apurar todo o noticiário na presente representação;

III.13. Ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a determinação de instauração de procedimentos próprios destinados a apurar as concentrações havidas nos setores de siderurgia e fertilizantes.

Protestando por todas as provas admitidas no Direito, junta-se à presente o rol de testemunhas.

Termos em que

E. Providências.

Curitiba, 01 de março de 1994.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA
Deputado Estadual, Vice Presidente da
Executiva Estadual do PMDB/PR e
Advogado OAB/PR 17.427

ROL DE TESTEMUNHAS

- LEONEL DE MOURA BRIZOLA, engenheiro, Governador do Estado do Rio de Janeiro.
- ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, advogado, jornalista, Governador do Estado do Paraná.
- JÂNIO DE FREITAS, jornalista, articulista do jornal "Folha de São Paulo".
- ALBERTO OSTEMBLAD FILHO, diretor da Consultora Brasilpar.
- LUÍS NASSIF, comentarista econômico, articulista dos jornais "Folha de São Paulo" e "Gazeta do Povo".
- SEBASTIÃO FARIA DE SOUZA, ex-Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN.
- FERNANDO PEDREIRA, jornalista, articulista do jornal "O Estado de São Paulo".
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, jornalista, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.
- ROBERTO MANGABEIRA UNGER, professor titular de Direito da Universidade de Harvard (EUA).

É uma representação que não guarda nenhum ressentimento ou nenhuma conotação de natureza pessoal. Nada me move que não o restrito interesse público em ver salva-guardada a enorme, a extraordinária riqueza expressa nas estatais levadas a leilão no Programa Nacional de Privatização.

Faço, além de uma juntada, e não integram a representação para que requeira a consignação nos Anais, de mais de mil páginas, documentos e provas que atestam gravíssimos ilícitos contra a Administração Pública Federal, gravíssimos ilícitos de crimes contra a economia popular, à Ordem econômica e tributária, e o uso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tendo acompanhado como cidadão o desenvolvimento e o desbaratamento das quadrilhas da República, tendo acompanhado a queda de um Presidente, o seu impedimento pelo Congresso Nacional, por gravíssimos crimes que montam, segundo alguns, à ordem de 1 bilhão de dólares; tendo acompanhado mais recentemente o escândalo do Orçamento, cuja apuração final denotou que mais grave que os crimes e lesões de natureza material, foram as lesões morais causadas à República, à ética e à política.

Ouso afirmar que esses crimes, o crime desbaratado pelo esquema Collor - PC, o crime revelado na CPI do Orçamento, por mais graves, por mais nauseantes que sejam, constituem, na verdade, café pequeno, diante dos crimes havidos no Programa Nacional de Privatização.

Não precisaria aqui repetir todos os

fatos de conhecimento da opinião pública e deste Parlamento: a sub-avaliação de acervos, a manipulação dos procedimentos de venda para concluir de um modo muito simples, porque aqui nessa representação, Senhor Presidente, fizemos tomar não apenas as questões que estão na ordem do dia, segundo todos os analistas, segundo todos os estudiosos e cidadãos que não se conformam em ver o patrimônio público nacional dizimado, como no caso da Companhia Siderúrgica Nacional em 12 bilhões de dólares, ser arrematado por míseros um bilhão e quatrocentos milhões de dólares, dos quais, apenas 24 milhões de dólares em dinheiro. Tudo o mais, em financiamentos, tudo o mais patrocinado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, tudo o mais à custa de títulos e moedas podres, mas nós tomamos aqui o artigo 54 da Constituição da República, Senhor Presidente.

Tenho absoluta segurança de que se não hoje, amanhã, por força não apenas de uma representação judicial, mas sobretudo, por força da opinião pública organizada, por força da denúncia nos parlamentos, por força do movimento sindical e popular e sobretudo, pela capacidade que devem ter as forças democráticas e populares, de fazer este governo deste País, nós teremos ao final e ao cabo, a apuração de todos os leilões feitos em desconformidade com a Constituição, com a ética e com os interesses públicos desse País.

A matéria é simples, não é matéria de alta indagação. Está o conglomerado de que é acionista controlador o Ministro Senador José Eduardo de Andrade Vieira, impedido de integrar os leilões de privatização. Está impedido por força da Constituição Federal, artigo 54, como também por força da Lei 8429 que regula os crimes de improbidade e de enriquecimento ilícito.

Nesta matéria, não há controvérsia, mas nós teremos, além das provas documentais, amplo rol de testemunhas que estão sendo submetidas ao Tribunal de Contas da União e à Procuradoria da República. Arrolamos como testemunhas as figuras do engenheiro e governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola; do advogado e jornalista e governador do Estado do Paraná, Roberto Requião; jornalista e articulista da Folha de São Paulo, Jaime de Freitas; de Alberto Filho, diretor da Construtora BRASIPAR; Luís Nassif, comentarista econômico e articulista da Folha de São Paulo; Sebastião Faria de Souza, ex-Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional; Fernando Pedreira, jornalista, articulista do Jornal Folha de São Paulo; Barbosa Lima Sobrinho, jornalista e Presidente da Associação Brasileira de Imprensa e finalmente, a figura notável para todos nós de Roberto Mangabeira Hunger, profes-

sor titular de Direito da Universidade de Harvard nos Estados Unidos. Estes os termos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, da representação.

Reputo, esse trabalho, ao lado de outros tantos que submeti a esta Casa, como o processo, o plano de lei que vai à apreciação dos Senhores Deputados, intitulado Código de Atos e Procedimentos Administrativos, que visa regular o conjunto dos atos e procedimentos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. É um projeto resultado de trabalho comum com o Deputado Líder da Bancada do PMDB, Deputado Renato Adur, que alcança a fundo matéria de grande e vasto interesse para a administração pública do Estado, ao lado dos mais de 40 projetos de lei que temos tramitando nesta Casa.

Reputo este trabalho, Senhor Presidente, como um dos trabalhos de maior fôlego, em que empenhei o melhor das minhas forças e o melhor das minhas energias, porque tenho certeza que fazendo alcançar a questão das relações entre a cidadania e o Estado brasileiro, fazendo desvendar as relações entre os grupos privados do Estado brasileiro nós estaremos compreendendo melhor a construção do Estado do direito democrático e estaremos, efetivamente, subordinando as matérias públicas aos interesses dos trabalhadores e da sociedade brasileira.

Daí a nossa energia, daí os nossos esforços. Constitui um trabalho de fôlego e que visa resguardar e sobretudo recuperar e resgatar para a cidadania tudo que lhe foi roubado pela atividade de rapina das elites econômica e política brasileiras.

Meu muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - Ainda no Pequeno Expediente, e no Horário da Liderança do PTB, o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Sinceramente eu não iria usar o Horário do Pequeno Expediente, nem o Horário do PTB para fazer qualquer pronunciamento. Mas, em virtude da gravidade da fala do Deputado que me antecedeu, vejo-me na obrigação, como Deputado sério, como Parlamentar que pode nesse momento estar usando a palavra, representando a maioria esmagadora desta Assembléia Legislativa.

O Senador e ex-Ministro José Eduardo foi injustamente atacado com palavras de baixo calão, que não deveriam ser proferidas como foram nesta tarde. Infelizmente o Parlamentar que usou da palavra em instantes passados, e que na próxima segunda-feira não mais estará neste recinto, poderia ter deixado para voltar ao retiro

Curitiba, terça, em 29.03.94

do seu lar, deixar esta Casa, dando a impressão de ter assumido o mandato parlamentar e usado a tribuna com responsabilidade. Mas, infelizmente, na maioria das vezes que usou a tribuna foi para fazer acusações vãs, injustas e simplesmente para tentar uma promoção jornalística.

Com certeza absoluta, todo o processo que aconteceu em Brasília quando o Grupo BAMERINDUS, que tem como seu comandante maior licenciado, o Senador José Eduardo, participou e está participando de um programa de privatização no Brasil, foi feito com a maior liquidez possível, a maior transparência possível neste Brasil, e é uma empresa organizada e que participa e muito para o crescimento desta Nação.

Ao contrário da transparência nos acertos e nas negociações para a privatização do Brasil em que o Grupo BAMERINDUS e o Senador participou, o Governo do Estado do Paraná, o Governo do nobre Deputado que usou a tribuna, é o Governo mais opaco da história deste País, onde esconde as maracutaias, onde promove os corruptos e onde se faz com que nada seja apurado quando há denúncias.

Durante três anos nós estamos usando esta tribuna para fazer denúncias, mas nunca foram apuradas, muito pelo contrário, os poucos Deputados que defenderam o Governo, entre eles eu coloco o Deputado que me antecedeu, foram para defender as irregularidades, as ilegalidades, as imoralidades e as inconstitucionalidades, porque está passando o atual Governo do Palácio Iguaçu.

Como petebista e como Deputado sério, porque em nenhuma das vezes em que levantamos denúncias desta Assembléia tivemos a falta de provas, todas foram com provas, todas! Se o Governo não quis que nenhuma denúncia passasse por uma CPI, foi simplesmente para esconder as verdadeiras maracutaias que acontecem nesse Governo, porque, se não houvesse maracutaias, teria sido aprovada a CPI.

Agora, o Deputado do Governo sobe à tribuna para fazer uma acusação injusta. Nós não podemos nos calar. Eu tenho certeza de que a maioria esmagadora dos Deputados não aprova o pronunciamento porque é mentira, é mentira! Eu tenho a certeza absoluta de que a imprensa não fará eco a denúncias tão irresponsáveis quanto aquelas que foram ditas desta tribuna.

O Senador José Eduardo, o Grupo BAMERINDUS, só tem a fazer orgulhar o Paraná, um dos maiores empreendimentos econômicos deste País que muito contribui com a área social, que fornece empregos e que não vive de roubalheiras e nem de maracutaias.

Eu não poderia me calar perante às denúncias vãs, vazias e irresponsáveis, aci-

ma de tudo, porque Vossa Excelência ganharia muito se ficasse calado, ao apagar das luzes do seu mandato como Deputado, porque Vossa Excelência deixa esta Casa por ser suplente, teríamos uma boa impressão de Vossa Excelência se não usasse aquela para fazer acusações tão irresponsáveis quantas as que foram feitas hoje.

Falo em nome da Bancada do PTB, em meu nome e em nome de outros Parlamentares desta Casa que refutam, que rejeitam tamanha irresponsabilidade em vir achincalhar o nome de uma empresa do naipe do BAMERINDUS, o nome do Senador José Eduardo.

Vir a esta tribuna fazer pronunciamento desta natureza merece o nosso repúdio.

Que fique registrado em Ata, Senhor Presidente, que nós repudiamos veementemente tamanha irresponsabilidade do Deputado que me antecedeu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Hermas Brandão) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Conforme o Presidente Orlando Pessuti na última Sessão nos incumbia, vim hoje à tarde fazer um relato rápido da nossa estada em Brasília na semana passada, por ocasião em que representamos a Casa, representamos o Presidente e também, é claro, o Bloco Municipalista.

É com muita honra que presido a Frente Municipalista desta Casa, bloco este composto, na sua grande maioria, por ex-prefeitos.

O Conselho Parlamentar do Sul que compreende o Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Paraná, que hoje é presidido pelo nosso Presidente Orlando Pessuti, esteve reunido em Brasília com o:

- Conselho Brasileiro de Integração Municipal - CBIM
- Elizeu Padilha, do Rio Grande do Sul;
- Confederação Nacional dos Municípios - CNM
- Severiano Souza, da Bahia;
- Federação Catarinense dos Municípios - FECAM
- Natalino Lázare, de Santa Catarina;
- Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS
- Gil Soares Almeida, do Rio Grande do Sul
- Associação Brasileira de Prefeitos - ABRAPE
- Edson Moura, de São Paulo;
- Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM
- Jamil Ratton, do Rio de Janeiro;

- Associação Bahiana dos Municípios - ABM
- Saulo Pedrone, da Bahia;
- Associação dos Municípios do Paraná - AMP
- Luiz do Amaral;
- Associação Brasileira dos Municípios - AMP
- Senador Divaldo Suruagui.

- PARANÁ - Toti Colaço
- Professor Nildo Lübke
- Miguel Veiga Júnior
- AMSULEP - Associação dos Municípios da Região Sudeste do Paraná
- Nei José Ciupka - Piên
- AMUNOP - Associação dos Municípios do Norte do Paraná
- Júlio Bitencourt - Nova Santa Bárbara
- Gilberto de Melo - São Jerônimo da Serra
- CANTUQUIRIGUAÇU
- Clério Back - Palmital
- AMEPAR - Associação dos Municípios do Médio Paranapanema
- Moacir Poletto - Sabáudia
- DEPUTADO FEDERAL MOACIR MICHELETTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O tema central do nosso encontro foi sobre a Constituição Nacional, sobre ajuste fiscal, fundo previdenciário, municipalização da saúde e da educação, distribuição das cotas do Fundo de Participação dos Municípios, da tributação da energia elétrica e combustíveis nas transferências interestaduais, bem como, no dia seguinte pela manhã, no dia 23, nós tivemos o primeiro encontro com o relator da Constituição, Deputado Nelson Jobim, aonde todo movimento municipalista brasileiro, dentre 62 propostas a revisão constitucional ela ficou resumida em quatro grandes temas que daqui a pouco vamos relatar.

Apresentamos ao relator o rol de temas inadiáveis para a vida dos municípios e dos estados, reforçamos a questão fundamental para o Paraná, que é a tributação da energia elétrica e combustível nas operações interestaduais e é bom que fique registrado uma vez mais, através do Bloco Municipalista, o trabalho incansável que vem realizando nesta questão do nosso Presidente, Deputado Orlando Pessuti, que há muitos meses vem defendendo nos Congressos, nos Fóruns em outros Estados, defendendo a revogação de parte do Artigo 155, inciso X, letra "b", da Constituição Federal.

Também tivemos naquele mesmo dia, encontro com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Inocêncio de Oliveira, apresentamos os temas elaborados e entregamos também o pedido de inclusão na pauta de votação ao Congresso Nacional do proje-

to de lei do paranaense Deputado Luiz Carlos Hauly, que trata da compensação entre estados e municípios e União, no que se refere à Previdência Social, com os estudos efetuados, é claro, pela Associação dos Municípios do Estado do Paraná.

Também naquele mesmo dia tivemos uma audiência com a Ministra do Bem Estar Social, Dra. Leonor Franco, onde tratamos da questão referente à Lei Orgânica da Assistência Social, recém-aprovada pelo Congresso e da municipalização dos serviços sociais.

No mesmo dia tivemos um encontro, uma audiência, com o Ministro da Educação, o Professor Murilo Hingil, aonde tratamos dos temas da municipalização da merenda escolar, do material escolar e da lei que trata do salário da educação, conforme proposta já colocada na Associação dos Municípios do Estado do Paraná, que foi elaborado pelo Eminentíssimo Professor Nilvo Von Lubke. No mesmo dia ainda tivemos uma audiência com o Ministro da Integração Regional, Doutor Aloísio Alves, aonde tratamos de questões referentes ao desenvolvimento regional, abrangendo questões do norte e do sul.

Neste pormenor abordamos assuntos que diz muito respeito ao MERCOSUL. E durante a tarde, nós tivemos no mesmo dia 23, até o início da noite, uma reunião com as lideranças, praticamente de todos os Partidos com assento no Congresso Nacional, aonde apresentamos a pauta elaborada em conjunto pelas entidades estaduais, pelo Conselho Parlamentar do Sul, por todas as entidades estaduais das Assembleias Legislativas e Associações dos Municípios Brasileiros, pedindo a eles uma atenção especial às propostas que lá colocamos.

Eu pediria licença ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados para poder rapidamente colocar aqui os quatro grandes temas que foram colocados para que pudessem ser incluídos na revisão constitucional. O primeiro deles trata da organização do Estado e dos Municípios. É intenção do Bloco Municipalista, é intenção de todos os Prefeitos do nosso País que fique claro na revisão constitucional, de competência exclusiva dos municípios, até aonde eles podem atuar, aonde entra competência do Estado e conseqüentemente da União. Porque entendemos nós, e entende também, muito mais até, os Senhores Prefeitos que hoje há uma invasão de competência, os Estados transferindo obrigações que seriam suas, a União da mesma forma com relação ao Estado, e os municípios principalmente se vêem numa situação extremamente grave. Então, neste primeiro grande tema nós colocamos para que o Congresso Nacional possa deixar claro quais são as competências exclusivas dos municípios de toda a Federação Brasi-

leira.

O segundo grande tema da Tributação do Orçamento e do Sistema Tributário Nacional. Nós destacamos aqui três propostas dentre muitas que lá ficaram colocadas. A primeira delas é exatamente aquilo que falamos há poucos instantes, aonde o nosso Presidente, Orlando Pessuti, vem há muito tempo carregando essa bandeira, é excluir a letra B do inciso 10 do parágrafo 2º do artigo 155; e incluir como letra C no inciso 9º do parágrafo 2º do artigo 155 o seguinte: que trata da Tributação: "Sobre as operações que destinem a outros Estados, petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel." Aqui está concentrado todo o interesse do Estado do Paraná. A Assembleia Legislativa, através do Bloco Municipalista, através do nosso Presidente, da Mesa Executiva, através de manifestações de diversos Parlamentares da nossa Casa, já há muito tempo vem batendo nessa tecla. Esta inclusão desta proposta nós tivemos o cuidado de colocar isto a todas as lideranças partidárias com assento no Congresso Nacional. Há uma exceção na Constituição de 88 aonde os Estados produtores de energia elétrica e petróleo, no momento em que transferem a energia elétrica ou derivado de petróleo não é tributado, é isento do tributo.

No entretanto, principalmente no Estado do Paraná, que é transferido grande parte da produção de energia elétrica gerada pela ITAIPU ao Estado de São Paulo. Os produtos lá industrializados nós pagamos o ICMS. O Paraná paga, o consumidor paga o ICMS na industrialização de todos os produtos, seja de um trator agrícola, de um carro ou de uma roupa, ou seja lá o que for.

Entende o Paraná e já alguns Estados que aqui está a grande bandeira do Paraná e esta insistência nossa liderada pelo Deputado Orlando Pessuti, pelo Bloco Municipalista e acredito pela maioria absoluta dos demais Parlamentares, nós devemos marcar presença e começar a cobrar da Bancada nossa federal e cobrar também dos partidos que têm assento nesta Casa com representação no Congresso Nacional o apoio nesta emenda.

Também destacamos aqui uma das propostas que é de interesse dos municípios brasileiros e do nosso Estado principalmente no que diz respeito ao Imposto Territorial Rural. O imposto que é cobrado dos nossos agricultores sem o que não há uma transferência de imóvel, sem o que ele fica impedido muitas vezes até de tentar um financiamento. Este imposto não pertence aos municípios. Vai todo ele para a União. No entendimento do Bloco Municipalista, composto por ex-Prefeitos, nós já no tempo

que exercíamos o mandato de Prefeito, nós nos nossos Seminários, nós questionávamos dizendo que o imposto territorial rural deveria, deve ficar nos cofres públicos municipais, porque o Prefeito é que tem que construir estradas, pontes, bueiros, que tem que cascalhar as estradas vicinais, as estradas do interior dos seus municípios e este fato gerador acontece dentro do município.

Desta forma também é um dos destaques das propostas que colocamos para os nossos representantes no Congresso Nacional.

O Sr. Paulo Maia - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento)

Nobre Deputado Toti Colaço, a nossa bancada se soma neste momento a este trabalho brilhante de Vossa Excelência representando o Bloco Municipalista e também esta Casa. Obviamente esta é uma preocupação nacional e quando nós sentimos a presença do Paraná através da representação de Vossa Excelência nós temos a certeza que o Paraná está fazendo parte deste processo importantíssimo, tentando viabilizar nosso Estado e nossos municípios.

A nossa bancada se soma a Vossa Excelência e lamenta profundamente até que a Casa neste momento não esteja toda presente para ouvi-lo. Acho que o assunto é de suma importância e que merece de fato que todos os partidos representados aqui na Casa intercedam junto às suas bancadas para que o Paraná possa garantir esses direitos encaminhado pelo Bloco Municipalista que com certeza representa não os interesses daqueles que compõem o Bloco através de Vossa Excelência mas sim os interesses dos Municípios do Paraná.

Parabenizamos Vossa Excelência pelo trabalho e temos a certeza que a Bancada do PDT se somará e eu solicitaria até de Vossa Excelência cópia do referido documento para que possamos interceder junto a Bancada do PDT a nível nacional.

Parabéns a Vossa Excelência, ao Bloco Municipalista, a Assembleia Legislativa do Paraná e aqueles que se somaram a Vossa Excelência nesse brilhante trabalho.

O Sr. Eurides Moura - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento)

Quero congratular-me com Vossa Excelência pelo belíssimo, pelo competente discurso e trabalho realizado no Congresso Nacional.

Fazendo parte também do Bloco Municipalista nesta Assembleia Legislativa, conhecemos de perto, o seu trabalho dignificante não só de agora mas também como Prefeito e Presidente de Associação Microrregional, no período 83-88, quando tivemos o privilégio de sermos Prefeito junto com Vossa Excelência. Então esse trabalho não

é novidade para nós, porque reconhecemos muito bem a sua força, o seu trabalho em favor do municipalismo. Daí pudemos tirar a seguinte conclusão: a sua ida com outros Deputados a Brasília para reivindicar a manutenção das melhorias conquistadas em 1988 através da Carta Constitucional, é importante que nós, os municipalistas, façamos um trabalho duro, um trabalho firme para que não derrubem aquilo que conquistamos duramente. Porque, durante 20 anos, os prefeitos que nos antecederam naquele período trabalhavam, trabalhavam com dignidade. Mas foi exatamente no período de 83 a 88 que conseguimos as grandes conquistas e essas referendadas na Constituição de 1988.

Portanto, somo-me, ao seu pronunciamento, ao seu trabalho porque é importante que nós, Deputados, que temos a responsabilidade, nos somemos a todos, junto ao Bloco Municipalista aqui na Assembleia Legislativa, no sentido da permanência das conquistas que aconteceram na Constituição de 1988.

Parabéns Deputado, sucesso e continue com esse trabalho.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Solicito um aparte. (Assentimento)

Queria, Senhor Deputado, que somado ao seu trabalho realizado em Brasília ficasse mais uma coisa testemunhada a este Plenário. De que a sua presença, não como Presidente do Bloco Municipalista, mas a sua presença no MERCOSUL, nas delegações que nós testemunhamos, nas propostas a serem referendadas em próximas reuniões daquele importante mercado, tenha a certeza esta Casa, que, Orlando Pessuti, Toti Colaço e outros que vos representam, têm procurado, de todas as formas possíveis, trazer ao Paraná aquilo que realmente ele merece e tem de direito.

E ontem, Senhor Deputado, por isso que faço o aparte. Ontem, na Associação da Região dos Campos Gerais, no testemunho de todos os Senhores Prefeitos e mais ainda, do representante da Associação de todos os municípios do Paraná, fizemos uma proposta e foi unanimemente aceita, de convocarmos na reunião de Ponta Grossa a presença do Presidente do Conselho Parlamentar do Sul - Deputado Orlando Pessuti, para que lá, de viva voz, e mais a presença do Deputado Toti Colaço, para que possamos todos, irmanamente, fazermos com que o MERCOSUL tenha o novo traçado que o próximo Governador, atual Secretário dos Transportes nos defendeu em Florianópolis: União da Vitória, Irati, Ponta Grossa, Itararé, São Paulo.

Era isso. E ontem, vossa pessoa, foi reverenciada, aplaudida e, principalmente, reconhecido o seu trabalho nesta tarefa.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço os apartes dos Deputados Paulo Maia, Eurides Moura e do companheiro Luiz Carlos Zuk, que também tem acompanhado esse trabalho que é feito através da Assembléia com relação ao MERCOSUL e que tem sido uma voz vibrante em todos os seminários que nós participamos até o presente momento.

Gostaria de continuar aqui dando alguns destaques, algumas propostas lá colocadas na semana passada. Mais uma delas que versa eliminando o inciso II do artigo 158, para poder incluir ao parágrafo único do artigo 158 o seguinte, dando a seguinte redação: "50% da proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizadas em seus territórios".

Isto quer dizer, hoje nós legislamos sobre 25% da quota do ICMS sobre o valor agregado. Hoje estamos pedindo que seja incluído, em vez de 25%, 50% para que nós possamos contemplar os municípios agrícolas, onde são produzidas todas as riquezas nossas e que os impostos fiquem alocados aos municípios grandes, onde se encontram as grandes indústrias.

Então, hoje nós trabalhamos com 25% e a proposta nossa é 50% sobre o ICMS de todos os Estados da Federação.

Outra proposta que nós colocamos lá, juntamente com todos os Presidentes das Associações dos municípios do nosso País, diz respeito ao Fundo de Participação.

O que é que compõe basicamente o Fundo de Participação dos Municípios? O Imposto de Renda e o IPI. No entanto, o Governo Federal, ao longo do tempo vem criando impostos e mais impostos e que não fazem parte do bolo da repartição dos municípios brasileiros. O Fundo de Participação é somente sobre Imposto de Renda e o IPI. Criou-se o IPMF, como tantos impostos criados anualmente. Desvia-se. Teriam que ir para o bolo que faz parte da arrecadação maior dos municípios brasileiros, que é o Fundo de Participação.

Então esta proposta, nós colocamos lá junto ao Congresso Nacional.

Outra proposta é alterar a redação dada ao parágrafo único do artigo 160, na Emenda Constitucional nº 03. Esta Emenda Constitucional nº 3 já foi questionada no Congresso, já foi questionada no Supremo Tribunal Federal. Era uma emenda inconstitucional e que foi referendada pelo Supremo Tribunal Federal e que nós procuramos agora, através da revisão, a sua alteração.

Parágrafo Único - "A vedação prevista neste artigo, não impede a União de condicionar a entrega de recursos ao pagamento de seus créditos".

No ano passado, Senhores Deputados, os Senhores são testemunhas disso, os prefei-

tos do Estado do Paraná ficaram impedidos de receber o Fundo de Participação dos Municípios. O Governo Federal reteve aquilo que é um direito sagrado dos municípios, porque tinham que pagar o INSS e o Fundo de Garantia.

Nós estamos pedindo a revogação do Artigo 160 da Emenda Constitucional nº 03. Depois, em seguida, dentro dessas propostas, da tributação e do orçamento das finanças públicas e por último, neste tema que diz respeito à ordem econômica e financeira. O tema "Da Tributação e do Orçamento das Finanças Públicas", apresentamos também ao Congresso Nacional uma proposta interessante. Eu vou ler em seguida, um pequeno comentário que os Senhores já tomaram conhecimento. "Alterar o artigo 168 e incluir o parágrafo Único como segue: artigo 168: "Os recursos correspondentes nas dotações orçamentárias, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, serão liberados nas mesmas proporções das receitas realizadas. Até dia 20 de cada mês, na forma da Lei Complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

Parágrafo Único - Constitui crime de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo não autorizar o repasse das dotações orçamentárias conforme estabelecido neste artigo e na programação do orçamento anual.

Colocamos, também, dentro das propostas nossas, dentro desses temas, estas alterações no artigo 168. Na segunda-feira, ou na sexta-feira, se não me falha a lembrança, o Congresso Nacional apresentou um projeto de lei para solucionar o impasse entre o Supremo Tribunal Federal, o Legislativo e o Executivo, apresentaram um projeto de lei exatamente em cima desta proposta nossa que colocamos lá na quarta-feira à noite. Nós colocamos isso quarta-feira à noite, discutimos isso com o relator Nelson Jobin. Na sexta-feira, se não me falha a lembrança, um projeto de lei do Congresso Nacional, pedidos fazendo com que o Executivo, Governo Federal, libere recursos até dia 20 ao Executivo, ao Judiciário e ao Ministério Público. Então, entendemos nós, eu particularmente, quando vi aquele projeto de lei que já foi votado, se não me falha a lembrança, veio de encontro com uma das propostas nossas colocadas lá no Congresso Nacional. E por último, para não me alongar, também uma proposta nossa da ordem econômica, financeira, dos princípios gerais da atividade econômica. "Alterar a redação do § 1º do art. 176 para dizer o seguinte:

§ 1º - A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o caput deste artigo somente poderão ser efetuados mediante au-

torização e concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem na faixa de fronteiras ou terras indígenas, salvo a extração, necessária ao Poder para o atendimento de seus serviços."

Esta última proposta é de grande interesse de todos os municípios do País e principalmente aqui do Paraná. E para finalizar, eu queria, uma vez mais, agradecer a oportunidade que o Presidente Orlando Pessuti nos deu de representar Vossa Excelência, mas também, representando todos os demais Pares nesta Casa, agradecendo os apartes, e dizer o seguinte, das minhas avaliações das minhas idas à Brasília, eu percebo claramente, Senhores Deputados, que há um distanciamento entre a nossa Assembléia Legislativa com o Congresso Nacional. Eu sinto que há uma distância muito longínqua entre as atividades nossas aqui com a Bancada nossa no Congresso Nacional. Eu faria até um pedido, um apelo para que todos os Senhores Deputados que têm ligação com os Deputados Federais nossos do Paraná façam com que eles se integrem e passem a viver um pouco mais os interesses do Paraná.

Fica aqui a minha sugestão e este alerta.

Agradeço a atenção de todos e peço desculpa ao Senhor Presidente por ter me alongado.

O SR. PRESIDENTE - (Hermes Brandão) - Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PSDB - (Declina).

PFL - (Declina).

PP - (Declina).

PL - (Declina).

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 1369/94, subscrito pelo Senhor Deputado Dalton Mancuca, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 29 e 30 do corrente mês, para tratamento de saúde. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 29, 30 e 31 do corrente mês, em função de viagem à Cidade de Crissiumal, no Rio Grande do Sul. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria dos Senhores Deputados Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para a Proposição de Veto nº 073/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. Aprovado.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk, Rossini, Ovídio Constantino e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando destaque para votação das Proposições Vetos nºs 101/93, 102/93, 103/93, 114/93, 117/93, 118/93, 005/94, 007/94 e 012/93, bem como a Proposição nº 106/93. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Dá para repetir o teor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE - (Hermes Brandão) - (Lê requerimento da Deputada Emilia Belinati).

Está em votação.

O SR. PAULO MAIA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Esta proposição da Deputada Emilia com diversos apoios se prende à questão das delegacias da mulher.

Agora a preocupação que eu vejo com relação ao encaminhamento dado pela Mesa é que o mesmo procedimento dado aos requerimentos anteriores não foi dado ao projeto da Deputada Emilia. Primeiro massageou-se, jogou-se o projeto para depois dar tempo para ser feito o questionamento.

Então, nós colocamos aí a nossa preocupação a essa discriminação com relação ao requerimento da Deputada Emilia que representa não o projeto único dela, mas de diversos Senhores Deputados, inclusive de sustentação do Governo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Hermes Brandão) - Acho que é equívoco de Vossa Excelência.

A Mesa não tomou qualquer medida punitiva com relação à solicitação da Deputada Emilia e outros Deputados.

O Deputado Renato Adur solicitou a leitura do requerimento novamente.

O SR. PAULO MAIA - Não havia solicitado; havia ameaçado.

O SR. PRESIDENTE - (Hermas Brandão) - Nós entendemos a ameaça dele como solicitação.

Está em votação. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. APROVADO.

O SR. PAULO MAIA - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. RENATO ADUR - Chamada nominal, Senhor Presidente.
Nós retiramos a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Hermas Brandão) - Verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. APROVADO.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, pela ordem.
(Assentimento)

O que é isso? Nós levantamos, Senhor Presidente, contra o requerimento da Deputada Emilia Belinati.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, agora a Inês é morta.

Agora a Inês é morta se prevalecerem as votações anteriores, há coerência das votações nesta Casa.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, eu solicito que Vossa Excelência continue. Os que forem favoráveis que se levantem.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.
(Assentimento)

Acho que houve um equívoco da Mesa, uma vez de que já tinha sido apreciado em votação o requerimento da Deputada Emilia e o ilustre Deputado Paulo Maia solicitou verificação de votação e Vossa Excelência colocou em votação e disse que estava aprovado eu acho que deve prevalecer a primeira votação em que o Deputado Paulo Maia requereu verificação de votação.

O SR. RENATO ADUR - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós reiteramos a Vossa Excelência que faça a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Hermas Brandão) - Será

feita verificação de votação.

O SR. PAULO MAIA - (Pela Ordem) - Requeiro verificação de quórum para continuidade dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Chamada nominal dos Senhores Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a chamada Nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Basílio Zanusso) - Termina a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Hermas Brandão) - Vinte e sete Senhores Deputados responderam à chamada. Não há quórum para votação. Projetos lidos, sem quórum para votação e com discussão encerrada.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 073/93. Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 370/92. Autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Institui normas para venda de óleos combustíveis em lojas, supermercados, etc., e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

Ofício/DTL/SAT nº 270/93.

Curitiba, 21 de setembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 260/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 370/92, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo a adequação dos estabelecimentos comerciais que comercializem óleos combustíveis às normas estabelecidas para proteção do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa decorre de pronunciamentos dos órgãos técnicos do Poder Executivo, os quais se posicionaram contrariamente à medida.

O Instituto Ambiental do Paraná, órgão da Secretaria do Meio Ambiente, analisando o assunto asseverou:

..."o que se pode sentir com a proposta de lei, é principalmente a preocupação da concorrência de casas comerciais com os

postos de gasolina, visto a queda na prestação de serviço pelo segundo, com a diminuição nas vendas de óleos lubrificantes, tentando-se dessa maneira mascarar tal situação com a preocupação da poluição ambiental, gerada pela troca, em locais apropriados.

Sendo assim, somos de parecer que para solucionar tal impasse, não é necessário a criação de mais uma lei, a qual iria sobrecarregar o Órgão Ambiental, desviando a preocupação do mesmo para o atendimento de problemas mais graves e representativos, em termos de controle ambiental, bastando para isso a normatização de comercialização, pelo próprio Conselho Nacional de Petróleo".

Por outro lado o Secretário Especial da Indústria e do Comércio, que também analisou a matéria, pronunciou-se dizendo:

..."1) No artigo 1º e demais, quando há referência a óleos combustíveis, nos parece que o legislador está preocupado com a venda de óleos lubrificantes e o destino final destes produtos após o seu uso (vida útil vencida), comumente conhecido como "óleo queimado".

2) Por outro lado, se a intenção fosse legislar sobre óleos combustíveis, cabe enaltecer dois aspectos:

a) Já existe legislação sobre transporte e armazenamento de óleos combustíveis, inclusive penalizações quando acontecerem acidentes que afetam o meio ambiente.

b) Neste caso, o artigo 2º não teria sentido, pois exige a construção de rampas ou elevadores e local para armazenar o "óleo queimado".

3) A preocupação do legislador tem sentido em relação à proteção do meio ambiente, uma vez que a compra deste produto (óleo lubrificante) em ponto comercial que não oferece o serviço de troca, não garantirá o correto destino final do "óleo queimado".

4) Também não é justo proibir a venda deste produto em pontos comerciais que não tenham sistema de troca, pois existem consumidores que possuem em suas empresas locais apropriados para executar este serviço."...

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 04.10.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 370/92, foi publicado no D.A. nº 168/92, de 24.11.92.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO GOVERNAMENTAL - PROPOSIÇÃO Nº 073/93

PROJETO DE LEI Nº 370/92

P A R E C E R:

AUTOR: Deputado Lourenço Fregonese

SÚMULA: Institui normas para venda de óleos combustíveis em lojas, supermercados, etc., e dá outras providências.

Analisando o Veto Governamental em epígrafe, sob todos os seus aspectos, o mesmo encontra-se em perfeitas condições para ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 19.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 081/93, veto aposto ao Projeto de Lei nº 312/93, autoria do Deputado Orlando Pessuti, autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Estado para a Prefeitura Municipal de Santo Inácio. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a Discussão.

Ofício/DTL/SAT nº 305/93.

Curitiba, 15 de Outubro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 276/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 312/93, por julgá-lo contrário ao interesse público pelo simples fato de que, para as finalidades pretendidas (construção de moradias populares), é da maior conveniência que os referidos terrenos permaneçam na atual situação dominial, eis que o Estado, através de seu órgão competente, poderá melhor cumprir aquelas almejadas finalidades.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 312/93 foi publ. no D.A. nº 115, 1ª Discussão de 23.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 81/93

P A R E C E R:

Conforme Ofício DTL/SAT 305/93, a Proposição nº 81/93, diz respeito ao Veto

aposto ao Projeto de Lei nº 312/93, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, na oportunidade sendo analisada por este relator, autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Estado do Paraná, para a Prefeitura Municipal de Santo Inácio.

A análise proferida, demonstrou que o Veto ocorreu em absoluta concordância com as atribuições conferidas ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, pelo disposto no artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

Tais fatos, levam este relator a manifestar-se favoravelmente pela manutenção do Veto, considerando a presente Resolução em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 086/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 273/92, autoria do Deputado João Iensen. Estabelece a inclusão nos currículos escolares dos cursos de 1º e 2º graus das redes públicas e particulares, a disciplina de meio ambiente. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a Discussão.

Ofício DTL/SAT nº 361/93.

Curitiba, 11 de novembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento ao Ofício nº 361/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 273/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo incluir nos currículos escolares de 1º e 2º graus da rede pública e particular de ensino do Estado, a disciplina de "Meio Ambiente".

A negativa de sanção ao plano de lei em referência decorre, inicialmente, de sua flagrante inconstitucionalidade por conflitar com os mandamentos do art. 22, inciso XXIV, da Magna Carta, que atribuem à União competência privativa para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Neste aspecto, cabe esclarecer que a definição das disciplinas integrantes dos currículos de 1º e 2º graus, conforme dispõe a Lei Federal nº 5.692, que trata das referidas diretrizes e bases da

educação, compete exclusivamente ao Conselho Federal de Educação, na parte que se refere ao Núcleo Comum, e aos Conselhos Estaduais as disciplinas pertinentes à Parte Diversificada.

Deve-se lembrar, ainda, que "disciplina escolar" subentende aquelas matérias obrigatórias, com carga horária determinada e duração curricular de no mínimo um ano, tempo obviamente excessivo para ser dedicado ao conteúdo ora proposto, eis que viria acarretar, sem sombra de dúvida, prejuízo aos próprios alunos, que teriam o período de aulas reduzido para o aprendizado das matérias de formação geral, ou seja, as do núcleo comum, portanto obrigatórias e que constituem o objetivo principal da educação básica.

Tais argumentos não devem ser entendidos como despreocupação ao Estado em relação ao ensino sobre o meio ambiente, ao contrário, a Secretaria de Estado da Educação, preocupando-se com a formação integral do educando, consubstanciou no "Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná" posicionamento teórico-metodológico que visa tratar o conjunto de temas modernos, como: ecologia, cidadania, trânsito, drogas e outros, numa perspectiva transdisciplinar, onde os conteúdos e as informações são tratados pedagogicamente, mas enquanto temas ou assuntos e não como disciplinas curriculares.

Outro aspecto que inviabiliza a implementação da medida é a forma em que está redigido o art. 2º do questionado plano de lei, pois as disposições constitucionais ali mencionadas induzem ao entendimento de que os programas didáticos das escolas do Paraná deverão ser elaborados de acordo com a normatização do Meio Ambiente e não da Educação, o que parece mais lógico, e que encontra-se disciplinada no Capítulo III, do Título VIII, artigos 205 e seguintes, da Magna Carta.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Obleda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 273/92 foi publ. no D.A. nº 140/92, de 13.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO nº 086/93

VETO GOVERNAMENTAL

PROJETO DE LEI Nº 273/92

P A R E C E R:

Em análise da Proposição nº 086/93 - Veto Governamental, em que o Executivo Es-

estadual veto Projeto de Lei n° 273/92 de autoria do Deputado João Iensen, esta relatoria procedeu vistoria quanto ao cumprimento dos prazos constitucionais e não encontrando nada que obste sua tramitação, somos de parecer favorável a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 30.11.93
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 092/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 040/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Autoriza o Poder Executivo a reduzir até 7% o ICMS, incidente na comercialização do ferro, utilizado na construção de moradias populares no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a Discussão.

Ofício/DTL/SAT n° 378/93.

Curitiba, 24 de novembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 291/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 040/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a "reduzir até 7% o ICMS, incidente na comercialização do ferro, utilizado na construção de moradias populares no Estado do Paraná".

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa decorre de pronunciamento, por mim endossado, da Secretaria de Estado da Fazenda que, posicionando-se contrariamente à medida, asseverou:

"O pleito tem por finalidade a redução no preço das moradias, permitindo que as camadas mais pobres sejam contempladas.

Independente de avaliação sobre o reflexo da pretensão na receita do Estado, entendemos que o pleito não deverá ser acolhido.

A Secretaria da Fazenda concluiu estudos a respeito dos benefícios concedidos à cesta básica (tributação em 7%), os quais indicam que a política de redução tributária relativamente a impostos indiretos (como o ICMS), não tem contribuído para diminuição dos preços a nível de consumidor, em médio e longo prazo.

Por outro lado, a constante variação dos preços nominais, dificulta o acompanhamento do repasse da redução do tributo ao consumidor.

Como dificuldade adicional, a concessão de benefício fiscal vinculado ao destino das mercadorias, como no presente caso, tem proporcionado o cometimento de fraudes pelos comerciantes vez que a fiscalização tem dificuldades para controlar tais operações.

A nível estadual, entendemos que o assunto não passa pela simples redução tributária, de efeito duvidoso. Há que se formular adequada política habitacional, alocando-se no orçamento os necessários recursos para desta forma atender à população de baixa renda.

Por isso, salvo melhor juízo, entendemos que o Anteprojeto não deve ter seguimento."

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 24.11.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 40/93 foi publ. no D.A. n° 8, de 02.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 092/93

P A R E C E R:

Conforme Ofício DTL/SAT 378/93, a Proposição n° 092/93, diz respeito ao Veto aposto ao Projeto de Lei n° 40/93 de autoria do Deputado Toti Colaço, na oportunidade sendo analisado por este relator, autoriza o Poder Executivo a reduzir até 7% o ICMS, incidente na comercialização do ferro, utilizado na construção de moradias populares no Estado do Paraná.

Após procedida a análise, conclui-se que o Veto ocorreu em perfeita concordância com o disposto no artigo 87, inciso VII e na conformidade do contido no § 1º do artigo 71, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

Tais fatos, levam este Relator a manifestar-se favoravelmente pela manutenção do Veto, considerando a presente Proposição em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 094/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 377/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que institui o Dia Estadual do Doador de Sangue, e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO DTL/SAT n° 380/93

Curitiba, 24 de novembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 308/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 377/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque a instituição da pretendida data foi considerada desnecessária eis que já é convencionada a nível nacional.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 24.11.93

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 377/93 foi publ. no D.A. n° 104 de 04.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 377/93

AUTOR: Deputado Luiz Antonio Setti

P A R E C E R:

Apresentado pelo nobre Deputado Luiz Antonio Setti, a proposta visa instituir no âmbito do Estado do Paraná, o Dia Estadual do Doador de Sangue, a ser comemorado anualmente, no dia 25 de novembro.

Apesar de ter recebido pareceres favoráveis das Comissões Permanentes foi esta vetada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, por julgá-lo contrário ao interesse público, visto a instituição da pretendida data já estar convencionada a nível nacional.

Diante do exposto, somos de parecer em aprovar o Veto Governamental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 096/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 391/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Prudentópolis. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

OFÍCIO DTL/SAT n° 398/93

Curitiba, terça, em 29.03.94

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 336/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71 ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 391/93, em razão do fato da Entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei n° 7.446, de 14 de maio de 1981.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 391/93 foi publicado no D.A. n° 107 de 10.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 96/93

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz o Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 391/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 097/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 301/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que dispõe sobre a autorização para que o Poder Executivo do Estado implante minipenitenciárias regionais no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

OFÍCIO DTL/SAT n° 399/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 393/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de

Lei nº 301/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a implantação, no Estado do Paraná, de minipenitenciárias regionais, estabelecendo, inclusive, a estrutura organizacional básica de tais unidades bem como os tipos de condenados que, em razão dos crimes praticados, poderão habitá-las.

Sem nenhum demérito à relevância do assunto, o Projeto de Lei em referência não pôde merecer acolhimento em face de sua inconstitucionalidade porque fere o art. 66, inciso IV, da Carta Estadual, onde é atribuída ao Chefe do Poder Executivo a competência privativa para iniciar o processo legislativo de leis que disponham sobre "a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública".

Por outro lado, vale ressaltar que a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, tendo sido ouvida sobre a pretendida medida asseverou:

"A Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, referente ao Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1993, não contempla com recursos orçamentários o assunto supracitado.

Na Proposta Orçamentária para o exercício de 1994, não consta a implantação de minipenitenciárias no território do Estado. A Proposta contempla com projetos de construção da Penitenciária de Maringá e adaptação da Colônia Penal de Tamarana". Estes esclarecimentos prestados pela SEPL demonstram que a inconstitucionalidade do Projeto de Lei ora vetado é bem mais ampla porque afronta, também, as disposições dos arts. 133 e seguintes da Carta Estadual, os quais condicionam tais tipos de despesas à prévia inclusão no plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e na "lei de meios".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 301/93 foi publicado no D.A. nº 84 de 24.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 97/93

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 301/93

AUTOR: Deputado Namir Piacentini

P A R E C E R:

I - a presente Proposição veta Projeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo a implantar minipenitenciárias regio-

nais no Estado do Paraná, encaminhada a este Poder através do Ofício DTL/SAT nº 399/93.

II - procedida a análise regimental e constitucional da presente Proposição, encontramos a mesma dentro dos prazos e procedimentos exigidos.

III - diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 098/93. Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 543/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Miringuava, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. COM RELATÓRIO da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APROVADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

Ofício/DTL/SAT nº 400/93.

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 429/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, no art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 543/93, em razão do fato da entidade nele mencionada já ter sido declarada de utilidade pública, através da Lei nº 8.721, de 04 de janeiro de 1988.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 543/93, foi publ. no D.A. nº 143, 1ª Discussão, de 18.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 98/93

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 543/93

P A R E C E R:

AUTOR: Deputado Geraldo Cartário.

A presente Proposição veta Projeto que visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Miringuava, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais, pela razão de que a entidade já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 8.721, de 04 de janeiro de 1988.

Procedida a análise regimental e constitucional da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos prazos e procedimentos exigidos.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 101/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 261/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Segurança, a instalar no Município de Paranaguá, uma Delegacia da Mulher. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

Ofício/DTL/SAT/nº 403/92

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 395/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 261/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Paranaguá.

O Projeto de Lei em referência não pôde merecer acolhimento em razão de sua inconstitucionalidade, porque conflita com as disposições do inciso IV, do art. 66, da Constituição Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para o início do processo legislativo de leis sobre tal matéria.

Por outro lado, a medida contraria aos superiores interesses públicos, pois, segundo informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública, instalações de Delegacia da Mulher em nosso Estado vêm sendo possíveis apenas em municípios sedes de comarcas de entrância final, em cuja circunstância não se amolda o mencionado município.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

Curitiba, terça, em 29.03.94

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 261/93, foi publ. no D.A. nº 77, de 15.06.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 101/93

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz o veto apostado ao Projeto de Lei nº 261/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que autoriza o Poder Executivo a instalar no Município de Paranaguá, uma Delegacia da Mulher.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 102/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 372/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo, a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Pirai do Sul. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

Ofício/DTL/SAT/nº 404/93.

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 368/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 372/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Pirai do Sul.

O Projeto de Lei em referência não pôde merecer acolhimento em razão de sua inconstitucionalidade, porque conflita com as disposições do inciso IV, do art. 66, da Constituição Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para o início do processo legislativo de leis sobre tal matéria.

Por outro lado, a medida contraria aos superiores interesses públicos, pois, segundo informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública, instalações de Delegacia da Mulher em nosso Estado vêm sendo

possíveis apenas em municípios sedes de comarcas de entrância final, em cuja circunstância não se amolda o mencionado município.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 372/93, foi publ. no D.A. n° 104, de 04.08.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 102/93

PROJETO DE LEI N° 372/93

P A R E C E R:

AUTOR: Deputado Djalma de Almeida César

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher, no Município de Piraí do Sul.

Analisando o Veto Governamental em epígrafe, o mesmo encontra respaldo constitucional, por tratar-se de matéria com prerrogativas exclusivas do Poder Executivo.

No que tange aos seus aspectos legal, regimental e constitucional, o mesmo encontra-se em perfeitas condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário. É o relatório.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 103/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 378/93, de autoria do Deputado Paulo Maia, que autoriza o Poder Executivo, a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Ivaiporã. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

Ofício/DTL/SAT n° 405/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 335/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 378/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Ivaiporã-PR.

O Projeto de Lei em referência não pôde merecer acolhimento em razão de sua inconstitucionalidade, porque conflita com as disposições do inciso IV, do art. 66, da Constituição Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para o início do processo legislativo de leis sobre tal matéria.

Por outro lado, a medida contraria aos superiores interesses públicos, pois, segundo informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública, instalações de Delegacia da Mulher em nosso Estado vêm sendo possíveis apenas em municípios sedes de comarcas de entrância final, em cuja circunstância não se amolda o mencionado município.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 378/93, foi publ. no D.A. n° 104, de 04.08.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 103/93

P A R E C E R:

A propositura em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, veta integralmente o projeto de lei do nobre parlamentar Paulo Maia, sob n° 378/93, que dispõe sobre instalação de Delegacia da Mulher, em Ivaiporã-PR.

O veto ao projeto de lei do Deputado pedetista foi proferido pelo Chefe do Executivo estadual dentro do prazo constitucional, como dispõe o § 1° do art. 71 da Carta Política do Paraná.

Logo, emitimos parecer favorável à proposição do Executivo, cabendo ao Plenário a manifestação a respeito do mérito do presente veto.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 104/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 056/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, que torna obrigatório o Exame de Vista no ato da matrícula de aluno na Rede Estadual de Ensino, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

Ofício/DTL/SAT n° 406/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 398/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII, e na conformidade ao disposto no § 1º, ao art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 056/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo tornar obrigatório o exame de vista, no ato da matrícula, aos alunos da Rede Pública Estadual de Ensino, dispondo, ainda, que o referido exame será efetuado na própria escola ou em outro local a ser determinado pela Secretaria de Educação, onde alocará gratuitamente, médico oftalmologista e a necessária aparelhagem.

O plano de lei em referência, embora trate de matéria que verse sobre a saúde visual do educando, não pôde merecer guarda, em primeiro lugar, por apresentar vício de inconstitucionalidade pela iniciativa, tendo em vista que fere o preceito do art. 66, inciso IV, da Constituição do Estado, que estabelece como de iniciativa privativa do Governador, as leis que disponham sobre atribuições das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública.

Em segundo plano, deve-se ponderar que a implementação da medida proposta, pela maneira como vem colocada, torna-se de impossível exequibilidade, pois, além dos custos, que são incalculáveis, não haveria disponibilidade de recursos humanos, nem de equipamentos específicos, em número suficiente para atender a todos os estabelecimentos de Ensino do Estado, à mesma época (na data da matrícula), como consta do Projeto, fator que, sem a menor dúvida, contraria os superiores interesses da administração.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 56.193, foi publ. no D.A. nº 11, de 08.03.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 104/93

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 056/93

AUTOR: Deputado Carlos Simões

Ofício/DTL/SAT 406/93

Trata-se de recusa de sanção por parte do Poder Executivo, dentro do prazo legal, (art. 71, parágrafo 1º da Carta Estadual), ao Projeto em epígrafe, que torna obriga-

Curitiba, terça, em 29.03.94

tório o exame de vista no ato da matrícula de aluno na rede estadual de ensino, conforme específica.

Fundamentou o veto com base no art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do art. 71, da Constituição Estadual, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.

A matéria está em condições de ser submetida à apreciação no Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 106/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 209/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo a determinar a Criação e Instalação de um Batalhão de Polícia Militar Feminina, na sede do Município de Campo Mourão. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

Ofício/DTL/SAT nº 408/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 333/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 209/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação e instalação de um Batalhão de Polícia Feminina na Cidade de Campo Mourão.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre da indiscutível inconstitucionalidade do mesmo, porque trata de matéria cujo início do processo legislativo é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme preceitua o mandamento contido no art. 66, inciso III, da Carta Estadual.

Por outro lado, inobstante a inconstitucionalidade apontada, há que levar-se em conta o fato de a medida ferir, também, normas da Legislação Federal (Decretos-Leis Federais nºs 667/69, 1.406/75 e 2.010/83 e Decreto Federal nº 88.777/83), que, com respaldo na Magna Carta, condicionam atos de tal natureza e exame prévio da Inspeção-Geral das Polícias Militares, Órgão do Estado-Maior do Exército.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 15.12.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 209/93, foi publ. no D.A. nº 59, de 26.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 106/93

P A R E C E R:

O veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental não existem óbices à normal tramitação da proposição de veto 106/93, aposto ao Projeto de Lei nº 209/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini que autoriza o Poder Executivo a determinar a criação e instalação de um Batalhão da Polícia Militar Feminina, na sede do Município de Campo Mourão.

Sala das Comissões, em 08.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 107/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 275/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que institui a carteira de Prevenção do Câncer Ginecológico e Mamário. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (Encerrada a discussão).

Ofício/DTL/SAT nº 409/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 387/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 275/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo instituir, no âmbito da rede estadual de saúde, a Carteira de Prevenção ao Câncer Ginecológico e Mamário, estabelecendo, ainda, as entidades responsáveis pela sua emissão e a forma de utilização do mesmo pelas usuárias.

A negativa de sanção ao questionado plano de lei decorre de informações da Secretaria de Estado da Saúde, onde aquela Pasta assevera o seguinte:

"A prevenção de câncer ginecológico é rotina do PAISM - Programa de Assistência Integral de Saúde da Mulher, inserido nas ações básicas de saúde, ao encargo das Se-

cretarias Municipais de Saúde.

Já existe o "Cartão da Mulher", com abrangência maior onde constam:

- antecedentes clínico-ginecológicos;
- antecedentes perinatais;
- consultas médicas periódicas com controle de peso, pressão arterial com intercorrências clínicas e orientações;
- há também espaço para Planejamento Familiar; método utilizado, data de início, intercorrências/orientações e data da interrupção do método;
- há espaço para anotações para controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis;
- incentivo a fazer pré-natal desde o início da gestação e Prevenção de Câncer de Colo e Mama.

Para maior abrangência e um atendimento realmente integral à saúde da Mulher, este está sendo melhorado após aprovação pela Comissão Estadual de Saúde da Mulher, com a inclusão de um espaço para a vacina anti-Tetânica, com objetivo de erradicar o tétano neonatal no Paraná...

... Finalmente, feitas estas considerações, entendemos que o cartão a que se refere este projeto de lei é utilização desnecessária, haja vista que o SUS/PR já dispõe de um cartão que contempla os dados que constariam no cartão proposto pelo Projeto".

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 275/93, foi publ. no D.A. nº 81, de 21.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 107/93

P A R E C E R:

Conforme Ofício DTL/SAT 409/93, a Proposição nº 107/93, diz respeito ao Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 275/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, na oportunidade sendo analisado por este Relator, institui a Carteira de Prevenção do Câncer Ginecológico e Mamário.

Concluiu-se após procedida a análise, que o Veto ocorreu em absoluta concordância com o disposto no artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

Tais fatos, levam este Relator a manifestar-se pela manutenção do Veto, considerando a presente Proposição em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 109/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 445/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especial de Atendimento às Pessoas de Terceira Idade. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

OFÍCIO DTL/SAT nº 411/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 419/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 445/93, por julgá-lo inconstitucional, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar, no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná, a Delegacia Especial de Atendimento às Pessoas de Terceira Idade.

Embora se reconheça a louvável preocupação do autor, em relação ao atendimento às pessoas idosas, o questionado plano de lei não pôde merecer guarida face sua flagrante inconstitucionalidade, por vício de origem, eis que conflita com os mandamentos do art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual, que atribui ao Governador do Estado competência privativa para a proposição de matérias que envolvam criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública.

Além do que, da forma vaga como a matéria está colocada, inviabiliza totalmente sua aplicabilidade, pois não define a localidade em que tal Delegacia deva ser criada, valendo ainda frisar que as Delegacias Policiais, atualmente existentes em todo o Estado, estão perfeitamente aptas a dar o atendimento desejado, qualquer que seja a idade da vítima, não havendo, portanto, a necessidade de uma Especializada para tal. Ademais inexistem dados estatísticos que apontem a necessidade real dessa Delegacia Especial, como, por exemplo, a demanda de atendimento por pessoas com idade superior a sessenta anos.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a

V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.012.93

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 445/93, foi publ. no D.A. nº 116 de 24.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 445/93

AUTOR: Deputado Namir Piacentini

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, o Projeto de Lei nº 445/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia Especial de Atendimento às Pessoas de Terceira Idade.

Apesar de ter sido aprovada em pareceres nas Comissões, desta Casa de Leis, a Proposição foi vetada por razões explicitadas pelo Ofício DTL/SAT nº 411/93, dando conta da sua inconstitucionalidade.

Portanto somos de parecer favorável ao Veto Governamental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

ITEM 16

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 114/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 316/93, de autoria do Deputado Antonio Costenaro Neto, que autoriza a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Barbosa Ferraz. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

OFÍCIO DTL/SAT nº 416/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 367/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 445/93, por julgá-lo inconstitucional, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Barbosa Ferraz.

O Projeto de Lei em referência não pôde merecer acolhimento em razão de sua inconstitucionalidade, porque conflita com as disposições do inciso IV, do art. 66, da Constituição Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo, a competência para o início do processo legislativo de leis sobre tal matéria.

Por outro lado, a medida contraria aos

superiores interesses públicos, pois, segundo informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública, instalações de Delegacias da Mulher em nosso Estado vêm sendo possíveis apenas em Municípios sedes de comarcas de entrância final, em cuja circunstância não se amolda o mencionado município.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 316/93, foi publ. no D.A. n° 86, de 28.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 114/93

VETO GOVERNAMENTAL - PROPOSIÇÃO N° 114/93

AUTOR: Deputado Antônio Costenaro

P A R E C E R:

Analisando o Veto Governamental em epígrafe, o mesmo encontra respaldo constitucional, por tratar-se de matéria com prerrogativas exclusivas do Poder Executivo.

No que tange aos seus aspectos legal, regimental e constitucional, o mesmo encontra-se em perfeitas condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 22.02.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 117/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 374/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher do Município de Pinhão-PR. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão

Ofício/DTL/SAT n° 419/93.

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 458/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 374/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafa autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma

Delegacia da Mulher no Município de Pirai do Sul.

O Projeto de Lei em referência não pôde merecer acolhimento em razão de sua inconstitucionalidade, porque conflita com as disposições do inciso IV, do art. 66, da Constituição Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para o início do processo legislativo de leis sobre tal matéria.

Por outro lado, a medida contraria aos superiores interesses públicos, pois, segundo informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública, instalações de Delegacia da Mulher em nosso Estado vêm sendo possíveis apenas em municípios sedes de comarcas de entrância final, em cuja circunstância não se amolda o mencionado município.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 374/93, foi publ. no D.A. n° 104, de 04.08.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 117/93

P A R E C E R:

VETO: Ao Projeto de Lei n° 374/93 de autoria do Deputado Djalma de Almeida César.

OFÍCIO N° 419/93

Trata-se de recusa de sanção por parte do Poder Executivo, dentro do prazo legal, (art. 71, parágrafo 1° da Carta Estadual) ao Projeto de Lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia de Mulher no Município de Pinhão.

Fundamentou o Veto com base no art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1°, do art. 71, da Constituição Estadual, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.

A matéria está em condições de ser submetida a apreciação no Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

ITEM 18

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 118/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 375/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Ortigueira - PR. COM RELATÓRIO DA

C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

Ofício/DTL/SAT n° 420/93.

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 459/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1° do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 375/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Ortigueira - PR.

O Projeto de Lei em referência não pôde merecer acolhimento em razão de sua inconstitucionalidade, porque conflita com as disposições do inciso IV, do art. 66, da Constituição Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para o início do processo legislativo de leis sobre tal matéria.

Por outro lado, a medida contraria aos superiores interesses públicos, pois, segundo informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública, instalações de Delegacia da Mulher em nosso Estado vêm sendo possíveis apenas em municípios sedes de comarcas de entrância final, em cuja circunstância não se amolda o mencionado município.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 375/93, foi publ. no D.A. n° 104, de 04.08.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 118/93

P A R E C E R:

O Executivo vetou o Projeto de Lei n° 375/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.

Foram cumpridas as exigências legais e regimentais.

A matéria, portanto, está em condições de ser apreciada pelo Plenário da Assembléia Legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 19

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 005/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 592/93, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Castro-PR. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

Ofício/DTL/SAT n° 569/93

Curitiba, 22 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 532/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1° do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 592/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Castro - PR.

O Projeto de Lei em referência não pôde merecer acolhimento em razão de sua inconstitucionalidade, porque conflita com as disposições do inciso IV, do art. 66, da Constituição Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para o início do processo legislativo de leis sobre tal matéria.

Por outro lado, a medida contraria aos superiores interesses públicos, pois, segundo informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública, instalações de Delegacia da Mulher em nosso Estado vêm sendo possíveis apenas em municípios sedes de comarcas de entrância final, em cuja circunstância não se amolda o mencionado município.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 23.12.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 592/93, foi publ. no D.A. n° 139, de 06.10.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 05/94
PROJETO DE LEI N° 592/93

P A R E C E R:

Analisando o Veto Governamental em epígrafe, o mesmo encontra respaldo constitucional, por tratar-se de matéria com prerrogativas exclusivas do Poder Exe-

cutivo.

No que tange aos seus aspectos legal, regimental e constitucional, o mesmo encontra-se em perfeitas condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 20

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 007/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 591/93, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Bela Vista do Paraíso. COM RELATÓRIO da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

Ofício/DTL/SAT nº 568/93.

Curitiba, 22 de dezembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 527/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 591/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Bela Vista do Paraíso - PR.

O Projeto de Lei em referência não pode merecer acolhimento em razão de sua inconstitucionalidade, porque conflita com as disposições do inciso IV, do art. 66, da Constituição Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para o início do processo legislativo de leis sobre tal matéria.

Por outro lado, a medida contraria aos superiores interesses públicos, pois, segundo informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública, instalações de Delegacia da Mulher em nosso Estado vêm sendo possíveis apenas em municípios sedes de comarcas de entrância final, em cuja circunstância não se amolda o mencionado município.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 23.12.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 591/93, foi publ. no D.A. nº 139, de 06.10.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 07/94

P A R E C E R:

A proposição em exame traz o veto aposto ao Projeto de Lei nº 591/93, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho, sobre autorização do Executivo para instalar Delegacia da Mulher no Município de Bela Vista do Paraíso - PR.

A negativa oficial foi comunicada a esta Casa pelo senhor governador, através do ofício DTL/SAT nº 568/93, em 22/12/93, dentro do prazo constitucional para devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

Portanto, atendido o preceito estabelecido pela Carta Política merece parecer favorável, devendo o veto ser submetido à apreciação do soberano Plenário.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

ITEM 21

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 012/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 319/93, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto, que autoriza a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Jandaia do Sul. COM RELATÓRIO da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

Ofício/DTL/SAT nº 584/93.

Curitiba, 27 de dezembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 558/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 319/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Jandaia do Sul - PR.

O Projeto de Lei em referência não pode merecer acolhimento em razão de sua inconstitucionalidade, porque conflita com as disposições do inciso IV, do art. 66, da Constituição Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para o início do processo legislativo de leis sobre tal matéria.

Por outro lado, a medida contraria aos superiores interesses públicos, pois, segundo informações da Secretaria de Estado

da Segurança Pública, instalações de Delegacia da Mulher em nosso Estado vêm sendo possíveis apenas em municípios sedes de comarcas de entrância final, em cuja circunstância não se amolda o mencionado município.

Esses os motivos que me levaram a votar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 04.01.94.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 319/93, foi publ. no D.A. nº 086, de 28.06.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 319/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Antônio Costenaro Neto, o Projeto de Lei nº 319/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo, a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher, no Município de Jandaia do Sul - PR.

Conforme explicitou Sua Excelência, o Governador do Estado, a proposta é inconstitucional e contrário ao interesse público.

Acompanharam o veto Governamental, somos portanto, favorável ao procedimento do Executivo.

É o parecer.

Curitiba, terça, em 29.03.94

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a mesa, requerimentos nºs 559, 566, 571 e 573, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 583, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 592 e 593, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 30, às 9:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 073, 081, 086, 092, 094, 096, 097, 098, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 109, 114, 117 e 118/93; 005, 007 e 012/94

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/94.

Levanta-se a sessão.